

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 03 DE MAIO DE 2007

NÚMERO 5.718

16ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia

**PRESIDENTE**

Clésio Salvaro

**1º VICE-PRESIDENTE**

Ana Paula Lima

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rogério Mendonça

**1º SECRETÁRIO**

Valmir Comin

**2º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro

**3º SECRETÁRIO**

Antônio Aguiar

**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

João Henrique Blasi

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Kennedy Nunes

**PARTIDO DO MOVIMENTO**

**DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**

Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL**

**DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA**

**BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO**

**BRASILEIRO**

Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO**

**TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice Presidente  
Darci de Matos  
Cesar Souza Júnior.  
Pedro Uczai  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
João Henrique Blasi  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Venzon  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Onofre Santo Agostini  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente  
Odete de Jesus - Vice Presidente  
Darci de Matos  
Herneus de Nadal  
Jandir Bellini  
Jorginho Mello  
Genésio Goulart  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente  
Reno Caramori - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Marcos Vieira  
Gelson Merísio  
Romildo Titon  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Onofre Santo Agostini - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice Presidente  
Dirceu Dresch  
José Natal Pereira  
Renato Hinnig  
João Henrique Blasi  
Professor Grandó  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente  
Gelson Merísio - Vice Presidente  
Décio Góes  
José Natal Pereira  
Jandir Bellini  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Odete de Jesus  
Silvio Dreveck  
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Edson Piriquito  
Herneus de Nadal  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Elizeu Mattos  
Marcos Vieira  
Pedro Uczai  
Professor Grandó  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente  
José Natal Pereira - Vice Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Edson Piriquito  
Renato Hinnig  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente  
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente  
Edson Piriquito  
Gelson Merísio  
Kennedy Nunes  
Serafim Venzon  
Odete de Jesus  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ada de Luca - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Genésio Goulart  
Kennedy Nunes  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Odete de Jesus  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO**

Darci de Matos - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Manoel Mota  
Jorginho Mello  
Professor Grandó  
Silvio Dreveck  
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Jandir Bellini  
Elizeu Mattos  
Moacir Sopelsa  
Jailson Lima da Silva  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice Presidente  
Jailson Lima da Silva  
Moacir Sopelsa  
Joares Ponticelli  
Nilson Gonçalves  
Onofre Santo Agostini  
Romildo Titon  
João Henrique Blasi

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 1736**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 030ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 19/04/2007.....2  
Ata da 031ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 24/04/2007...18

**Publicações Diversas**

Atas das Comissões  
Permanentes .....35  
Avisos de Resultado.....36  
Ofícios .....36  
Projetos de Lei.....39

**PLENÁRIO**

# ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darcí de Matos - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Manoel Mota - Marcos Vieira - Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Parabeniza as deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca pela passagem de seus aniversários.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Parabeniza as deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca pela passagem de seus aniversários; aborda a carta de reivindicações que o governador Luiz Henrique levou ao presidente Lula.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Parabeniza as deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca pela passagem de seus aniversários; refere-se à lei Maria da Penha; cumprimenta os palhocenses pelo aniversário do município; comunica a abertura de um centro de idoso em Palhoça.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** - Refere-se ao aniversário de 113 anos do município de Palhoça; aborda o trabalho conjunto da secretaria da Fazenda, Polícia Federal e fiscalização federal no combate à pirataria.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Parabeniza o deputado Renato Hinnig pelo pronunciamento sobre Palhoça.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Parabeniza as deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca pela passagem de seus aniversários; aborda a inauguração da ponte que liga Passo de Torres a Torres.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** (aparte) - Reporta-se à visita do governador a Rio do Sul para assinatura de convênio; aborda o projeto de microdestilarias, em Aurora.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Tece comentários a respeito da inauguração da ponte que liga Passo de Torres a Torres.

**DEPUTADA ADA DE LUCA** (aparte) - Parabeniza as deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca pela passagem de seus aniversários e a comunidade indígena pelo Dia do Índio; reporta-se à ponte sobre o rio Mampituba, ligando Santa Catarina ao Rio Grande do Sul.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** (aparte) - Aborda a inauguração da ponte sobre o rio Mampituba que liga Santa Catarina ao Rio Grande do Sul.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Parabeniza as deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca pela passagem de seus aniversários; tece comentários acerca de sua participação na 10ª Marcha dos Prefeitos a Brasília.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Sandro Luciano Calikoski, de Porto União.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (pela ordem) - Registra a presença dos prefeitos de Salete e de Bom Retiro.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** - Pede apoio ao projeto de emenda constitucional do deputado federal Fernando Coruja, que propõe a destinação de 20% do CPMF para os estados e municípios; aborda projeto, de sua autoria, que destina 10% do valor arrecadado com multas de trânsito aos hospitais filantrópicos.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Registra a presença do grupo da terceira idade Gente Alegre, de Joinville.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Registra a presença do vereador de Porto União, Sandro Luciano Calikoski.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Refere-se ao art. 171 do projeto de reforma administrativa, que trata da Segurança Pública.

Ordem do Dia

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Solicita subscrever moção do deputado Herneus de Nadal acerca da doação de um helicóptero para a Polícia Militar de Santa Catarina.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (pela ordem) - Solicita subscrever moção do deputado Herneus de Nadal acerca da doação de um helicóptero para a Polícia Militar de Santa Catarina.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (pela ordem) - Solicita subscrever moções do deputado Antônio Aguiar pedindo instalação de sinalização na BR-280, trecho Corupá a Canoinhas, e no trevo de Pirabeiraba.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Aborda indicação, de sua autoria, sobre a reabertura da telessala da comunidade Jardim Montevideu, em Criciúma.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Aborda as divergências entre os bombeiros militares e voluntários.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Registra a audiência pública que será realizada em Porto União sobre a empresa de ônibus União; solicita o encerramento da sessão para comemorar o aniversário das deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Tece comentários acerca dos pedidos do governador do estado no encontro com o presidente Lula.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Morro Grande.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Parabeniza as deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca pelo aniversário; refere-se ao encontro do governador com o prefeito de Lages e às obras realizadas com recursos do Fundo Social.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Comenta a falta de obras do governo do estado nos 100 dias de administração.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Critica o Fundo Social e a aposentadoria de Eduardo Pinho Moreira; ressalta que o secretário Paulo Bauer está encontrando dificuldades para administrar a secretaria da Educação; aborda o estado das escolas estaduais.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Comenta a situação da Educação em Santa Catarina.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de São José.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Registra a presença de empresário do Frigorífico Tramonto; critica colocações do deputado Joares Ponticelli a respeito do governo do estado.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli a respeito do Fundo Social e das escolas estaduais.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** - Rebate críticas do deputado Décio Góes ao Fundo Social e do deputado Joares Ponticelli ao governo do estado.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Critica colocações do deputado Décio Góes a respeito do Fundo Social.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Tece comentários acerca do Fundo Social.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Aborda a inauguração da ponte sobre o rio Mampituba.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** - Rebate críticas do deputado Joares Ponticelli; coloca-se contra a eleição direta para diretores de escolas; registra a presença de Valdir de Andrade e de Eliseu Casagrande.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Cumprimenta o deputado Edson Piriquito pelo pronunciamento.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Defende a eleição direta para diretores de escolas; comenta a eleição no Instituto Estadual de Educação.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** (aparte) - Refere-se à eleição direta para diretores de escolas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaríamos de parabenizar as nossas duas deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca, pois ambas fazem aniversário hoje. Desejamos felicidades, saúde e que se sintam bem nesta Casa, pois é um dia especial. O Roberto Carlos também faz aniversário hoje, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência cumprimenta as deputadas Ada De Luca e Ana Paula Lima, aniversariantes do dia de hoje, desejando a ambas muita saúde, muita felicidade pessoal e sucesso profissional.

A Presidência, em nome da Mesa, comunica que segunda-feira daremos início ao ciclo de palestras de 2007. Mensalmente a Assembléia Legislativa apresentará um palestrante de renome nacional, que falará acerca de temas de interesse do Brasil. O ciclo leva o nome de "O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa". As palestras serão sempre no auditório Antonieta de Barros e o palestrante de segunda-feira é o jornalista Caco Barcellos.

A iniciativa conjunta da Diretoria de Comunicação Social da Assembléia, da Coordenadoria de Eventos e da Escola do Legislativo, apresenta-se, no seu início, como um sucesso. Abertas as inscrições pela internet, em apenas 12 horas estavam esgotadas as inscrições para 500 assistentes da palestra de segunda-feira.

Visando permitir que outras pessoas possam assistir à palestra a Diretoria de Comunicação Social, a Coordenadoria de Eventos e a Escola do Legislativo providenciarão a colocação de um telão para que as pessoas que não tendo conseguido a sua inscrição possam também assisti-la.

A iniciativa visa abrir ainda mais as portas do Legislativo para a sociedade catarinense, aproximando o Poder do cidadão. Essa prática é uma constante nos últimos anos, na Assembléia Legislativa. Teve início no mandato do deputado Gilmar Knaesel, foi seguido pelo deputado Onofre Santo Agostini e também teve seqüência, quando presidente o deputado Volnei Morastoni.

Penso que desta forma nós vamos cumprindo o nosso papel, passando ao largo das mazelas que acontecem em outros Paramentos, de um modo especial, no Congresso Nacional. É assim que deseja a Assembléia Legislativa, por seus deputados, escrever a história da política de Santa Catarina.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, começo o meu pronunciamento saudando, carinhosamente, as deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca, pelo aniversário. Parabéns, e dizemos da nossa satisfação de ser seu colega.

Quero aqui, no dia de hoje, abordar esse grande cavalo de batalha que a Oposição está fazendo em torno da carta que o governador Luiz Henrique levou ao presidente, ocasião em que, reiteradamente, levou o pedido do governo de Santa Catarina para que o presidente Lula atenda algumas reivindicações que no nosso entender, como no entender do governo, são justas e merecidas.

E muita gente leu o final dessa carta justamente citando que, se o governo federal não liberasse esses valores que o governador pede, o governo estadual teria dificuldade para bancar as suas contas e, inclusive, tendo algum prejuízo até mesmo com os salários dos funcionários.

Dissemos que, na verdade, quem vai pedir, vai pedir de verdade. E certamente o governador pode ter exagerado na forma, mas, de maneira nenhuma, ele queira atomizar especialmente as prefeituras, os municípios que têm convênios previstos, e muito menos o corpo funcional do estado.

Eu tenho aqui os quatro principais pedidos que ele levou ao presidente. Um deles é o pedido com relação à conta salário. Santa Catarina arrecada, aproximadamente, R\$ 550 milhões a R\$ 600 milhões/mês, tem uma folha de pagamento mensal de R\$ 274 milhões a R\$ 300 milhões. Isso significa que, com relação a esse valor que fica depositado alguns dias no banco, é evidente que vários bancos pretenderiam ter isso, e ganhou a concorrência o Bradesco. Naturalmente que na negociação da federalização do Besc, o governador quer que essa conta, sendo mantida no Besc, também tenha um retorno para o caixa do governo de Santa Catarina, que corresponderia a R\$ 200 milhões. Um pedido justo!

Há outro pedido especial: o governo de Santa Catarina criou o Fundo Social, que corresponde a 5% do ICMS. A Petrobras, em Santa Catarina, arrecada o equivalente a R\$ 80 milhões/mês, e 5% disso seriam R\$ 4 milhões. Ora, um valor substancial que, se multiplicado por 12 vezes, são praticamente R\$ 50 milhões/ano. E aí v.exas. imaginem que o governo pode dar uma bela contribuição aos municípios, e, especialmente, usar esse dinheiro para fazer um equilíbrio, muitas vezes, da injustiça legal que existe dentro do processo de distribuição dos tributos arrecadados.

Já dissemos aqui que o Brasil inteiro arrecada mal, arrecada injustamente. Quem mais paga os impostos é aquele que está registrado, que está documentado, e na hora de distribuir, recebe mais quem já tem mais. E quem tem pouco, recebe menos ainda.

Então, esse dinheiro seria também usado para fazer esse equilíbrio, 50 milhões/ano só do Fundo Social, referente à Petrobras. Quando o Zeca do PT era governador do Mato Grosso, a Petrobras participava desse Fundo. Portanto, entende o governador que esse pedido seria justo e é um mérito de Santa Catarina.

O terceiro pedido importante que o governador levou foi com relação ao nosso Ipescc, que hoje arrecada, aproximadamente, R\$ 5 milhões, mas tem uma folha muito maior do que isso, evidentemente. E o estado tem títulos da dívida pública que vencem em 2024.

Entende o governo que se ele negociasse esses títulos públicos, poderia colocar no caixa de R\$ 50 a R\$ 60 milhões/mês, e que esse valor seria usado nesse fundo previdenciário para fazer um grande fundo de aposentadoria para todos os inativos do estado.

Então, se somarmos, nós já temos lá R\$ 4 milhões referentes à Petrobras, R\$ 50 a R\$ 60 milhões desse pedido, mais R\$ 200 milhões da conta dos funcionários, e ainda por ocasião em que o governo federal negociou a dívida com todos os estados e todos os municípios de Santa Catarina... Aliás, é bom que se informe que até no governo Fernando Henrique Cardoso havia, na verdade, uma grande bagunça, digamos assim, porque os municípios e os estados tinham dívidas com relação à Previdência, dívidas com relação ao Fundo de Garantia. Na hora em que funcionário ia se aposentar, o dinheiro não estava depositado, ou no dia do aposentado ir buscar o seu salário, o dinheiro não estava por lá. Isso gerava uma perturbação social em todos os lugares do Brasil.

O governo central comprou a dívida de todos os estados, e o estado de Santa Catarina - e quem não negociou ficou descredenciado para participar de verbas públicas federais - negociou essa dívida que ficaria em 13% da sua arrecadação. Ocorre que a dívida que nós temos dos contratos que temos com o BNDES não está incluída nesse limite de 13%. E se fosse incluída, significaria para Santa Catarina mais R\$ 20 milhões que ficariam no caixa do governo.

Totalizando, então, nós teríamos ali R\$ 20 milhões desse limite da dívida que temos com o BNDES, R\$ 4 milhões a mais do Fundo Social que corresponde à Petrobras, R\$ 60 milhões a mais dos títulos da dívida pública para o Fundo Previdenciário, e os R\$ 200 milhões da conta funcionário, que, totalizando, daria R\$ 280 milhões ou R\$ 300 milhões, que se distribuíssemos isso realizando obras nos 293 municípios, os senhores fazem idéia do que poderia significar.

E é evidente que quem vai pedir, vai com humildade. Não deveria, é verdade! Se nós pensarmos que 65% daquilo que nós arrecadamos vai a Brasília, e que ficam aqui em Santa Catarina apenas 35%, vinte e três e meio para o estado e treze e pouco para os municípios, não é justo qualquer governo de qualquer estado ir a Brasília ter que se humilhar para pedir, pois, afinal, foi buscar aquilo que é nosso.

E se fosse feita desde já uma grande reforma no sistema tributário, como ouço tanta gente querendo... E dizem até que o presidente Lula também quer, mas se quer, por que não pressiona, então, a base aliada? E sei que tem uma base aliada forte que pode dar esse apoio para votar uma reforma tributária para que a distribuição seja mais justa.

E se esses tributos que são arrecadados ficassem de fato nos estados onde são recolhidos, naturalmente que os governos não precisariam se humilhar e ir pedir ao presidente, nem tampouco os prefeitos precisariam ir a Brasília ou ao governador pedir aquilo que está além da sua determinação legal.

Por isso quero enfatizar aqui que o governador foi buscar aquilo que era nosso, e foi humilde e pediu com veemência.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Gostaria de registrar a presença, no Parlamento catarinense, do presidente da Câmara de Vereadores da minha cidade, Blumenau, sr. José Gaspar Clerenci.

Seja muito bem-vindo à capital do estado de Santa Catarina e à Assembléia Legislativa!

Também agradeço as manifestações de felicidades dirigidas a minha pessoa, por parte de diversos parlamentares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, iniciando a minha fala, também quero parabenizar a deputada Ada De Luca e a nossa presidente, deputada Ana Paula Lima, que estão fazendo aniversário, hoje. Com certeza absoluta, todos os santos e todos os anjos colocarão sobre as duas aniversariantes a sua proteção por muitos anos de suas vidas. Que Deus as abençoe!

Vou começar o meu pronunciamento no Pequeno Expediente novamente reiterando o agradecimento à deputada Ada De Luca pelos exemplares que ela nos forneceu, ontem, elaborados pela comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher. Quero, como disse na tarde de ontem, fazer a leitura de um artigo da Lei Maria da Penha.

Vou começar dizendo a todos os srs. deputados e aos catarinenses que, através da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, com certeza absoluta as coisas para as mulheres neste país, em termos de violência, começaram a ter outro rumo de amparo legal.

A lei foi nomeada Maria da Penha em homenagem à Maria de La Penha Maia Fernandes, que sobreviveu a duas tentativas de homicídio e tornou-se uma emblemática, pela impunidade, aos agressores, dos crimes e violências.

Então, farei agora a leitura do art. 2º da lei Maria da Penha, para que todas as catarinenses e todas as mulheres deste nosso país busquem, realmente, a garantia aqui preceituada através de lei para elas, porque temos certeza e convicção de que, lamentavelmente, milhares de mulheres neste país são agredidas em "n" número de formas e situações. Diz o art. 2º:

(Passa a ler.)

[...]

"Art. 2º - Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar a sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social." [...][sic]

Quero, através do meu *site* da Assembléia Legislativa: [josenatal@alesc.sc.gov.br](mailto:josenatal@alesc.sc.gov.br), colocar-me à disposição para que todas as presidentes de conselhos e qualquer entidade, como grupos de idosos, que necessitarem de uma cópia desta ou de tantas outras leis que são aprovadas por esta Casa ou pelo Parlamento nacional, que mandem solicitar através do meu *site*, que eu terei muito prazer em remeter a jovens e adultos. Eu me coloco à disposição de toda a sociedade catarinense para mandar exemplares de leis aprovadas por esta Casa.

Quero que todas vocês, que fazem parte de qualquer movimento social, ou que todos os jovens de Santa Catarina que estão à frente de qualquer entidade, saibam que eu me coloco à disposição para fornecimento de todas as leis aprovadas por este Parlamento, através do *site* [josenatal@alesc.sc.gov.br](mailto:josenatal@alesc.sc.gov.br).

Srs. deputados, também, antecipadamente, gostaria de me congratular com o povo de Palhoça, já que na próxima terça-feira aquele município irá completar 113 anos de emancipação, de fundação, de desenvolvimento.

E estou prestando essa homenagem, antecipadamente, porque na terça-feira, provavelmente, não estarei nesta Casa, assim como outros deputados, já que irei em comissão, a convite do deputado Romildo Titon, fazer uma vistoria na BR-282, naqueles trechos em que ela necessita, urgentemente, de ações do governo federal, principalmente, com a participação do governo do estado de Santa Catarina, que o nosso governador Luiz Henrique da Silveira, junto com toda a sua equipe de trabalho, não tem medido esforços para que aquela obra não sofra realmente questões de continuidade. E são três trechos que vão realmente levar o desenvolvimento a todo o oeste e ao meio-oeste de Santa Catarina. Por isso essa comitiva vai lá para, junto com o governador do estado, volto a reiterar, tentar sensibilizar o governo federal para, o mais breve possível, liberar os recursos do BID para dar continuidade àquelas obras.

Voltando, então, a Palhoça, gostaria de dizer que, hoje, esse município da região da Grande Florianópolis, com a administração de Ronério Heiderscheidt, tem mostrado que quando se quer, faz-se administração pública voltada para a comunidade, voltada para a sociedade. Em dois anos e pouco de administração do prefeito Ronério Heiderscheidt, Palhoça ganhou um novo visual, ganhou uma nova visão, uma nova dinâmica de administração pública.

Então, eu quero me congratular com aquela comunidade, com aquele município. Sou sabedor disso porque moro em São José - sou filho nato, já fui vereador de São José -, mas convivo, diariamente, com o município de Palhoça. As administrações que por lá passaram deram uma parcela de contribuição sim, mas não tiveram eles a criatividade administrativa que tem, e que está tendo, o prefeito Ronério Heiderscheidt.

Sendo assim, quero mostrar aqui, através deste *folder* da cidade de Palhoça, que algumas obras do prefeito Ronério Heiderscheidt já começaram no dia 7 e vão finalizar exatamente no dia do aniversário do município de São José, que será no dia 23.

Portanto, a todos os palhocenses, o meu abraço! Eu também me coloco à disposição aqui nesta Casa Legislativa para tudo aquilo que for inerente à sociedade de Palhoça, ao bom andamento e ao desenvolvimento daquela cidade que, numa percepção muito grande, conseguiu em um curto espaço de tempo atrair grandes e pequenas indústrias de serviço, porque o grande problema deste país ainda é - e se Deus quiser, um dia provavelmente vai ser amenizado em mais de 50% - a questão de serviço, de geração de emprego, porque com certeza a sociedade justa só vem com a dignidade do trabalho.

Enfim, nós, homens públicos, somos eleitos pela sociedade para buscarmos alternativas na geração de emprego, na qualidade de vida, na questão de educação, na questão de segurança pública e tantas outras situações.

Eu desejo, com certeza absoluta, que nos próximos anos o prefeito Ronério Heiderscheidt - ainda falta quase dois anos para o final do seu mandato - tenha felicidade, tenha realmente saúde para continuar com aquele fôlego de poder, todos os dias, acompanhar os assuntos de seu município bem perto das suas comunidades.

Muito obrigado, srs. deputados!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, quero informar para toda a sociedade de Santa Catarina, pois havia me esquecido por um lapso de memória, aos nossos amigos da Oposição nesta Casa, que dizem que este governo não faz nada, que no domingo o governador do estado estará em Palhoça assinando um convênio de construção de um centro de idosos naquela cidade.

Este é o trabalho do governo do estado, ou seja, estar também próximo da sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da AleSC, ouvintes da Rádio Digital AleSC, quero iniciar cumprimentando o deputado José Natal pela sua manifestação referente ao município de Palhoça. E eu hoje também assomo à tribuna para fazer este registro e informar que aquele município estará, na próxima terça-feira, comemorando 113 anos.

Estamos com uma extensa programação de inaugurações, eventos culturais e artísticos durante toda a semana, desde o dia 17 até o dia 24 de abril, que é a data efetiva da comemoração dos 113 anos do município de Palhoça. Entre as obras que estão sendo inauguradas nesse período, temos o asfaltamento do Aripú, que vai acontecer no próximo sábado, às 10h. Como o deputado José Natal já referenciou, o governador Luiz Henrique estará presente em Palhoça, no domingo à noite, às 20h30min, para assinar o convênio, assumindo, assim, o compromisso da construção do Centro Multiuso.

Nestes últimos dois anos e três meses, esse município vem passando por um processo de grande desenvolvimento, de mudança de cara, porque, a partir do momento em que o prefeito Ronério Heiderscheidt assumiu a prefeitura, nós tivemos um novo impacto visual naquela cidade, uma motivação muito maior das pessoas daquele município, com a elevação da sua auto-estima e também com a atração de diversos empreendimentos que se estão instalando naquele município.

Temos mais de 50 empresas instalando-se lá, algumas de grande porte, como a *softway*, que deve inaugurar, no próximo mês de maio, junho, as suas instalações em um prédio que está sendo construído ao lado da Unisul, que empregará 2.000 jovens na faixa etária de 16 aos 18 anos. Isso certamente irá proporcionar o primeiro emprego à nossa juventude.

Está sendo construído lá também o centro de distribuição das lojas Renner, que está prestes a ser concluído, o laboratório Milian e outras empresas. Nós estamos com cinco distritos industriais já em andamento e isso vai fazer com que o município, neste ano e no próximo, gere algo em torno de 14, 15 mil novos empregos. Isso vai fazer também com que o município de Palhoça saia da sua condição de município dormitório da Grande Florianópolis para ser, entre todos os municípios, aquele que mais vai se desenvolver nessa região. Deputado José Natal, sem querer fazer nenhum comentário negativo, pois o município de São José passou por uma fase de grande desenvolvimento, agora chegou a vez de Palhoça.

Mas nós vamos junto com São José construir um distrito industrial bastante grande nos municípios da Grande Florianópolis, fazendo com que essa região se desenvolva e tenha aqui indústrias produzindo bens para serem vendidos e abastecer Santa Catarina e o mercado nacional.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Agradeço pelo aparte e parabenizo v.exa. pelo seu pronunciamento, mas quero dizer que eu tenho convicção, como v.exa. também, de que Palhoça, São José e Biguaçu, hoje, não são, com certeza absoluta, mais municípios dormitórios da Grande Florianópolis. O nosso município tem vida própria hoje e contribui com uma fatia muito grande de arrecadação de tributos para o governo do estado, através do ICMS, do IPI e por aí fora. Algumas pessoas ainda dizem isso, aqueles despeitados, lamentavelmente. Mas nós somos municípios que contribuimos, com certeza absoluta, para o desenvolvimento de Santa Catarina. E agora, cada vez mais, com a descentralização do governador Luiz Henrique da Silveira e do vice-governador Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputado José Natal, foram muito importantes as suas reflexões e colocações.

Mas quero, também, aproveitando o tempo que me resta, fazer um comentário sobre um trabalho que foi feito pela secretaria da Fazenda, em parceria com a Polícia Federal e com a fiscalização federal, de combate à pirataria.

Ontem, em Joinville, foram destruídos mais de 200 mil CDs piratas. Cada vez que acontece esse tipo de procedimento, nós temos que lamentar, porque é com a pirataria que se cria dificuldade na questão de geração de empregos. Cada vez que um cidadão adquire algum equipamento, alguma mercadoria pirateada, ele está contribuindo para a sonegação, para a diminuição de emprego e para a não-arrecadação de tributos. E, o que é pior, os produtos piratas, via de regra, não estão de acordo com as especificações técnicas e adequadas para o consumo, além de serem um perigo para a saúde pública; é um perigo para as pessoas que utilizam esses produtos.

Então, quero parabenizar a secretaria da Fazenda, os seus técnicos, as pessoas que estão atuando no grupo de combate à sonegação, que foi por nós criado quando diretor de administração tributária da secretaria da Fazenda, que está realizando um excelente trabalho em prol de Santa Catarina e do Brasil. Porque o consumo de produtos piratas no Brasil está muito elevado e isso já faz parte das preocupações da Organização das Nações Unidas, que tem alertado sobre a necessidade de se combater esse tipo de procedimento em nosso país, sob pena de daqui a pouco nós sofreremos represálias.

Enfim, quero parabenizar os técnicos da secretaria da Fazenda, já que Santa Catarina é o primeiro estado que implementou esse grupo ostensivo de combate à pirataria e ao contrabando, dando, com isso, a sua parcela de contribuição para o desenvolvimento do nosso estado.

Cito aqui como exemplo de ação benéfica nesse sentido uma indústria no município de Indaial, que a deputada Ana Paula de Lima deve conhecer bem, que é a Indústria de Relógios Herveg, que estava passando por uma grande dificuldade, a ponto de fechar as suas portas. Mas com o trabalho iniciado por esse grupo, houve uma regularização desse mercado e ela começou a produzir mais e está hoje voltando a gerar novos empregos.

Nós temos outros exemplos no oeste catarinense. No município de Saudades, temos uma das maiores empresas que produz material esportivo, que é a Classic, que tem sofrido reveses em função do consumo de produto pirata. Esse trabalho é muito importante para que consigamos trazer para a formalidade a comercialização desses produtos, mas também para contribuir para o aumento da arrecadação dos produtos estaduais e federais e para a geração de emprego.

Então, faço uso deste espaço para alertar a população de Santa Catarina no sentido de evitar que consuma produtos piratas por serem mais baratos, pois trazem um efeito nocivo à economia de Santa Catarina, à saúde pública, em muitos casos através de medicamentos, de bebidas e cigarros, que são comercializados de forma pirateada. E, além de o estado deixar de arrecadar, acaba tendo que gastar mais com a saúde pública por conta do consumo desses produtos que são nocivos à saúde, e sob qualquer ângulo que se analise essa questão.

Meus cumprimentos aos técnicos da secretaria da Fazenda e que o governo do estado continue dando o apoio necessário, com o envolvimento do Ministério Público, que tem participado dessas ações, como também de todos os órgãos reunidos, que têm dado a sua contribuição para melhorar a qualidade de vida do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - A Presidência gostaria de cumprimentar a deputada Ada De Luca pela passagem do seu aniversário. Desejamos muita felicidade, serenidade, muita paz e que o seu mandato seja repleto de sucesso, assim como a sua vida sempre foi.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, srs. deputados e sra. deputada, esta Casa, hoje, está muito feliz por ter várias deputadas mulheres. E como hoje temos aqui duas aniversariantes, este Poder tem que comemorar. Estão de aniversário as deputadas Ada De Luca e Ana Paula Lima. Eu acho que a festa vai ser grande. Os deputados estão esperando o convite para começarem a festejar, a partir do meio-dia.

Então, desejamos cumprimentar as duas deputadas e desejar muito êxito, muito sucesso, muita saúde e que Deus as ilumine nesses mais 50 anos pela frente em que ainda vão comemorar os seus aniversários.

Eu gostaria de poder comemorar, hoje, também, srs. deputados, aquilo que as comunidades de Passo de Torres e de Torres comemoraram no final da semana passada. Diz respeito a um pleito de mais de 50 anos de toda aquela região que faz divisa entre Passo de Torres e Torres, do rio Mampituba. A população estava quase perdendo a esperança, pois passava governo, entrava outro e os compromissos, evidentemente, não aconteciam, mas de repente aconteceu.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado, aproveitando, rapidamente, o espaço do partido, quero também falar sobre algumas ações do governador Luiz Henrique no Alto Vale do Itajaí.

O governador, deputado Manoel Mota, esteve, no domingo, participando do aniversário de 78 anos da cidade de Rio do Sul. Inclusive, ele apóia a administração do prefeito Milton Hobus, que é do PFL, porque é uma administração bem sucedida, com muitas obras; ele está, eu diria, até, revolucionando a administração de Rio do Sul.

Com a sua ida até Rio do Sul, deputado, o governador assinou um convênio de R\$ 14,4 milhões para um conjunto de obras no valor de R\$ 30 milhões. Eu poderia até ousar e dizer que é o maior volume de obras de toda a história de Rio do Sul, através da parceria com o governador Luiz Henrique. Temos como exemplo a ligação de Rio do Sul a Presidente Getúlio, pelo bairro Itoupava, de 19 quilômetros, para encurtar a distância de Rio do Sul até o vale norte; a ligação até o presídio que está sendo construído pelo governo do estado, no bairro Fundo Canoas; a ligação do bairro Boa Vista com Santa Clara; o elevado que o prefeito Milton Hobus está construindo, que vai ligar o bairro Canoas; a BR-470 ao centro da cidade, e vai agilizar todo o trânsito de Rio do Sul em relação, inclusive, a Ituporanga e a outras cidades; um parque municipal com 30.000m<sup>2</sup>, com bosque, trilhas, estacionamentos e tudo mais. Isso faz com que Rio do Sul, que é a capital do Alto Vale, a maior cidade do Alto Vale, realmente se consolide com esse grande pólo. Então, graças a essa visão do governador Luiz Henrique, numa parceria com a prefeitura de Rio do Sul, através do prefeito Milton Hobus, que está ocorrendo uma grande revolução naquela cidade.

O governador também esteve no município de Laurentino, como o Salésio Nardelli, meu amigo, e outros que o acompanham, assinando um convênio para a construção de diversas casas, demonstrando que realmente é um governo que faz, que realiza, que está presente e descentralizado em todas as suas ações. Com certeza, deputado Manoel Mota, nós temos que ter muito orgulho deste governador, deste governo, que já ficou por quatro anos, foi aprovado nas urnas e continuará fazendo um grande governo por toda Santa Catarina.

Muito obrigado a v.exa., deputado Manoel Mota, pelo aparte!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero cumprimentar v.exa., deputado Rogério Mendonça, e dizer que aquele povo competente e trabalhador sabe eleger os seus representantes. Ele elegeu v.exa. por várias vezes, como também o eminente deputado João Matos. Assim fica fácil de as coisas acontecerem. Com o governador fazendo parcerias com os prefeitos, as coisas vão acontecendo.

Então, como líder da bancada, eu me sinto orgulhoso de ter v.exa. atuando dessa forma na minha bancada, sendo vibrante, atuante, fazendo as coisas acontecerem também na região do Alto Vale.

O nosso governo é um governo comprometido com a sociedade, é o governo da descentralização, é um governo moderno que busca resultado para a população. Então, esse é mais um resultado, é mais um momento de alegria, pois estamos vendo as coisas acontecerem, a cada momento, em Santa Catarina. Às vezes, nós recebemos críticas e mais críticas, pois é o papel da Oposição. Mas na verdade e na prática, o governo vem atuando, vem trabalhando com muita responsabilidade.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Permita-me complementar: o governador, além de ter ido domingo a Rio do Sul, na terça-feira esteve lá novamente recebendo uma delegação de paraguaios. Ele foi visitar, também, o município de Aurora, para conhecer o projeto de microdestilarias de álcool, que prevê a construção de microdestilarias para abastecimento e atendimento de grupos de agricultores, de cooperativas que poderão usar esse combustível, o álcool, para atender o seu veículo, o seu trator, a sua máquina agrícola.

Inclusive, há um projeto de minha autoria, deputado Manoel Mota, que prevê esse programa de microdestilarias em Santa Catarina e que foi regulamentado pelo governador Eduardo Pinho Moreira. Vejam só, o governador esteve lá no domingo, assinou convênios para muitas obras na região de Rio do Sul e de Laurentino, prestigiando essas comunidades. Aliás, Laurentino não é administrado pelo PMDB, PFL ou PSDB, é do PP a prefeita daquele município, que recebeu o convênio sem discriminação. Isso é que é importante! O governo atende a todos. A prefeita do PP fez um elogio público ao governador, cumprimentando-o - saiu em todos os jornais -, dizendo do grande governador que é Luiz Henrique da Silveira, os prefeitos do PP reconhecem.

Logo, logo também os deputados do PP, aqui, também estarão reconhecendo, porque eles não podem ficar sozinhos. Toda a sociedade já está reconhecendo o grande governo de Luiz Henrique.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Cumprimento o eminente deputado Rogério Mendonça. Isso é verdade, porque em Sangão e em Morro da Fumaça aconteceu a mesma coisa, o prefeito do PP rasgou elogios ao governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Mas, com muita honra ouço o eminente deputado José Natal, que vem do município vizinho, de São José, trazer a sua contribuição e evidentemente honrar aquela região.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, nobre deputado, pelo seu carinho com este deputado.

Quero dizer a v.exa., a toda Santa Catarina, e àqueles deputados que não estiveram, na última sexta-feira, na inauguração da ponte que liga Passo de Torres a Torres, no Rio Grande do Sul, que quando v.exa. vem a esta tribuna falar com veemência dos problemas da região sul, o senhor tem razão. Fiquei surpreso com o carinho que as pessoas que lá estavam têm com a sua pessoa e a do governador do estado.

Há muito tempo, na minha vida pública, eu não via a inauguração de uma obra prestigiada por tantas pessoas, que aguardaram por mais de três horas, ouvindo os pronunciamentos, os discursos.

O prefeito Newton Bitencourt, conhecido como Galego, uma pessoa carismática - que carinho ele tem por v.exa. -, também disse que o senhor foi o grande baluarte, é lógico junto com outros deputados, para a concretização da obra, que se não fosse o governador Luiz Henrique da Silveira, v.exa. e aquelas comunidades não teriam a felicidade de ver inaugurada a obra naquele dia. A participação do Rio Grande do Sul foi notória, até o vice-governador daquele estado fez o seu pronunciamento.

Descentralizar com certeza é isso, é fazer com que os governantes não tenham mais necessidade de atravessar a ponte todos os meses atrás do governador do estado e dos seus administradores. Descentralizar é o governo ir, como está indo, às cidades atrás dos líderes comunitários, prefeitos e secretários.

Quero parabenizar v.exa. Não o fiz no decorrer da semana, mas quero parabenizar v.exa., o governador do estado e a sua equipe pelo carinho que senti, porque percebemos quando o povo tem calor humano por uma pessoa e foi o que sentimos com relação a v.exa., sentimos que era dedicado à sua pessoa por toda a sua luta pela região sul. Parabeno-o.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, deputado José Natal, incorpo o seu aparte ao meu pronunciamento.

É uma pena que o deputado Joares Ponticelli não esteja presente, lamento. Gostaria que ele estivesse por perto para dar uma olhada naquela foto, para saber o número de pessoas que estavam em Passo de Torres. É uma coisa fantástica! Ele diz que as minhas obras são só na imaginação, mas parece que não estou sonhando, não estou imaginando, porque estou vendo, no painel, uma foto bonita, com um público extraordinário! Faz muito tempo que não vejo tantas pessoas como em Passo de Torres, na inauguração da obra no último sábado. Houve festa, os deputados José Natal e Professor Grando estavam lá prestigiando. Que coisa linda!

A democracia faz com que todos participem. Eu convidei todos os deputados, convidei também o eminente deputado Joares Ponticelli, para ele pelo menos tentar enxergar alguma coisa, mas ele não consegue enxergar, porque não participa, não vai. Por isso seria bom ele dar uma olhadinha naquela foto, porque ela simboliza o que vem acontecendo em Santa Catarina a cada instante.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Vou ouvir uma pessoa especial, amiga de sempre. Tive a honra de trabalhar, por muitos mandatos, com seu esposo, Walmor De Luca. V.Exa. sabe por quantos e quantos mandatos eu trabalhei com o Walmor De Luca?

Há líderes da região que reclamavam dizendo que eu era o guru do Walmor De Luca, e agora v.exa. está aqui ajudando, trazendo a sua contribuição e ficamos honrados, deputada Ada De Luca, com a sua participação. Ouço v.exa.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Manoel Mota, em primeiro lugar quero cumprimentar a nossa presidente, deputada Ana Paula Lima, que está de aniversário no dia de hoje, e também quero parabenizar a comunidade indígena, porque hoje é o Dia do Índio.

Gostaria de parabenizar v.exa., deputado Manoel Mota, porque sei de sua garra, sei da sua luta, conheço-o há mais de 30 anos, sempre na defesa do nosso sul. Parabéns, porque nesta obra do governo Luiz Henrique, v.exa. realmente foi e é um baluarte nessa conquista.

Estamos todos nós de parabéns, tanto Santa Catarina quanto Rio Grande do Sul e o povo catarinense, acima de tudo, com mais de 100 dias de governo, com mais de cem obras, do nosso eminente e grande governador Luiz Henrique.

Parabéns, deputado Manoel Mota, v.exa. merece estar eufórico, v.exa. merece vibrar, porque foi mais uma conquista para todos nós do sul. Mas v.exa. foi um baluarte nessa conquista.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, deputada Ada De Luca, faço minhas as suas palavras e incorporo-as em meu pronunciamento.

Gostaria que voltassem a mostrar a foto, porque lá eu vi muita euforia, muita alegria, vi uma conquista da população. Estava lá toda a imprensa do sul que tem nos ajudado, tem contribuído, tem dado sua participação. O ex-prefeito Aureo André Henrique teve um papel fundamental e o prefeito Alemão, um guerreiro, um lutador que fez com que esse evento acontecesse. Deputado Edson Piriquito, dê uma olhadinha para ver o povo que lá compareceu. Foi uma loucura! Deputado João Henrique Blasi, líder do governo nesta Casa, que faz seu trabalho com tanta competência, eu gostaria que v.exa. estivesse lá para acompanhar de perto, gostaria que esta Casa estivesse presente, para ver a alegria daquela população.

Sabem o que é uma cidade dividida por um rio? Só uma balsa fazia essa travessia e hoje existe uma ponte. No dia da inauguração o Ibama ainda não tinha dado a licença, e a população foi lá e arreventou as correntes, mas o Ibama, na segunda-feira, concedeu a licença, está tudo normal, num clima de tranquilidade.

Evidentemente que ganhou Passo de Torres, ganhou Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, porque temos um governo comprometido com o nosso estado, que quer fazer aquilo que é fundamental para desenvolver Santa Catarina.

Quero dizer com muita alegria, deputado Edson Piriquito, que o governo, a cada momento, entrega uma obra nos quatro cantos de Santa Catarina. É a primeira vez que um governo não discrimina ninguém, que faz obras para todos os prefeitos.

Foi entregue uma obra ao prefeito de Morro da Fumaça, prefeito do PP, que rasgou elogios ao governador, disse que os outros governos, inclusive o dele, mentiu e enganou, e Luiz Henrique veio salvar todas as palavras dos governadores.

Então, é essa coisa linda que nos faz vibrar, que nos dá emoção ao entregar essa obra à sociedade de Santa Catarina, porque é para isso que estamos aqui, que fomos eleitos, para darmos resposta e resultados à população.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Agradeço pelo aparte, deputado Manoel Mota. Eu, de prima-face, quando olhei a foto pensei que fosse a comemoração de ano novo em Balneário Camboriú, que é um dos balneários mais badalados do sul e do mundo. Fica assim em Balneário. A nossa ponte, lá na Barra Norte, fica completamente lotada, prestigiada fortemente pelo povo de todo o estado catarinense, do nosso país e até do exterior. Mas não, essa é inauguração da ponte tão propalada, já, pelo nobre deputado.

Quero parabenizá-lo pela luta, pela sua garra, pela sua determinação, pela sua vontade, por essa busca constante em trazer ao povo catarinense as ações do governo do estado.

E digo aos deputados de Oposição que fazem a crítica pela crítica - porque depois eles ficam fazendo a matemática e acabam não alcançando os números para saber como é que conseguimos ganhar a eleição -, que se ganha eleição assim, trabalhando com seriedade.

Lá nas Regionais também é assim, por isso elas deram certo, o povo também aprova, o povo participa e discute. Por isso que esse nosso modelo de gestão administrativa tem sido aprovada. Essa é a explicação que se pode dar ao deputado Joares Ponticelli que representa aqui...

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu acho que o deputado Joares Ponticelli vai dar uma olhadinha. É impossível que o eminente deputado Joares Ponticelli não vá dar uma olhadinha naquela foto. Eu não acredito que ele vá agüentar e não vai olhar para aquela foto.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Eu acho que lá no gabinete ele já olhou. Acho que ele está se coçando para olhar aqui também, deputado Manoel Mota. Quero parabenizá-lo, é assim que se ganha eleição, é assim que se dá resposta à população catarinense: trabalhando.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer o aparte do eminente deputado Edson Piriquito e dizer que as pessoas, que os deputados que estão aqui, tanto os do governo quanto da Oposição, fazendo as suas críticas, agora têm que admitir que é um governo comprometido com a sociedade, que vem realizando e vem entregando obras.

E o eminente deputado Joares Ponticelli diz que as obras que o governo faz são da minha imaginação, por isso apresentei aquela foto, mas não tem jeito, ele não olhou de jeito nenhum para ver a festa extraordinária, a festa do povo de Santa Catarina, comemorando não só vitória de Luiz Henrique da Silveira, mas as obras que vêm acontecendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, nossos ouvintes, telespectadores, visitantes, primeiro quero parabenizar as deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca pela passagem do aniversário, desejando-lhes muitas felicidades.

(Passa a ler.)

"Quero agradecer ao presidente Julio Garcia pela oportunidade de representar esta Casa na X Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, nos dias 10, 11 e 12 de abril". Posteriormente vou entregar um relatório ao presidente das atividades que participamos, mais para ilustrar aos nobres colegas. Nós tivemos, nesses três dias, intensas atividades.

(Continua lendo.)

"O presidente Luiz Inácio Lula da Silva levou ótimas notícias na terça-feira, dia 10, aos cerca de 3.000 prefeitos de todo o Brasil, presentes na solenidade de abertura deste movimento organizado pela CNM - Confederação Nacional dos Municípios, com apoio da FNP - Federação Nacional dos prefeitos. A mais festejada foi a de que o governo vai orientar a sua base de apoio a votar em separado o dispositivo que permite o aumento de um ponto percentual no repasse do FPM, de 22,5% para 23,5%.

A notícia agradou a todos os gestores municipais, que vinham lutando por isso há mais de três anos.

Com a intimidade de quem conhece a realidade dos prefeitos e de reconhecer o seu dever de reivindicar, lembrou as conquistas que os municípios tiveram durante o seu primeiro governo, como a constituição do Ministério das Cidades, a divisão da Cide com os estados e municípios, a transferência do Imposto Territorial aos municípios, a lei da Cosip, do novo ISS, do transporte escolar, o aumento dos repasses da merenda escolar e do SUS, entre outros.

Além do aumento do FPM, o presidente Lula anunciou, ainda, que irá reduzir, a níveis simbólicos, de 20 até 0,1%, as contrapartidas dos contratos firmados no ambiente do PAC, envolvendo habitação, saneamento e infra-estrutura urbana.

Para completar, o presidente afirmou que serão liberados novos recursos para a saúde pública e foram iniciados os estudos para financiar, desonerado os impostos, a produção de um ônibus *standard* para o transporte escolar das crianças brasileiras. Também anunciou a criação de assessorias para atender os prefeitos nos Ministérios, a exemplo do atendimento aos parlamentares, e ampliar as salas das prefeituras na Caixa Econômica Federal, e ainda ter lá um corpo técnico e projetos padrões de casas e apartamentos, auxiliando, principalmente, os pequenos municípios que não dispõem de equipes para elaborar esses projetos.

Foi um dos mais importantes encontros políticos do Brasil: havia o presidente, 23 ministros, deputados de todos os partidos, senadores, 3.000 prefeitos, secretários, vereadores, assessores, enfim..."

No final da tarde do dia da abertura, nos reunimos com a bancada catarinense, onde estiveram presentes todos os três senadores e os 16 deputados. E os prefeitos, claro, pediram apoio para as reivindicações municipalistas, e foram extremamente bem compreendidos, uma vez que, inclusive, a maioria dos deputados e senadores já foram prefeitos e conhecem bem a realidade dos municípios.

Também, no outro dia, houve uma palestra com o ministro da Educação, que garantiu que o novo Fundeb nenhum município perde, pelo contrário, todos saem ganhando. O governo coloca mais R\$ 2 bilhões por ano na educação.

Em outra ocasião, houve uma polêmica sobre a votação da Emenda n. 187 que a bancada do governo rejeitou, e que previa o uso de recursos do Fundeb para o transporte escolar da rede municipal, passando os recursos diretamente para os municípios, o que é uma inconstitucionalidade.

Mas os prefeitos, porque não confiam nos seus governadores, ficaram encantados com essa proposta do governo federal reter o dinheiro do transporte da rede estadual e passar direto para os municípios, o que era uma inconstitucionalidade muito grande.

A reforma tributária também foi discutida e o governo garantiu que irá apresentar, até o final de julho, uma nova proposta entregue ao Congresso Nacional, com a criação do Imposto do Valor Agregado, o IVA, nos níveis federal e estadual, que é o principal ponto da proposta.

(Continua lendo.)

"O IVA federal agregaria o IPI, a Cide, o Cofins, CSLL e Pasp. E o imposto estadual talvez, possivelmente, incluiria o ICMS e possivelmente o ISS dos municípios." De tal forma que estamos caminhando com a idéia de um imposto único, que é uma das reivindicações da sociedade brasileira.

"Também foi discutida a reforma política, com a previsão das questões da fidelidade partidária, o financiamento público de campanha, as listas pré-ordenadas, onde os candidatos de cada partido são apresentados aos eleitores em uma lista por ordem de preferência para ocupar as cadeiras obtidas pelo quociente eleitoral, o fim das coligações proporcionais e a criação de federações partidárias, que permitem que, por um prazo mínimo de três anos, pequenos partidos se reúnam em torno de programas específicos", explicou Otoni."

Então, assuntos de toda ordem, de interesse dos municípios, foram abordados na 10ª Marcha de Prefeitos.

Aproveitei a visita, deputado Joares Ponticelli, para visitar o Ibama e a sua Câmara de Compensação Ambiental, para verificar a possibilidade de refazer o Plano de Trabalho das Medidas Compensatórias da Duplicação da BR-101/sul. Os municípios do sul do estado não se sentem contemplados com aquele plano de trabalho, e vamos, inclusive com a Fecam, visitar o presidente do Ibama para tentar rever essa questão.

Também fizemos uma visita ao DNIT, onde os prefeitos e representantes dos municípios entre Palhoça e Passo de Torres, liderados pela Fecam, acompanhados por este deputado e pelas quatro Associações Microrregionais do Sul, formalizaram o desejo de suspender o convênio DNIT-Codesc e fazer um convênio DNIT e municípios do sul do estado relativo ao plano diretor. É um convênio que faz, nas medidas compensatórias, um repasse para os municípios elaborarem os planos diretores das cidades atingidas pela duplicação da BR-101.

Como temos prazos para terminar os planos diretores, e esse convênio está lá há sete anos e não caminha, talvez porque o estado não queira botar contrapartida, a solução seria fazer direto DNIT com os municípios.

Uma das propostas apresentadas é que sejam realizadas marchas estaduais, a exemplo da marcha nacional, porque muitas das conquistas dependem dos governos estaduais. E aí foi extremamente importante a presença do representante da Assembléia Legislativa na marcha para acompanhar e para apoiar esses movimentos. Inclusive, muitos aqui já foram prefeitos, assim como eu, e sabem os problemas que os prefeitos enfrentam. E tenho dedicado o meu mandato ao mandato municipalista, em solidariedade aos prefeitos, aos municípios, que é onde o povo vive, onde as pessoas moram, onde temos o endereço, onde realmente a vida acontece.

Finalizando, sra. presidente, quero agradecer a Assembléia Legislativa por ter-me dado a oportunidade de representar o Parlamento catarinense nesse tão importante encontro nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTEE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Quero registrar a presença do vereador Sandro Luciano Calikoski, o Batata, de Porto União.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja muito bem-vindo ao Parlamento catarinense, vereador Sandro Luciano Calikoski.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, dos ilustres prefeitos Hugo Lembeck, da cidade de Salete, e Jair José Farias, da cidade de Bom Retiro.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja bem-vindos ao Parlamento catarinense, srs. prefeitos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sra. presidente e companheiros deputados, no horário do meu partido, o PPS, gostaria de pedir o apoio ao projeto de emenda constitucional do nosso líder nacional, nosso líder em Santa Catarina e nosso deputado federal, o popular Fernando Coruja.

Nós sabemos que só neste ano a CPMF arrecadou R\$ 32 bilhões, e que está previsto para 2007 arrecadar R\$ 35 bilhões. O que o nosso deputado fez, e que já teve o apoio de vários governadores e lideranças? É bom que esta Casa tome conhecimento, e que o povo de Santa Catarina também, primeiro, que a recusa do governo federal em compartilhar a CPMF com estados e municípios levou o líder do PPS na Câmara, deputado Fernando Coruja, a elaborar uma proposta de emenda à Constituição que obrigasse a União a destinar 20% dos recursos do chamado imposto do cheque para os demais entes da federação, que são estadual e municipal. Até então toda CPMF está na mão do governo federal.

A divisão da CPMF proposta pelo parlamentar supera em cinco vezes o valor pleiteado pelos prefeitos durante a 10ª Marcha a Brasília, com o aumento do repasse do Fundo de Participação dos Municípios, reajuste de um ponto percentual, que foi num total de R\$ 1,3 bilhão.

Ora, se 20% serão destinados aos municípios, de R\$ 35 bilhões, significa que nós teremos R\$ 7 bilhões para os municípios. Portanto, aumentará cinco vezes mais daquilo que foi dado num ponto percentual aos municípios.

Isso realmente é uma descentralização. Tivemos total apoio do presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, para essa emenda; tivemos o apoio de Aécio Neves, também de Minas Gerais, como governador, que está levando, em nível nacional, esse movimento junto aos governadores, junto aos municípios para que, realmente, o projeto de emenda constitucional do deputado Fernando Coruja tenha êxito.

Mas o deputado Fernando Coruja foi além. Propôs também dividir a Cide e o Cofins. Então, observem bem: nós sabemos que a Constituinte de 88 descentralizou a arrecadação tributária da questão federativa, naquele pacto federativo da Constituição de 88. Depois, a federação, através do governo central, do governo federal, concentrou a arrecadação na CPMF, na Cide e no Cofins. O total rende aos cofres federais R\$ 132 bilhões.

Ora, srs. deputados, agora é época de descentralizar, de ajudar os municípios. Então, a emenda constitucional proposta pelo deputado Fernando Coruja propõe que, da CPMF, 20% vão para os municípios, 20% vão para os estados e 60% continuem no governo federal. Da mesma maneira, a questão da Cide: que vão para os estados - que está indo 29 - 46%. Da mesma forma, a questão do Cofins.

Então, este é um bom projeto que responde à realidade nacional, e nós precisamos apoiar esse projeto, uma emenda inteligente do nosso líder do PPS, deputado Fernando Coruja.

Sra. presidente e companheiros deputados, eu estou dando entrada também, e peço o apoio de todos os pares desta Casa, a um projeto que destina aos hospitais filantrópicos de Santa Catarina 10% das multas de trânsito, porque muitos dos pacientes são acidentados também, através do trânsito. E nós sabemos que muitos hospitais estão passando por sérias necessidades.

Então, gostaríamos de justificar esse projeto.

(Passa a ler.)

"É sabida a insatisfação da população com o que se convencionou chamar 'indústria das multas'. Contudo, se um percentual dessa cobrança for destinado aos hospitais filantrópicos, que prestam inestimável atendimento da saúde pública à população, por certo o contribuinte sentir-se-á mais confortável. Todos sabem, principalmente os que residem no interior, o sacrifício que os hospitais filantrópicos fazem a fim de atender aos necessitados. Nada mais justo que uma parcela de multas cobradas"...[sic]

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, deputado Professor Grandó.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, desejo, neste momento, registrar, com grande satisfação e muita alegria, a presença do grupo da terceira idade, da melhor idade, Gente Alegre, de Joinville, do bairro Costa e Silva, coordenado pela dona Rovena. Estão aqui 40 participantes desse grupo que realiza um trabalho social, de confraternização e de integração há 13 anos.

Portanto, registramos, com muita satisfação, a presença desse grupo. E quero dizer também que Joinville tem 150 grupos da terceira idade e que esse é um segmento muito importante não só para Joinville, mas para toda Santa Catarina e o Brasil. Sejam bem-vindos!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Esta Presidência agradece a visita dos cidadãos da cidade de Joinville.

Sejam bem-vindos à capital do estado de Santa Catarina e ao Parlamento catarinense.



O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sra. presidente, gostaria de saudar o vereador Sandro Luciano Calikoski, do município de Porto União, que se encontra presente nesta Casa.

Sinta-se à vontade e saiba que estamos à disposição de Porto União. Um grande abraço!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos visitam, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital, uma das preocupações maiores da sociedade catarinense, brasileira e mundial é, sem dúvida nenhuma, o crescimento da violência, deputado Reno Caramori. Eu não tenho dúvida de que todas aquelas senhoras do grupo da terceira idade de Joinville que aqui estão, que são mães, donas-de-casa, avós, assim como todas as demais mães, preocupam-se, cada dia mais, com a segurança dos seus filhos, dos seus netos e da comunidade.

Não há preocupação maior na sociedade mundial, neste momento, do que o crescimento da violência, deputado Reno Caramori. Os números, que estamos amargando, da violência no mundo todo são assustadores, deputado Dagomar Carneiro. Essa é, sem nenhuma dúvida, a maior preocupação da família no dia atual. As pesquisas apontam isso. A preocupação primeira já foi com a educação, depois a saúde, e hoje, com o crescimento da violência, o aumento da segurança do cidadão é o maior pleito, a maior busca de qualquer sociedade.

Aqui em Santa Catarina nós estamos assistindo ao governo entrar no caminho inverso, deputada Odete de Jesus. Ao invés de priorizar investimentos e recursos para a educação, nós assistimos, recentemente, infelizmente, deputada Ana Paula Lima, presidente desta sessão, com o aval de 26 dos 40 deputados desta Casa, a redução dos recursos dos investimentos em segurança pública.

Estou com a minha consciência tranqüila, assim como a minha bancada e mais a bancada do PT, a deputada Odete de Jesus e o deputado Sargento Amauri Soares, que votamos contra a reforma. Agora, quem votou a favor da reforma, precisa fazer uma reflexão.

No art. 171 da reforma, que, como bem diz o número, é o número do estelionato, aprovado pela maioria dos deputados desta Casa, o governador se autoperdoou da dívida dos recursos que tomou dos fundos de reaparelhamento da Segurança, colocou na vala comum, no caixa geral do estado, e não os devolveu.

E para nossa surpresa, no dia de hoje, a coluna do jornalista Adelor Lessa, de Criciúma, dá conta dos cortes na Segurança Pública, na região de abrangência do 9º Batalhão em Criciúma. Na coluna do jornalista Paulo Alceu: "Secretário Ronaldo Benedet reclamando o dinheiro que o governo tomou dos fundos e não devolveu"; e mais detalhadamente, a coluna do jornalista Moacir Pereira, deputado Silvio Dreveck, faz um resumo de uma reunião da Segurança no dia de ontem, dizendo:

(Passa a ler.)

"A parte negativa da reunião foi aquela que revelou, outra vez, a precária situação financeira do governo catarinense. Precária e até agora misteriosa e inexplicável pelo que foi proclamado na passagem do governo. A ordem dada pelo secretário é 'cortar despesas', enxugar a máquina. Além de cancelamento de contratos de terceirizados, serão suprimidos gastos considerados não-emergenciais.

A segurança pública tem recursos próprios para executar sua política de proteção ao cidadão, mas as constantes intervenções da Secretaria da Fazenda suprimem esta autonomia financeira e orçamentária.

Quando o deputado Ronaldo Benedet assumiu a Secretaria de Segurança Pública pela primeira vez, em 2004, a arrecadação total do setor era de R\$ 100 milhões. Esta receita passou para mais de R\$ 200 milhões em 2006. O problema é que a Fazenda raspou o tacho, transferindo para o Tesouro R\$ 66 milhões, destinados ao pagamento da folha. E este recurso próprio não foi totalmente devolvido.

E há consenso entre os técnicos e autoridades do setor: sem recursos financeiros não há como fazer segurança pública, muito menos aquela considerada ideal, de inteligência policial e de caráter preventivo." [sic]

Agora, já não é mais a Oposição que reclama, deputado Silvio Dreveck. Quem está reclamando agora que o governo tomou R\$ 66 milhões dos fundos de reaparelhamento da Segurança Pública é o próprio secretário Ronaldo Benedet. Nós não votamos a favor disso. Pelo contrário, deputado Décio Góes, nós estamos ingressando com uma ação na Justiça propondo a derrubada desse artigo que permitiu o calote do governador na Segurança Pública de Santa Catarina.

Os fundos foram criados exatamente para separar o dinheiro, para retirar uma parte e colocar num fundo, numa conta própria, para uma destinação específica. E o que vimos o estado fazer, o governador fazer, com a aprovação de 26 deputados? Foi exatamente tomar esse dinheiro que tinha uma destinação específica para a melhoria das condições do trabalho da Segurança Pública, para investimentos em tecnologia, em equipamento, em armamento, em munição. Mas o governo, desesperado que está do ponto de vista financeiro, tomou esses recursos, colocou no caixa geral, deu outra destinação e autoperdoou-se da dívida.

E agora, deputada Ana Paula Lima, é o próprio secretário Ronaldo Benedet que reclama da secretaria da Fazenda. É o que disse aqui o deputado Kennedy Nunes: "Este governo mais parece a Torre de Babel".

Na secretaria de Educação, estamos vivendo o caos da educação de Santa Catarina. E para piorar, parece-me, segundo as notícias de hoje, que há uma briga pública já dos deputados com o secretário Paulo Bauer. Os deputados querem indicar politicamente seus cabos eleitorais e o secretário Paulo Bauer não quer porque quer fazer uma gestão técnica, eficiente, de resultados. E não aceitando a indicação dos deputados, parece-me que está criando mais um problema para o governador Luiz Henrique da Silveira. Até moção de repúdio a bancada, segundo a imprensa, está elaborando, porque o secretário Paulo Bauer não aceita indicação com a filiação partidária. Esse é o critério da nomeação do diretor, é o caos se instalando em todos os setores.

Nós precisamos reagir! Não é possível assistir a isso tudo calado! Enquanto isso o governador, ao invés de no mínimo se preocupar com a retomada desse investimento, fica brincando de fazer uma reforma eleitoral novamente, querendo mudar, inclusive, o mapa dos candidatos de Santa Catarina.

Na semana passada, vimos o governador gastando energia para tentar buscar um candidato para Balneário Camboriú, lá em Brusque, desprestigiando as lideranças de Balneário Camboriú. Parece que o governador não confia em ninguém, pois acha que não há uma pessoa competente para comandar Balneário Camboriú, querendo importar um candidato de Brusque.

Nesta semana, vimos o governador dando outra demonstração de que não confia mais em nenhuma liderança de Joinville, querendo buscar o deputado Mauro Mariani, de Rio Negrinho, para ser candidato em Joinville.

O governador só pensa em fazer política, deputado Silvio Dreveck. Eu tenho medo de que ele esteja elaborando a quarta reforma administrativa e que talvez nessa reforma ele resolva se autoproclamar imperador, Santa Catarina independente do Brasil, e vai acabar com as eleições nos municípios. Talvez na quarta reforma ele queira criar 293 secretarias Regionais e aí ele nomeia o prefeito e não precisa mais passar por essa bobagem de eleição. Porque se está mudando, agora, os candidatos, ele que pegue Ciro Rosa e o coloque em Balneário Camboriú, pois não acredita em ninguém de lá! Ele precisa do Ciro Rosa, que é em quem ele confia; de Mauro Mariani, em Joinville. Talvez ele queira acabar com a eleição e nomear os 293 prefeitos. Talvez seja esta a intenção.

Enquanto isso, a Segurança Pública está um caos. É o secretário Ronaldo Benedet chamando nas entrelinhas o governo de caloteiro, dizendo que o governo tomou R\$ 66 milhões da Segurança e não devolveu. É o secretário Paulo Bauer tentando retirar a educação do caos e me parece que não tem apoio, porque querem continuar indicando politicamente aqueles que estão quebrando a educação de Santa Catarina. É o caos se instalando!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos oito minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0215/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, e 0216/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Pedro Baldissera, que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei n. 0087/2003, que dispõe sobre a eleição dos dirigentes das unidades escolares da rede pública do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à sra. Aline Rezin, diretora da Escola de Educação Básica Visconde de Mauá, de Tubarão, cumprimentando-a pelos 64 anos de fundação da escola.

Esta Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao secretário nacional de Segurança Pública e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a doação de um helicóptero à Polícia Militar do estado de Santa Catarina.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, eu gostaria de subscrever a moção de autoria do sr. deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula de Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Da mesma forma, sra. presidente, nós, do PPS, gostaríamos de subscrever esta moção.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula de Lima) - Tenho certeza de que o deputado Herneus de Nadal não irá negar a subscrição dos srs. deputados Sargento Amauri Soares e Professor Grandó.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao ministro dos Transportes e ao coordenador da 16ª UNIT/DNIT, solicitando a instalação de sinalização na BR-280 - trecho Corupá a Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao ministro dos Transportes e ao coordenador da 16ª UNIT/DNIT, solicitando a instalação de placa de sinalização específica no trevo de Pirabeiraba, saindo da BR-101.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. presidente, eu gostaria de solicitar ao sr. deputado Antônio Aguiar permissão para subscrever as duas moções, porque acho importante para a nossa região.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu concordo, sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a aquiescência do deputado Antônio Aguiar, o deputado Silvio Dreveck vai subscrever as duas moções.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica que encaminhará ao destinatário a indicação de autoria do sr. deputado Décio Góes, que solicita ao governador do estado e ao secretário da Educação providências para a reabertura da tele sala da comunidade Jardim Montevideu, no município de Criciúma.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, esta indicação é importante, porque já se esgotaram os trâmites regionais e é preciso uma intervenção do secretário de estado, uma vez que o estado também precisa correr risco quanto a esse programa de telesalas.

No início, havia mais de 30 alunos e por isso foi aberta a telesala. Agora, se sete ou oito pessoas desistiram da matrícula, isso não pode impedir que os outros 23 não possam estudar. Eles realmente moram distante cinco quilômetros do centro e nem daria tempo para ir para casa tomar banho, jantar e voltar para a escola se fosse em outra localidade.

Então, eu gostaria de pedir ao Plenário que aprovasse essa indicação.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, deputado Décio Góes.

Esta Presidência, então, encaminhará a sua indicação aos destinatários.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sra. presidente e srs. deputados, eu estava verificando os anais dos documentos dos Bombeiros Voluntários de Caçador, aliás, o orgulho de Santa Catarina, como outros tantos e constatei uma coisa. O deputado Romildo Titon, ontem, no seu pronunciamento, fez uma série de registros sobre a importância e a responsabilidade dos bombeiros, quer voluntários, militares ou comunitários, nos trabalhos que prestam à nossa comunidade. Mas existe, lamentavelmente, ainda um pequeno senão.

Eu vou fazer, aqui, alguns registros, deputado Dagomar Carneiro, para mostrar como as corporações estão hoje apreensivas.

Numa matéria do jornal *A Notícia*, do dia 16, está o seguinte:

(Passa a ler.)

"Enquanto os bombeiros militares divergem com os voluntários por repasse de recursos, registro e até cor de viatura, quase cem municípios catarinenses - 30% dos 293 - não contam com uma unidade da corporação".

Existe essa briga e nós tentamos, durante todo o ano passado, minimizar a situação.

(Continua lendo.)

"Em 2007, o cinturão não fecha" (palavras do comandante coronel Adilson Alcides de Oliveira). "O motivo: 'Não vamos investir em novas unidades se as que já temos precisam de viaturas, reformas e homens', diz o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, coronel Adilson Alcides de Oliveira.

[...]

O presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de SC, Adolar Jark, diz que os voluntários só agem quando as tentativas das prefeituras de trazer os militares não dão certo. 'Nós agimos onde o estado não consegue chegar', diz".

O comandante do batalhão de Lages, coronel Altair Lacowicz, faz uma observação que para mim não serve, como para ninguém.

(Continua lendo.)

"O intuito é coibir que outras entidades se autodenominem de bombeiros Altair Lacowicz, comandante do 5º Batalhão de Lages".

Aí vem a observação. A palavra bombeiro é de uso universal! Não surgirão corporações fictícias e nem aproveitadores.

O ofício que foi encaminhado pelos bombeiros militares ao dr. Adriano Zanotto, procurador-geral do estado, denunciava que os bombeiros de Campo Belo não estavam legalizados. Ainda existe essa encrenca!

O deputado João Henrique Blasi, foi um entusiasta incansável, que nos acompanhou praticamente em quase todas as reuniões com o Ministério Público, onde nove reuniões foram realizadas, e chegamos na décima sem efeito prático algum. Isso entristece o povo catarinense.

(Continua lendo.)

"O procurador-geral do Estado, Adriano Zanotto, ainda não se pronunciou a respeito do caso do caso de Campo Belo do Sul. Ele qualifica o episódio como isolado.

'Independente da decisão, ela será baseada no bom senso e não deve contrariar as articulações feitas para aproximar as duas corporações.

No ano passado, a Abvenc encaminhou à Assembléia Legislativa o projeto que previa a regulamentação dos bombeiros voluntários. A proposta prevê apoios técnico e financeiro a entidades. O texto sofreu alterações e acabou não indo à votação."[sic]

Segundo a Constituição do estado, no seu art. 109, § 2º, o estado tem a obrigação de amparar, dentro da defesa civil, as corporações de bombeiro voluntário, técnica e financeiramente.

Então vejamos: Os bombeiros voluntários nasceram em 1842, no município de Joinville. Os bombeiros militares nasceram em 1919, alguns anos depois.

Nós temos, atualmente, 35 cidades sedes de bombeiros voluntários, sendo que 66 municípios são atendidos pelas corporações desses municípios. Isso representa o atendimento a uma população de 1,4 milhão de pessoas. A ajuda do governo é de 1,11% aos bombeiros voluntários, ou seja, no ano passado, a ajuda do governo foi de R\$ 992 mil.

Os bombeiros militares gastaram, nos seus 86 municípios que cobrem aquelas corporações, são 76 sedes oficiais, R\$ 13,3 milhões e os bombeiros voluntários gastaram R\$ 992 mil. Isso representa 7% do orçamento destinado à Segurança Pública. Portanto, isso representa, em média, por ano, a cada corporação R\$ 28 mil e aos bombeiros militares R\$ 175 mil.

O que nós não podemos entender é que ainda não entramos em um acordo. De todas as atas que nós temos aqui, sempre houve um avanço, sempre foi melhorado o projeto. A PEC n. 002 foi alterada várias vezes com sugestões dos bombeiros militares. O deputado João Henrique Blasi acompanhou, o promotor David do Espírito Santo foi o mediador, mas quando chegamos na última reunião, eles não concordaram com nenhuma das proposições e o projeto não foi votado.

Então, o que nós lamentamos é que a imprensa tenha que mostrar a realidade à sociedade catarinense. Eu atribuo esse problema como uma vergonha, porque não dá para entender que um estado como Santa Catarina, com um povo que compõe uma sociedade brilhante, ainda tenha uma divergência de disputa de poder entre corporações que têm o mesmo objetivo, que é o de salvar vidas, prevenir, melhorar e socorrer.

Esse assunto é para reflexão de nossos parlamentares. Mas vamos voltar a esse assunto, porque é muito importante, eu só estou fazendo hoje um comentário, porque a imprensa mostrou aos catarinenses essa divergência que não satisfaz, nem aos bombeiros voluntários, nem aos comunitários e muito menos aos bombeiros militares.

A sociedade é que está sendo a grande prejudicada. O licenciamento, as vistorias que não são mais permitidas ser realizadas, em alguns municípios, pelos Bombeiros Voluntários, estão perecendo, porque as corporações dos Bombeiros Militares que fazem esse serviço, não têm capacidade técnica suficiente para atender, como já ocorreram casos em Caçador.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, primeiro quero agradecer todas as manifestações de carinho, desejando-me feliz aniversário, dos colegas parlamentares. Mas, também em nome da deputada Ada De Luca, gostaria de convidar todos para dividir um bolo de aniversário na sala de imprensa, não somente aos parlamentares, mas todos os funcionários desta Casa que sempre nos trataram muito bem.

Muito obrigada, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, por dez minutos.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, em homenagem a essas grandes guerreiras, duas parlamentares, as deputadas Ada De Luca e Ana Paula Lima, que faz parte da Mesa, muitas vezes está presidindo as sessões, após o pronunciamento do brilhante e futuro prefeito da cidade de Criciúma, deputado Décio Góes, gostaria que v.exa. encerrasse a sessão para podermos prestigiar o aniversário dessas nobres colegas parlamentares, e saborear o bolo.

Se v.exa. permitir, sr. presidente, esta deputada ainda gostaria de fazer um convite: amanhã à noite, na minha terra amada, Porto União, será realizada uma audiência pública, promovida pelo presidente da Câmara de Vereadores, com relação à empresa de ônibus União, verdadeira sucata, que é uma vergonha. Desculpe, deputado Décio Góes, mas eu precisava convocar a população da minha comunidade de Porto União para participar desta audiência. A empresa tem contrato até o ano 2008, mas os ônibus estão caindo aos pedaços e a população está à mercê desta empresa, porque ninguém vê, parece até que aquele município está largado.

Por isso, estou convidando todos para essa audiência pública, para que possamos revogar esse contrato e colocar novos ônibus, porque a população não pode viver. V.Exa., sr. presidente, que é um deputado sempre voltado para os interesses daquela comunidade, eu o vejo como um parlamentar muito atuante, gostaria que nos ajudasse para que esse contrato fosse rasgado, revogado, e fosse contratada outra empresa que tenha amor ao próximo, para dar maior atenção àquela população que está desamparada.

Muito obrigada, srs. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Consulto as lideranças para saber se concordam que esta Presidência, após o pronunciamento do deputado Décio Góes, encerre a presente sessão.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, após o pronunciamento do deputado Décio Góes esta Presidência encerrará a presente sessão.

O Sr. Deputado Elizeu Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Matos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu acho que v.exa. poderia suspender a sessão por dez minutos e depois daríamos continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Suspendemos, então, a sessão por 15 minutos após o pronunciamento do deputado Décio Góes.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, primeiro quero tecer alguns comentários sobre o pronunciamento do deputado Professor Grandó, que traz a questão das propostas que estão tramitando no congresso nacional para discutirmos nesta Casa. Acho isso importante, porque tem reflexo nos estados.

Ele coloca a questão da CPMF numa divisão de 20% para os estados e municípios. É interessante observarmos, não podemos esquecer, e os municípios sabem muito bem disso, que o valor que o governo federal colabora ou transfere do Sistema Único de Saúde para os municípios, é exatamente dinheiro da CPMF. Então, o governo federal já divide com os municípios muito mais do que 20% do que arrecada com a CPMF.

Outra questão é dividir o dinheiro da Cide e outros impostos. Na verdade, a proposta de reforma tributária do governo pretende criar o IVA, que substitui todos esses impostos e contribuições federais, no sentido de ficar mais fácil a administração e poder desonerar a produção, para diminuir os impostos e aumentar a eficiência da distribuição de recursos. É importante que se esclareçam essas questões.

Ainda repercute na mídia e aqui nesta Casa a visita, a audiência do governador Luiz Henrique com o presidente Lula. Foi uma visita importante para o estado de Santa Catarina, mostra que o presidente Lula não discrimina, que é um presidente que transferiu mais de R\$ 500 milhões por ano para o estado; no ano de 2006 chegou a R\$ 3,7 bilhões.

E os pedidos do governador, é importante esclarecermos, porque se não forem bem explicados tendem a colocar a população catarinense contra o presidente Lula, o que seria injusto. Se a situação do estado está bem é porque há o crescimento da economia e temos vários investimentos no estado que justificam a presença do governo federal maciça e forte, em Santa Catarina.

Entre os pedidos do governador está a utilização de títulos do Ipesc para o pagamento de inativos. Ele quer garantir que o Tesouro Nacional troque os títulos que ele tem em posse, do Ipesc, por títulos futuros. Os que seriam vencidos agora, por títulos futuros. Isso não iria resolver, é embarrigar o problema. Então não seria uma boa solução.

Ele quer a negociação dos serviços da dívida estadual. Na proposta do governo do estado, o pagamento da dívida que Santa Catarina tem com o BNDS seria inserido no valor limite de 13% da receita líquida prevista na legislação. A medida reduziria o repasse de cerca de R\$ 7 milhões para o governo federal. Acontece que o balanço de 2006 do governo estadual acusa o comprometimento da dívida não de 13%, mas sim de 11,29%. Logo, o dinheiro do BNDS está mais ou menos encaixado dentro dos 13% da regulamentação federal.

Ele pediu a contribuição da Petrobras para o fundo do desenvolvimento, o Fundo Social. Ora, se isso acontecesse a Petrobras iria destinar até 5% do ICMS e com isso teria um desconto de 10% desse valor. Então a Petrobras, ao não fazer isso, está abrindo mão de um desconto de 10%, contribuindo com o povo catarinense na Saúde e na Educação. Agora, o governador quer ganhar esse desconto para poder colocar no Fundo Social, porque aí seria um dinheiro desvinculado para ele poder fazer política, colocar onde quiser e sucatear mais a Saúde e a Educação.

Ele pediu que os recursos arrecadados pelo Fundo Social não sejam incluídos na base de cálculo da receita líquida real para reforçar o uso político do Fundo Social. Se é um dinheiro que entra, como não vai colocar no cálculo da receita líquida real? Ou esse dinheiro é irreal, não existe? Esse dinheiro distribuído a rodo, por política, na véspera de campanha, em todo o estado, pelo Fundo Social não existiu? Foi só promessa?

Pediu a liberação da venda da conta-salário dos servidores do Besc. Ao federalizar o Besc o governo já vendeu a conta-salário. É claro que vamos encontrar uma saída para o Besc, existem alternativas, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o governo está estudando isso com muita seriedade, porque há o compromisso com o Besc público, diferente do governo do estado, que fez de tudo no ano passado e neste ano para poder quebrar o Besc.

Pediu antecipação dos valores relativos à compensação previdenciária em cerca de R\$ 400 milhões, em função da morosidade do processo atual. Isso é impossível! Nós fomos prefeitos e sabemos que cada caso é analisado. No processo de cada servidor vai ser visto o quanto contribuiu para o Ipesc e o quanto contribuiu para o INSS, e, depois de comprovados os cálculos, o INSS ressarcir o Ipesc em cada caso, para poder contribuir, para poder fechar a conta. Então não dá para adiantar R\$ 400 milhões! Fruto de quê? De que cálculo? Depois fica um crédito lá. Isso aqui não é uma venda, onde temos uma caderneta e podemos colocar na conta.

Pediu, também, o ressarcimento aos cofres públicos estaduais um valor em torno de R\$ 1 bilhão de investimentos feitos em rodovias federais, com recursos do Tesouro do Estado. Onde está esse investimento? Qual é o relatório? Qual é a prestação de conta pública? Onde está o dinheiro? O povo catarinense precisa saber.

Então é importante levantarmos essas questões para não deixar o povo catarinense contra o presidente Lula, não seria justo. Aliás, os investimentos previstos no PAC até 2010, na ordem de 5,7 bilhões significam mais do que o dobro do que o governador foi pedir. E hoje temos no *Diário Catarinense*, inclusive, um artigo da senadora Ideli Salvatti, que gostaria de colocar aqui nos anais, onde ela relata a oportunidade histórica que estamos vivendo:

(Passa a ler.)

[...]

"O governo Lula levantou a bola. Santa Catarina precisa chutar. A oportunidade está à nossa frente e o governo do estado não pode perdê-la. Para se ter uma idéia dos efeitos positivos da política econômica nacional, a arrecadação no Estado teve um aumento nominal de 11,5% no primeiro trimestre de 2007, em relação ao mesmo período de 2006. Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo Lula iniciou um investimento que chegará a R\$ 5,7 bilhões até 2010, com obras que resolvem nossos principais gargalos em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e geração de energia. É mais do que o dobro dos R\$ 2,2 bilhões que o governador pediu ao presidente Lula para resolver os problemas do caixa do Estado. E ainda tem os investimentos em saneamento, habitação e infra-estrutura urbana, direto nos municípios.

Serão anos gerando riqueza, novos empregos e tornando geograficamente mais homogêneas as condições de competitividade empresarial. Somado ao que o governo Lula faz - Bolsa Família, Pronaf, ProUni etc - e o que ainda vai fazer - Programa para a Educação, com ênfase para o ensino tecnológico - temos todas as condições para seguir o exemplo do Brasil e construir um novo ciclo de desenvolvimento sustentado.

Se por conta do PAC o PIB catarinense crescer pelo menos 1% a mais, por exemplo, isso representa um acréscimo de R\$ 900 milhões na renda estadual, que trarão benefícios reais para toda a sociedade. Mas só faremos esse gol se houver um projeto do Estado que potencialize as ações nacionais, contribuindo para melhorar ainda mais a vida das pessoas." [sic]

Santa Catarina...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero registrar, nos anais desta Casa, a presença do eminente prefeito de Morro Grande, que vem dando muita alegria àquele município pela sua competência, garra e determinação, realizando um grande governo. Veio hoje pela manhã, a trabalho do município e está nos prestigiando. Então queremos agradecer a presença do prefeito Ênio Zuchinali.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência dá as boas-vindas ao prefeito de Morro Grande e suspende esta sessão por 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Inscrito para falar o sr. deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, antes de iniciar a minha fala, gostaria também de dar um abraço às aniversariantes, deputadas Ada De Luca e Ana Paula Lima, desejando muitos anos de vida para as duas parlamentares.

Mas quero, hoje, registrar um ato de grandeza do governador Luiz Henrique da Silveira e do prefeito da cidade pólo, Lages, Renato Nunes de Oliveira. Ontem, por solicitação deste deputado, e acompanhando o ex-deputado Ivan Ranzolin, o prefeito de Lages, que é do partido do PP - não é do PMDB, do PFL, do PSDB, do PPS, do PDT, do PTB -, esteve em audiência com o governador Luiz Henrique. E conversamos com o governador - e não foi uma audiência - sobre ações e assuntos para o desenvolvimento da maior cidade da serra catarinense.

Esse foi um ato de grandeza que deve ser seguido pela nossa Oposição, pois o prefeito, logo que chegou, disse: "As questões políticas são para a hora política. Eu vim aqui, governador, agora, tratar de um assunto que é o desenvolvimento da nossa região e da nossa cidade".

O prefeito, deputado Manoel Mota, meu líder, agradeceu ao governador Luiz Henrique pelos atos e pelas ações desenvolvidas na cidade de Lages; fez um relato da avenida Dom Pedro II, na cidade de Lages, que vai se tornar uma das avenidas mais bonitas das cidades catarinenses; e agradeceu os R\$ 8 milhões que o governo está colocando lá.

Deputado Décio Góes, é com recursos do Fundo Social que se faz política, sim, mas política para o desenvolvimento de uma cidade, e não a politicagem que querem vender aqui dentro do plenário e nesta Casa. Política de desenvolvimento, política de embelezamento, política que uma cidade espera há muito tempo. E não se olhou cor partidária; o governador Luiz Henrique não usa o Fundo Social para fazer política, simplesmente, partidária porque o prefeito é do PP - Partido Progressista!

O prefeito foi lá para agradecer, deputado Manoel Mota, e convidar o governador para, como convidado de honra, participar da abertura da 19ª Festa Nacional do Pinhão. E na oportunidade solicitou apoio e recebeu: o governo vai ser parceiro da 19ª Festa Nacional do Pinhão.

Fomos discutir o monitoramento eletrônico da cidade, e o governo, a prefeitura e a CDL vão ser parceiros e Lages terá 30 câmeras de monitoramento eletrônico dentro da cidade. Discutimos também a construção de um autódromo, o primeiro autódromo público de Santa Catarina, que será na cidade de Lages, em parceria.

Isto mostra a grandeza do nosso governador Luiz Henrique com o desenvolvimento da região. E eu até acho, deputado Joares Ponticelli, que nós deveríamos trazer o prefeito Renatinho aqui, na Escola do Legislativo, para dar uma aula para a Oposição e dizer o que está acontecendo lá, porque eu não sei por onde a nossa Oposição anda e quais as cidades que visita, quando termina a sessão. Eu até acho que alguém está viajando para outro estado; eu não sei se não visitando Goiás, quando termina a sessão, porque não acham nada do Luiz Henrique! E lá em Goiás não vão achar nada do Luiz Henrique, mesmo!

Agora, em Santa Catarina, se viajarmos o estado, veremos que em todos os municípios há ações e mais ações, discutidas com o Conselho de Desenvolvimento Regional. As ações foram discutidas, os prefeitos participaram!

Espero que o líder, presidente do PP, não deixe o seu prefeito sozinho lá, porque é o único prefeito de uma cidade grande, como Lages. Vá lá visitar e conversar com o prefeito, porque ele vai falar para v.exa.: "Deputado Joares Ponticelli, pare de falar que as coisas não estão acontecendo, porque elas estão acontecendo!"

O seu prefeito veio agradecer e disse: "Questão de política, na hora de política. Agora é o desenvolvimento da nossa cidade". Ele veio agradecer e fazer um convite ao governador. Disse que vai colocar uma grande placa na inauguração da avenida Dom Pedro II, e quer que o governador seja o convidado de honra da abertura! E nós vamos ser parceiros, sim, o governo é parceiro de Lages, é parceiro do prefeito Renatinho! Somos parceiros!

Mas agora v.exas. têm que conversar mais com os seus prefeitos. São poucos prefeitos! Não será difícil o PP, Partido Progressista, conversar com os seus prefeitos, pois são muito poucos! Em poucos minutos, v.exas. conseguem falar com todos. E não está havendo essa conversa dos deputados e das lideranças com os seus prefeitos, porque se houvesse não sairia tanta besteira que escutamos aqui dentro deste Parlamento, como 100 dias sem nada.

Pelo amor de Deus! As coisas estão acontecendo todos os dias! E nós vamos convidar o prefeito Renatinho para, como convidado especial, participar da inauguração da avenida Dom Pedro II, a grande avenida da cidade de Lages, que vai acontecer agora em julho.

Quero frisar aqui: recursos do Fundo Social! E vamos parar com essa folia de que recurso do Fundo Social só serve para fazer politicagem. Isso não é verdade! Pode até acontecer em algum outro lugar, mas não em Santa Catarina, com o governador Luiz Henrique da Silveira!

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Penso que nós não precisaríamos vir a este plenário para reafirmar a relação de institucionalidade que tem que existir entre o prefeito e o governador. Eu fui prefeito de Criciúma e eu me dei muito bem, do ponto de vista pessoal, com o governador Luiz Henrique da Silveira e convidei-o para todas as atividades. Mas não tive outra relação, senão a institucional. Não existiu nenhum privilégio a mais do que poderia haver, pela relação que nós tínhamos estabelecido. Então, nós não precisamos fazer discurso sobre a relação institucional normal que precisamos ter.

Também acho que v.exas. não precisam ficar indignados cada vez que falamos do Fundo Social ou falamos que nos 100 dias não há nada. Não há nada deste governo nesses 100 dias! Se houvesse alguma coisa realizada, a base do governo não ficaria tão indignada, e viria aqui prestar contas do relatório de obras e ações que foram feitas.

Com relação ao Fundo Social, não há uma pessoa que saiu da miséria, neste estado, com esse dinheiro do Fundo Social. Foram distribuídos R\$ 20 mil para uma entidade, R\$ 20 mil para outra, R\$ 50 mil para outra, R\$ 100 mil para outra para fazer política! Foi só para isso! E que o senhor afirmou aqui.

Então, nós precisamos é de prestação de contas, e não de debates de idéias! Quando v.exas. vierem aqui prestar contas exatamente, *ipsis litteris*, a Oposição não vai mais chamar a atenção desses problemas.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. deputado, acabei de falar de uma obra. Se o Fundo Social não tira ninguém da miséria, mas está dando, nada mais, nada menos, do que 300 empregos só na construção da avenida Dom Pedro II.

Então, eu não estou entendendo o que é tirar da miséria! Tirar da miséria é dar cesta básica ou é dar trabalho para o nosso povo? Eu acho que a concepção do PT está totalmente errada, é dar cesta básica! Nós queremos é dar trabalho para o povo. O povo quer trabalhar e ganhar o seu próprio sustento!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não! Concedo um aparte ao meu líder, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentíssimo deputado Elizeu Mattos, eu quero cumprimentar v.exa., parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que esse é o desespero da Oposição. Enquanto o deputado Joares Ponticelli faz um discurso aqui, os prefeitos ficam elogiando o governador pelas suas ações, pelos seus atos, por não discriminar, porque este é um governo que não discrimina.

Agora eu vejo aqui um discurso arrojado do deputado Décio Góes, mas, primeiro, ele tinha que pedir desculpas para Santa Catarina, porque para passar para o Fundo Social do Mato Grosso podia, mas para Santa Catarina, para o povo catarinense, não tem. E v.exa. tem que saber que o governo não faz loteamento de dinheiro... Faz é para atender a população e não para lotear!

V.Exa. está equivocado porque há um programa em nível nacional dando um peixe. Tem que dar é emprego, um caniço para pescar! Não há peixe...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, realmente isso aqui está ficando muito divertido. Acabei de falar com a prefeita de Lages, enquanto o deputado Elizeu Mattos fazia essas ilações, e com o secretário também.

Catarinenses que nos acompanham, saibam que o que ele falou aqui do dinheiro para Lages é empréstimo do Badesc, da avenida Dom Pedro II, é empréstimo do Badesc, deputado Décio Góes. O povo serrano vai ter que devolver real por real. É empréstimo do Badesc, como poderia ter sido contraído no Bradesco, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal.

Ir lá participar e colocar dinheiro em Lages, não é nenhuma média, não! É uma obrigação do governo, pois ele não é governador só de Joinville ou só de Araranguá ou só de Criciúma. Se bem que o prefeito Mariano ele não tem ajudado também, em Araranguá.

Ele é prefeito de todos os catarinenses, e que bom que o deputado Elizeu Mattos veio aqui reconhecer que o Renatinho é um homem decente, um homem de bem. Veio convidar o governador para ir à abertura da Festa do Pão, como todos os prefeitos fazem com o governador. Que bom que ele reconhece que nós temos um prefeito educado, que sabe respeitar institucionalmente, e veio agradecer o empréstimo, o financiamento do Badesc.

Isso é empréstimo, deputado Elizeu Mattos. V.Exa. não pode brincar! Quando está aqui falando, tem que ter responsabilidade! V.Exa. se referiu a bobagens, mas não temos que ouvir o que v.exa. veio trazer aqui! Essas bobagens, v.exa. poderia fazer quando era comissionado lá em Lages e usava a secretaria para projetá-lo politicamente, e não aqui. Aqui, como diria o ex-deputado Jorge Gonçalves, pode chegar ignorante, mas burro não chega. Essa é a máxima do ex-deputado Jorge Gonçalves, aqui.

O que é isso? Tem que respeitar! Respeitar o Partido Progressista também, que tem 70 prefeitos, para seu conhecimento! Não é tão pequenininho assim. V.Exas. têm medo do PP! São 70 prefeitos! Uma meia dúzia, v.exas. compraram! Esses talvez tenham tentado... Eu sei que tentaram comprar muitos com o dinheiro do Fundo Social, e nós temos uma ação na Justiça para isso! Tentaram comprar, sim senhor! Mas esse, o Renatinho, é um homem de bem, e esse não se vende. Por isso que v.exas. mudam o discurso.

Alguns compraram com obras do Fundo Social ou promessas de obras, porque o dinheiro não foi ainda para muitos que foram enganados! Trocaram de partido justificando que era para ganhar obras e até agora o dinheiro não chegou. Mas para uma daquelas obras que o Conselho Regional aprova, que são pilhas, já que estamos levantando, o dinheiro não chegou.

Fundo Social é a maior farsa institucional que o governo reconheceu quando tentou aumentar o ICMS, aqui, no final do ano! O governador, aposentado, bem aposentado, Eduardo Pinho Moreira, mandou um projeto para cá no fim do ano para aumentar o ICMS em mais 2%! Quando o Brasil inteiro está numa luta para reduzir a carga tributária, o seu chefe, presidente do PMDB, o catarinense Eduardo Moreira, trocou a vaga de vice-governador por uma aposentadoria de R\$ 22 mil por mês. Que vergonha, deputado Elizeu Mattos! Aquele que vendeu o mandato de vice-governador para ficar oito meses e se aposentar, para o resto da vida, com R\$ 22 mil, debochando do cidadão que tem de trabalhar 40 anos para ganhar o salário mínimo!

Esse governador bem aposentado Eduardo Moreira distribuiu o Fundo Social, sim, eleitoralmente. Foi lá em Criciúma, terra do deputado Décio Góes, prometer a via rápida e agora o secretário Altair Guidi diz que não há projeto, não há orçamento, não há dinheiro, por isso não vai acontecer a obra.

Parem de demagogia! Isso aqui é coisa séria! Agora, eles estão trazendo obras inacabadas do governo passado para inaugurar neste governo. A ponte do Mampituba está sendo construída desde o governo de Paulo Afonso. Levaram três governos para arrumar. Os empresários bancaram 80% das obras e eles não reconhecem aqui. O governo entrou com 20%, tem o nosso aplauso por ter pago os 20%, mas 80% foram dos empresários, deputado Silvio Dreveck, e eles não reconhecem isso aqui.

Essa é a diferença: são 109 dias sem nada deste governo. Cento e nove dias sem nada! É falência geral, deputado Décio Góes!

O governo tem que prestar atenção. Ontem à noite, ocorreu um caso grave em Chapecó, infelizmente. Eu fiquei chocado com a matéria da RBS sobre aquele acidente, sobre aquela tragédia que ocorreu numa escola de Chapecó, onde um poste da quadra de esportes caiu sobre um adolescente de 14 anos, que morreu na hora, diante de seus colegas, pelas precárias condições da escola.

E esse caos também está acontecendo nas escolas de Santa Catarina. Estão num estado de calamidade pública as escolas da rede estadual! Reformas que foram abandonadas, salas de aula e escolas inteiras interditadas. Eu imagino o drama que esteja vivendo o secretário Paulo Bauer, que nem consegue cuidar disso, porque a bancada está brigando com ele, escrevendo moção de repúdio, porque ele não quer indicar, não quer nomear os cabos eleitorais do deputado Manoel Mota e da sua turma. Não querem nomear diretor de escola, eleito para isso, deputado Sílvio Dreveck, porque têm os cabos eleitorais, aquela turma que distribuiu santinhos durante a campanha e que está esperando a boquinha. O secretário Paulo Bauer está querendo gerir a Educação com responsabilidade, com resultados, mas eles não estão deixando. Ficam mandando recado para o secretário pelo jornal, escrevendo moção de repúdio.

Deixa o homem trabalhar! Deixa o Paulo Bauer recuperar esse caos da educação pública de Santa Catarina! Está faltando merenda, deputado Décio Góes! Está faltando papel higiênico, material de limpeza! Devolvam a descentralização para as escolas, como a escola Dom Joaquim, de Braço do Norte, que veio pedir, ontem, para mandar o boletim orçamentário de volta, porque aquilo era descentralização de verdade.

Resolvam o problema das serventes e das merendeiras, das APPs. Você, que nos está assistindo, que é integrante de uma APP de escola, sabe que tem que vender rifa todos os meses para complementar as taxas bancárias, o contador, para pagar as merendeiras e as serventes.

Mas não querem deixar o deputado Paulo Bauer cuidar disso. Ele quer colocar uma equipe técnica para tirar a politicagem que afundou a educação de Santa Catarina! Ele está querendo resolver, mas eles não deixam, ficam ameaçando tirar o homem da secretaria e publicar uma nota de repúdio. Estão fritando o homem, já que ele quer consertar a Educação de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Essa questão da educação, que eu também abordei na tarde de ontem, é extremamente preocupante. A visita da Escola Dom Joaquim na comissão de Educação nos sensibilizou demais. E quando estamos nas nossas bases, esse assunto é corrente. Essa questão é extremamente lamentável, eu entendo que há uma grave crise na educação de Santa Catarina e o secretário Paulo Bauer tem um desafio monstruoso à sua frente.

Mas eu quero falar um pouquinho mais para rebater a afirmação do líder da bancada, deputado Manoel Mota, porque nós precisamos parar de enganar o povo catarinense. A Petrobras, no lugar de investir no Fundo Inconstitucional, está optando por gastar mais 10% ou deixando de gozar o desconto que o Fundo daria de 10% para poder colocar o dinheiro em Santa Catarina, um dinheiro vinculado com saúde, com educação; um dinheiro que seria aplicado com seriedade, para não investir no Fundo Social inconstitucional para fazer política, para fazer aquela distribuição que estávamos falando há pouco com o deputado Elizeu Mattos.

Então, é preciso que essa verdade esteja estabelecida. A Petrobras não está pagando menos para Santa Catarina, ela está pagando 10% a mais do que o governador quer e o governador reclama! Não entendo isso!



O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado José Natal, v.exa. me perdoe, mas eu preciso concluir o meu raciocínio. Fica para uma próxima oportunidade o seu aparte.

O Sr. Deputado José Natal - Eu entendo v.exa. Tudo bem.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado.

Mas o fato é, deputado Décio Góes, que o caos, a quebradeira, a calamidade já está instalada na educação. Índices mostram que Santa Catarina está amargando de evasão escolar, perdendo somente para o Acre, deputado Sílvio Dreveck.

Essa não é a cara de Santa Catarina, esse não é o nosso histórico. Só perder para o Acre em evasão escolar. É a desmotivação do aluno, e não querem deixar o secretário Paulo Bauer consertar tudo isso! Eles desmontaram uma rede que funcionava há quatro anos.

Paulo Bauer tem experiência, foi um grande secretário no governo de Vilson Kleinübing, nós o reconhecemos, como agora também, e pode melhorar e consertar a educação, mas aí eles têm as fichinhas de filiação dos diretores e por isso não querem resolver o problema do Instituto Estadual de Educação, que fica ao lado da Assembléia, que tem sete mil alunos. Nomearam um interventor, deputado Décio Góes. Parece que a ditadura, que foi tanto combatida por eles, está sendo agora implementada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Quero registrar a presença do vereador Schmidt, do município de São José, do suplente de vereador e presidente do PTB e do Genilson, que nos estão prestigiando nesta, na manhã de hoje. O nosso abraço e sintam-se à vontade neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero registrar nos anais da nossa Casa que além do prefeito Enio Zuchinalli, de Morro Grande, está presente também o empresário Zuri, do Frigorífico Tramonto, que apenas em três meses de abertura já gerou 500 empregos na nossa região.

Nós precisamos de pessoas que contribuam, que gerem emprego, renda, que gerem desenvolvimento e não de pessoas que venham aqui fazer discurso de oposição, tentando enganar a população. Isso é discurso de pessoa que está desesperada.

Para mim não é surpresa nenhuma, porque o deputado Joares Ponticelli, para quem gosta de pescar, conhece o peixe chamado "caratoca", que dá uma beliscada e sai correndo. É o que ele faz. Ele vem aqui, discursiva e foge, desaparece. Então, faz a mesma coisa que o peixe "caratoca". Este é o nome do peixe correto. Belisca e desaparece.

Eu quero dizer, aqui, primeiramente, ao eminente deputado Joares Ponticelli, porque v.exa. fez dois discursos diferentes. Um elogiando o secretário da Educação e outro chamando de ditador quando ele diz que foi lá no Instituto e nomeou o diretor. Quer dizer, v.exa. fez dois discursos diferentes. Os dois se contradizem.

Então, srs. deputados, isso significa dizer que ele está perdido, está no desespero, enquanto que o governo trabalha com um conselho que faz parte de todos os partidos, faz um trabalho coerente, um governo moderno, um governo novo, um governo participativo, porque a questão dos conselhos há em todos os partidos, é lá que se elabora o sentimento da população, através dos seus pleitos.

Enquanto isso, o prefeito de Lages é coberto de elogios; enquanto que o prefeito do PP, em Morro da Fumaça, Sangão, disse que os outros governos, inclusive o dele, mentiu, enganou, mas que este governo veio e resgatou toda a palavra. Quer dizer, eles estão fazendo aqui um discurso de desespero.

Eu entendo que o deputado Joares Ponticelli, que foi líder de bancada nesta Casa, que foi líder do governo, queira construir um estado do sonho sem realizar nada. Eles mentiram, enganaram a população e por isso foram derrotados pelo cidadão comum contra um homem com a caneta do governo. Ganhou o primeiro turno, foi derrotado no segundo turno e perdeu a eleição. Aí veio o segundo momento, que foi a reeleição de Luiz Henrique da Silveira, a primeira da história de Santa Catarina.

O governador Luiz Henrique é um governador coerente, é um homem ético, que renunciou para ser candidato como cidadão comum, para mostrar como um homem pode ter coragem. E ele teve. Deixou de ficar com a caneta na mão e disputou como cidadão comum. Ganhou no primeiro turno, ganhou no segundo turno e isso fez com que o eminente deputado Joares Ponticelli entrasse em desespero. Por isso em um discurso ele disse uma coisa e em outro disse outra. Em um discurso ele disse que o secretário é competente e pode recuperar a educação. Em outro, ele o chamou de ditador. Então, ele precisa de um psiquiatra para fazer um tratamento. Eu acho que está cansado, é isso que está acontecendo.

O eminente deputado do sul Décio Góes está vindo agora com um discurso de que o governo está arrecadando da Petrobras 10% do Fundo Social. Evidentemente que a sua máquina não está somando muito bem, porque é arrecadado apenas 6% do Fundo Social. Parece-me que v.exa. tem de regular os ponteiros da sua máquina, deputado.

Antes de criticar o governo do estado, eu quero lhe dizer que a Petrobras, uma empresa de orgulho nacional, recolhia apenas para Mato Grosso, para o Zeca do PT, do seu partido. Lá não há problema. Lá vale, aqui não vale. Lá, há uma empresa instalada e há uma participação do Fundo Social, orgulho do Morro Grande, orgulho da minha região. É através do Fundo Social que se contribui com 1%, com 5% para as Apaes de Santa Catarina.

Então, nós precisamos não apenas do discurso. Eu quero ver a prática, que está longe do discurso. Por isso os deputados da Oposição ficam em total desespero. O discurso é uma coisa, mas na prática é diferente.

Se eu fosse criticar a divisão do Fundo Social, que passa R\$ 20 mil para um, R\$ 20 mil para outro, enfim, fazer politicagem, eu poderia aqui fazer. E esse negócio que existe no nordeste de passar para cada família uma bolsinha, será que isso não é politicagem?

Se fôssemos entrar nesse campo, ficaria muito difícil de explicar como que o governo federal manda tanto dinheiro para cada... Por que ele não dá um caníço para a pessoa pescar, que é o emprego? É isso que precisamos no Brasil, não apenas de uma bolsinha, de um peixinho para ele se alimentar! Tem que dar é um caníço e ensinar a pescar, para ele sustentar a sua família! Precisamos é de emprego, não apenas de um bolsa-família para sustentá-la. E no nordeste sabemos que existe isso.

São essas questões que precisamos resgatar no Parlamento, buscar recuperar a verdade. Eu me orgulho de ser líder da minha bancada, orgulho-me do governo que defendo, porque sei que está no caminho certo. E o povo tem dito que o governo está no caminho certo, porque ganhou a eleição, reelegeu-se novamente, e se reelegerá quantas vezes forem necessárias, porque é um homem comprometido com a sociedade, com o povo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Concedo um aparte a v.exa., porque com certeza vai contribuir para enriquecer mais o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Manoel Mota, eu reconheço no prefeito Renatino, a sua humildade, a sua sinceridade. Talvez essa humildade e sinceridade do nosso prefeito de Lages estejam faltando ao presidente do Partido Progressista, que representa todo o partido do estado de Santa Catarina.

É uma pessoa que admiro pela sua humildade, por estarmos juntos trabalhando para o desenvolvimento de Lages. E eu não retiro nada do que falei a respeito da pessoa do prefeito Renatino. Só que quando o deputado Joares Ponticelli, após a minha fala, subiu à tribuna, disse que iria falar a verdade. Eu disse: que bom, vai mudar o discurso! Ele veio, foi para a tribuna e encheu o seu discurso de inverdades. Ele disse que ligou para a prefeitura e falou com o secretário. Acho que ele ligou para a prefeitura errada, pois ele disse que não existe recurso do Fundo Social na escola Dom Pedro II.

Do trecho Coral até o colégio industrial R\$ 5 milhões foram financiados do Badesc; do trecho do colégio industrial até o bairro Triângulo, da rota do Triângulo, foram R\$ 3 milhões do Fundo Social. E daí ele vem e diz que vão caçar o Fundo Social! Agora querem até parar a obra que estamos ajudando a fazer em Lages! Deputado Décio Góes, me desculpe, mas o Fundo Social não é usado de forma séria. Eu considero e conheço o prefeito Renatino, que está fazendo uma obra, com toda a seriedade, em Lages. Não podemos desclassificar uma pessoa que não conhecemos dessa forma! Pelo amor de Deus! É preciso ter conhecimento de causa para vir aqui falar.

Depois, tenta, mais uma vez, confundir e usar uma tragédia de uma escola municipal, que não é uma escola estadual, de um acidente para fazer politicagem barata neste Parlamento! E vocês, que nos estão assistindo pela TVAL, não sabem, mas ele contou todas essas inverdades e fugiu do plenário. Assim, não podemos nem responder para ele, pois não se encontra mais aqui.

É preciso falar com seriedade. Vamos aqui ter conhecimento de causa, antes de usarmos esta tribuna.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eminente deputado Décio Góes, eu quero dizer que em momento algum eu vim a esta tribuna para criticar o presidente da República. Agora, v.exa. pode ter conhecimento, se entrarmos nessa prática do seu pronunciamento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito deputado João Henrique Blasi, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente e srs. deputados, quero me deter em dois assuntos que foram objeto de manifestações feitas há pouco pelos deputados Décio Góes e Joares Ponticelli. E começo pelo deputado presente, deputado Décio Góes, que estranhamente auto-investiu-se ainda há pouco na condição de membro do Poder Judiciário e proferiu uma sentença, aqui em plenário, decretando e declarando peremptoriamente, a inconstitucionalidade do Fundo Social.

Quer dizer, sua excelência, o deputado Décio Góes, abriu mão de sua condição de deputado, auto-investiu-se temporariamente na condição de membro do Poder Judiciário e sentenciou: o Fundo Social é inconstitucional. Só que essa matéria está em análise no Tribunal de Justiça; só que essa matéria está pautada para ser julgada daqui a 30 dias, se não estou equivocado. E é o Tribunal, deputado Décio Góes, e não v.exa. quem vai dizer se o Fundo é ou não inconstitucional!

Agora, o que não pode são algumas autoridades do governo federal, para justificar a não-contribuição ao Fundo Social, agindo discriminatoriamente, agindo diferentemente do que fizeram no Mato Grosso do Sul quando era governado pelo PT, onde aplicavam no fundo, usarem esse argumento esdrúxulo, descabido, de que o nosso Fundo Social é inconstitucional. Pode ser, mas quem vai dizer é o Poder Judiciário. E enquanto não o disser, a presunção é de que o fundo é constitucional e como tal que problema haveria de o governo federal contribuir, como bem disse há pouco o deputado Manoel Mota?! Faz no estado do Mato Grosso do Sul. Não sei se vai continuar a fazer agora, uma vez que o governador daquele estado já não é mais do PT, é do PMDB, não sei se não vão encontrar agora uma justificativa, uma desculpa esfarrapada para deixar de contribuir. De repente, pelo fato de não ser mais do PT, vão dizer que é inconstitucional lá também, pelo entendimento político de quem dirige o Partido dos Trabalhadores.

Então é importante que fique claro: a questão está *sub judice*, mas a inconstitucionalidade ocorrerá ou não decorrente apenas e tão-somente de uma manifestação do Poder Judiciário, que será soberana e, segundo soube, está pautada para ser decidida daqui a 30 dias.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminente deputado João Henrique Blasi, v.exa. é líder do governo nesta Casa, é um jurista respeitado neste estado, tem dado demonstrações de coerência, de competência, de lealdade com os companheiros e também com a Oposição, porque v.exa. discute os problemas também com a Oposição.

Lamento a posição radical do deputado Décio Góes que vem levantando problemas todos os dias. Se eu tiver que levantar problemas, vou levantar o problema do dinheiro do caseiro, que não apareceu até hoje; do dinheiro da cueca, que é uma vergonha nacional e que também até hoje não teve resposta. Então, se entrarmos nesse campo, vamos nos digladiar sem necessidade.

Eu acho que nós precisamos buscar a contribuição. O povo de Santa Catarina elegeu o parlamentar para fiscalizar e contribuir com propostas modernas e é isso que nós pedimos ao deputado Décio Góes, que siga por esse caminho, pois ele é uma pessoa competente, e não siga pelo caminho que vai afrontar, lado a lado, o trabalho no Parlamento catarinense.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não! Ouço, sem qualquer problema, o deputado Décio Góes, até por que fiz expressa menção a s.exa.

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado João Henrique Blasi, v.exa. faz o debate, e nós precisamos colocá-lo em um lugar extremamente certo. Acho que o deputado Manoel Mota se excedeu um pouquinho.

Mas o risco da Petrobras com o Fundo podendo ser inconstitucional é maior - pagar as multas - do que o valor do desconto que vai receber. E não está havendo prejuízo nenhum para Santa Catarina, porque a Petrobras está pagando a mais do que poderia pagar. Se ela pagasse no Fundo Social, poderia pagar a mais. O contraditório, que o governo quer, é que vá para o Fundo Social porque desvincula das questões de obrigações de educação e saúde.

No caso de Mato Grosso, o fundo foi considerado constitucional. Eu não conheço outros argumentos e não vou discutir aqui, porque não sou deputado do Mato Grosso, sou deputado de Santa Catarina.

Mas é bom que se coloque este posicionamento, para que não fique dúvida aqui. O risco da Petrobras é maior que o desconto e Santa Catarina não está tendo prejuízo nenhum, porque a Petrobras está depositando sem o desconto, e os recursos estão indo para as áreas da Saúde e Educação do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Eu quero elogiar o deputado Décio Góes, porque a sua posição de agora já é um pouco diferente e evoluiu em relação àquela que disse anteriormente. Ele agora disse: podendo ser inconstitucional. Há dez minutos ele sentenciou que era inconstitucional. Então já houve uma evolução.

E eu reconheço que mudar de idéia é importante, porque só não muda de idéia quem nunca teve uma, e o deputado Décio Góes é um homem de boas idéias, tanto que agora evoluiu e concordou conosco que há apenas um questionamento sobre a inconstitucionalidade que vai ser examinada no momento certo, pelo órgão certo do Poder Judiciário.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Obrigado pelo aparte, deputado João Henrique Blasi. Mas política sadia é assim, saber reconhecer, como o deputado acabou de fazer.

Mas, já que não houve oportunidade e o deputado Joares Ponticelli não está na Casa, gostaria de fazer justiça com as pessoas e com o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, na questão da inauguração da ponte na última sexta-feira, que enfatizou a participação dos empresários locais e os chamou para o palco para que quem estivesse ali e ele não conhecesse, pudesse conhecer.

Então, justiça seja feita. O deputado Joares Ponticelli não estava, não comparece, como disse o deputado Manoel Mota, e não está aqui neste momento e vem colocar aqui, no plenário desta Casa, informações errôneas.

Também quero dizer, deputado Manoel Mota, que o governo que tem v.exa. como líder de bancada é um governo feliz. Não é demagogia, não, porque v.exa. está nesta Casa todos os dias e tem conhecimento de causa de tudo o que acontece no governo. Quem dera todos nós soubéssemos tudo o que acontece, assim como v.exa. Só que tem uma diferença, v.exa. vai atrás, e muitos ficam quietos para, realmente, não progredir.

Desculpe-me nobre deputado!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço a intervenção de v.exa.

Concluo, sr. presidente e srs. deputados, fazendo uma referência a respeito do deputado a quem o deputado Manoel Mota se reportou há pouco, que vem aqui, bate forte, fala grosso e se exaspera e sai do plenário.

Eu não consigo que ele responda uma pergunta: se o governador dele, que é o guru dele, que é o mentor intelectual dele, era tão bom e tão competente, foi tão exitoso, por que é que quando concorreu à eleição, do cargo não se licenciou, foi derrotado? E por que é que depois, tendo querido voltar contra o governador atual, que se licenciou do cargo, também não conseguiu se eleger? Essa é a pergunta que fica e essa é a resposta que esse deputado tem que dar e não dá.

Agora, quando ele quer combater a descentralização, eu quero mais uma vez aqui invocar o livro escrito pelo jornalista Moacir Pereira, da biografia do grande homem público, ex-vice-governador, Victor Fontana. Ali tem uma passagem e vou trazê-la na semana que vem para rememorar o procedimento que aquele governador, guru do deputado que falou e fugiu do plenário, usava com relação aos prefeitos.

Os prefeitos vinham a Florianópolis, suavam para marcar uma audiência com s.exa., eram recebidos, apresentavam um rol de reivindicações, ele despachava para o secretário da Fazenda, que já foi deputado aqui, ou um outro que tivesse sido, e dependendo da combinação do despacho que ele fazia, era para atender ou não atender. Então o secretário sabia que se viesse redigido de determinada forma, como um sinal previamente acordado, não era para atender. Se não tivesse aquela marca distintiva era para atender.

Isso é levar a sério, um governo do estado? Isso é praticar a descentralização? A resposta não é importante pela crítica que nós, que somos adversários dele, fazemos. A resposta mais eloqüente a esse tipo de procedimento, a essa política velha e velhaca não veio de nós, veio das urnas soberanas do povo de Santa Catarina em duas oportunidades, que disse: "não! chega dessa prática antiga do governo distante, centralizado, imperial! Não queremos mais! Não queremos que continue!" E disseram "não" à reeleição. "E não queremos que voltem", e disseram "não" agora, na última eleição.

Esse é o grande fato que esse deputado que fala e foge, não se conforma, se resigna e chora por isso todos os dias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

Gostaria de registrar a presença, em plenário, do nosso secretário regional de Canoinhas, Vilson Pereira.

Seja bem-vindo a nossa Casa e sintase bem.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL, radiouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas aqui presentes, minha saudação.

Torna-se repetitiva, deputado João Henrique Blasi, a nossa apresentação aqui nesta Casa, mas se torna necessária pelo fato de termos que fazer o contraponto e mostrarmos a realidade, a verdadeira verdade, e não deixarmos que as falácias acabem sobrepondo-se, ou ganhando daquilo que é a parte verdadeira, que são as ações concretas e reais do governo do estado.

Dias atrás, deputado Cesar Souza Júnior, o deputado que além de sumir do plenário, é o deputado anti-suplente, o deputado Joares Ponticelli, veio à tribuna - vejam só como é repetitivo e se torna enfadonho -, trazendo um cartaz para aparecer na mídia que dizia: "Cem dias, sem nada", querendo dizer que não foi feito nada.

Nós, diversas vezes, já falamos aqui e já mostramos o que foi feito, mas hoje, caprichosamente, srs. deputados, estava fazendo uma análise porque me preocupo muito com algumas questões pontuais, tais como: Quais foram as críticas deles hoje? Aliás, quais são as críticas deles de sempre? Bater forte na Educação e na Saúde.

Fiquei surpreso com um trabalho feito pelo nosso líder, deputado Manoel Mota, que me enviou por *e-mail*, sobre o qual fiz um estudo breve, embora tenha dedicado de 30 a 40 minutos, e não consegui chegar ao final da soma do que se fez em 100 dias, do que é fato. Não é conversa, não é o que vamos fazer, são obras inauguradas, passou do número de 100, ou seja, mais de uma por dia.

Só na Educação, que é a nossa preocupação, e ontem revelei aqui desta tribuna, deputado Sargento Amauri Soares, que temos que ter, sim, o compromisso de recuperar as nossas escolas, e temos essa preocupação, esse compromisso. Só na educação são mais de 38 inaugurações de obras executadas, sejam elas quadras esportivas, ginásios ou escolas, ampliação de escolas e construção de escolas, inclusive. Mas, quem ouve o pronunciamento deles, ou quem leu somente aquilo que eles passaram pensa assim: "O governo realmente não fez nada, está lá estampado na mídia". Eles falam com uma eloqüência tão grande, tão forte, tão precisa, que quem não os conhece e penso no humilde cidadão, que nos assiste a distância e que deve ficar pensando: "Que governo ruim que é esse".

Ficam questionando a Regional, que é um modelo que já está aprovado. Voltam sempre ao discurso das Regionais. Mas estão aqui, são obras das secretarias Regionais que são discutidas nos conselhos regionais, onde o vereador, o prefeito e a comunidade participam. Está aqui, o relatório é extenso, deputado Manoel Mota, eu agradeço pelo trabalho sério muito bonito que v.exa. realizou. Isso é seriedade! Não é vir aqui dizer que o governo é caloteiro, apenas porque ele entende que é caloteiro, porque ele tem a obrigação de fazer oposição, senão o patrão puxa a sua orelha.

Eles têm que vir aqui sistematicamente combater aquilo que não se entende por que combatem, só para agradar e se credenciar. E aí falam que as regionais fazem política e eu assumo mais uma vez: fazem política, sim! Políticas públicas sérias, discutem com a comunidade, discutem com o cidadão, elegem as prioridades, e o governo executa as obras necessárias. Isso é fazer política! Assim fica no crivo da comunidade se aquele funcionamento, se aquele entendimento, se esse modelo de gestão administrativa serve ou não. Tanto serve que está aprovado.

Então eu fico transtornado! Eles não têm no que se pegar! Agora estão pegando esse discurso de eleição direta para diretor de escola. Eu fiquei pensando aqui nesta Casa no dia em que vieram representantes da Educação, dos sindicatos, manifestar esse direito, que pode até ser legítimo o direito de manifestação, mas o comportamento que tiveram aqui nesta Casa não é digno, não é justo com a classe da Educação. Não está no nível daquela classe! Vejam a responsabilidade que um professor tem, que é educar os filhos do nosso povo, da nossa gente.

Mas com aquele comportamento de vir até aqui e insultar, enfrentar parlamentares, deputado Sargento Amauri Soares, eu fico preocupado sobre o tipo de educação que as nossas crianças estão recebendo. Porque se é uma daquelas pessoas que quer ser diretor de uma unidade escolar, como ele irá tratar o cidadão, se discordar dele? Vai ser como, no chicote? Na cinta?

É preciso estabelecer o bom discurso, com respeito acima de tudo. É preciso aceitar a divergência de idéias. É a Educação tem que entender que ela pertence também ao governo do estado. Pertence, sim! Não adianta querer dizer que na Educação não pode haver política. Claro que há! É política pública da educação! Como se fizessem as eleições diretas nas escolas e estaria tudo resolvido! Não! O que temos que fazer é reformar as escolas, ampliar as salas de aula, é aumentar o número de vagas; o que temos que fazer é aplicar a qualificação do profissional de educação. Isso, sim, temos que fazer e discutir. Agora, eleição direta, levar política para dentro da escola, me perdoem, assumo publicamente a minha contrariedade, independente do posicionamento do governo.

Eu acho que esse vai ser um ato que vai fadar ao fracasso as nossas unidades escolares. Vai levar disputa para dentro da sala de aula, enganando as nossas crianças, dizendo-lhes que se escolherem estarão melhor representados. É uma visão equivocada. Porque se temos que permitir que os diretores escolares, que são cargos comissionados, cargos de

provimento em comissão, sejam eleitos pela comunidade, nós também teremos que discutir os secretários de governo. É o mesmo nível, o mesmo entendimento, o mesmo enquadramento. Nós vamos ter que discutir os nossos assessores de gabinete, a comunidade também tem o direito de participar. Se ela pode escolher o diretor de escola, e nos eleger, nos escolheu, também deverá ter o direito de escolher os nossos assessores de gabinete, é o mesmo tratamento! Será que esse é o modelo acertado? Eu creio que não, que esse não é o modelo acertado.

Eu respeito os entendimentos; respeito o direito de manifestação, mas o que nós precisamos para a educação, não é esse tratamento. Isso é o discurso da Oposição que quer apenas criar o destempero na linha político-administrativa do nosso estado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Queremos cumprimentar o eminente deputado Edson Piriquito, parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que vemos aqui o desespero da Oposição. Vai lá, inaugura uma obra e entrega à população, mas ele vem aqui dizer que é imaginação. E vai lá, traz uma foto, mas vira de costas para não enxergar e diz que é imaginação nossa!

Então, eu acho que precisamos comprar lunetas e distribuí-las aqui para ver se as pessoas enxergam melhor. Com a luneta, talvez enxerguem mais longe um pouquinho, porque é uma incoerência: um parlamentar faz um discurso elogiando um secretário, e o outro chama essa mesma pessoa de ditador! Então, é uma incoerência e um desespero a toda prova.

O que acontece é o seguinte: a sociedade de Santa Catarina está contente com a descentralização, com a realização das secretarias, e já mostrou isso nas urnas. E agora cabe a nós a responsabilidade de administrar o estado e de entregar à população cada centavo. Este é o nosso compromisso, o compromisso de Luiz Henrique da Silveira: a cada centavo, devolver para a população em obra, em educação, em saúde e por aí afora.

Quero cumprimentá-lo e agradecer por Camboriú ter colocado v.exa. aqui neste Parlamento e dado condições para que hoje esteja na nossa bancada. Eu, como líder, orgulho-me de v.exa.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Na mesma linha do deputado Sargento Amauri Soares, quero finalizar a minha fala dizendo que sou a favor do projeto de v.exa. de garantir ajuda de custo ao profissional da Segurança para que ele possa se qualificar. E eu entendo que temos que fazer da mesma maneira na Educação.

Esse é o meu entendimento: temos que investir na melhoria da qualidade de nossos profissionais, dos nossos agentes políticos, do nosso corpo técnico. Ai, sim, estaremos acertando. Quero dizer que são discussões distintas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Quero registrar a presença de duas pessoas ilustres e notáveis, de dois causídicos: o dr. Valdir de Andrade, nosso companheiro da cidade de Balneário Camboriú, ex-procurador-geral do município, presidente dos Consegs, e com uma atuação tremenda na cidade de Balneário Camboriú, principalmente agora na linha de segurança, além de ser um grande advogado; e o dr. Eliseu Casagrande, que veio da cidade de Itapema, é nosso companheiro partidário, ex-presidente da OAB de Itapema e dá-nos o prazer da presença aqui, abrihantando ainda mais o Parlamento catarinense.

Sejam todos bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência também deseja as boas-vindas ao dr. Valdir de Andrade e ao dr. Eliseu Casagrande.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, servidores desta Assembléia Legislativa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, demais pessoas e autoridades aqui presentes, volto a esta tribuna, deputado Edson Piriquito, inclusive em respeito a v.exa. e a sua manifestação, para que possamos estabelecer esse debate da forma tranqüila, como precisa ser.

Infelizmente, não podemos estabelecer esse debate de forma tranqüila dentro do Instituto Estadual de Educação. E digo por quê? Não porque a comunidade escolar, os professores, não gosta de debater, seja avessa à discussão. Muito pelo contrário, é porque eles estão sendo ofendidos todos os dias pela autoridade diretamente responsável pela Educação em nosso estado.

Quando o secretário da Educação diz que vai processar e possivelmente demitir um professor de 32 anos de serviços prestados no Instituto Estadual de Educação porque ele, junto com vários outros colegas, organizou uma chapa e participou de um processo eleitoral naquela escola... Aliás, um processo eleitoral que houve duas chapas, e as duas chapas se entenderam, que houve uma comissão eleitoral formada por professores e pais. E discutiram e participaram do processo civilizada e democraticamente e escolheram aquela chapa formada por um grupo de pessoas, formando toda a direção do colégio.

Quando os professores, no ano passado, no momento de uma saída de greve, negociaram com o governo, e o segundo ponto da negociação daquela greve foi que seria remetido a esta Casa Legislativa um projeto de lei regulamentando a eleição nas escolas estaduais, eles estavam acreditando que isso ia acontecer. No segundo semestre, como já falei antes, realizaram eleições diretas em 42 escolas com o aceno e a promessa positiva por parte do governo. A secretaria de Educação de então assinou o documento.

Realizaram eleição em 42 escolas e em várias delas o professor eleito foi empossado. Inclusive, em todas as escolas estaduais públicas aqui da região do Maciço do Morro da Cruz, região da qual o Instituto Estadual de Educação faz parte, há um diretor eleito que foi nomeado.

Aí perguntaram ao secretário da Educação se a eleição direta era ilegal, ou se não existia lei que a legitimasse, que a legalizasse. E perguntaram mais: se isso era verdade, como, então, que ele nomeou alguns e não os outros? E ele respondeu que coincidiu que aqueles que foram eleitos eram os mais competentes, eram os melhores, eram os que tinham as condições técnicas.

Quando um Secretário fala isso, ele está querendo dizer que aquele grupo de professores que foi eleito no Instituto é incompetente! Naturalmente ele está comprando uma briga com a comunidade escolar! Ele está querendo dizer que os professores eleitos no Instituto não têm a qualificação para dirigir aquela escola que, como foi dito, é o maior colégio público estadual do estado de Santa Catarina, do Brasil e da América Latina!

E o que vai pensar a comunidade escolar, quando o secretário diz isto: "O diretor que vocês escolheram, ou o conjunto de professores que vocês elegeram, não tem as qualificações e a competência para dirigir a escola".

E alguns dias depois, ou no mesmo dia, não sei ao certo, o próprio secretário aparece no Instituto Estadual de Educação com um professor que nunca foi visto naquele colégio, que, segundo dizem - porque muito pouco se sabe oficialmente -, e que também não tem a negativa nem por parte do determinado professor nem por parte da secretaria, esse professor está em estágio probatório, o concurso dele é de 10 horas. Então, esse está mais qualificado do que um professor com 32 anos de serviço no Instituto Estadual da Educação?

Portanto, se esse tipo de manifestação por parte da autoridade da Educação não é para provocar um clima de confronto dentro desse que é o maior colégio do nosso estado, digam-me o que é uma provocação!

Eu sou pai de uma estudante do Instituto Estadual de Educação. Fiquei orgulhoso de ter sido convidado por ela para vir votar no processo eleitoral em dezembro do ano passado, já como deputado eleito. Vim votar, parabenizei todo mundo e participei, inclusive, da apuração, que foi feita de forma muito legítima.

Fiquei orgulhoso também, deputado Edson Piriquito, porque na quarta-feira, no dia em que o secretário Paulo Bauer chegou lá com o professor que ele nomeou, sem que eu soubesse, a minha filha estava lá entre os estudantes que estavam se manifestando. E daí o meu espanto em ver na imprensa, no dia seguinte, que aqueles professores estão sendo criminalizados por coagirem os estudantes a participar da manifestação, quando, na verdade, e eu sei porque vi e tenho o depoimento de vários pais, muitos estudantes foram coagidos a não participar do movimento. Teve uma menina de 11 anos de idade que foi presa dentro da sala de uma coordenação e proibida de sair porque ela iria para a manifestação junto com os outros.

Eu penso que, se política é bom para nós, 40 deputados estaduais; se eleição direta é bom para presidente da República; se democracia é bom para o governo do estado e para a descentralização, eu não entendo qual é a lógica do raciocínio de que democracia não é bom na escola!

Eu prefiro, deputado Edson Piriquito, com todo respeito a v.exa., que os estudantes estejam participando dos processos de decisão da educação, do processo político-pedagógico da escola, do que estarem fugindo do colégio para ir passear pela rua ou participar de alguma atividade não recomendável para o jovem, para o adolescente. Eu prefiro que eles estejam lá, com os professores e com os pais, discutindo o que falta na escola - e falta bastante coisa, e sempre vai faltar -, participando desse processo, do que não participarem de nada, alienando-se em um *shopping center* e em programas de televisão que não educam!

Então, deputado Edson Piriquito, o grupo de professores que foi eleito, de forma legítima, para a direção do Instituto Estadual de Educação não merece esse tipo de comentário que v.exa. fez, porque são pessoas sensatas - eu conheço todas elas -, grande parte delas com mais de 30 anos de serviço - há pessoas idosas, inclusive -, de uma pacatez e de uma sensibilidade que me espanta. Eu não vi nem ouvi nenhum daqueles professores aqui na Assembléia Legislativa xingando parlamentar!

Portanto, temos que ver quais são as pessoas que estão falando, porque v.exa. está atingindo pessoas de bem, professores com 30 anos de serviço. Se for estabelecido o diálogo entre o governo e esses professores, vai-se chegar a um entendimento, eu tenho certeza disso!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. está fazendo uma confusão entre o assunto do Instituto, que é específico, grave, com a questão das eleições diretas. E v.exa. volta a se confundir novamente quando diz que, para as crianças participarem das discussões das políticas públicas da educação, tem que haver eleição direta para diretor de escola. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Outra questão: nós somos agentes políticos, temos que primar pela legalidade, acima de tudo, pela previsão de legalidade. Então, não podemos apoiar aquilo que não tem previsibilidade na lei! O governo do estado, em momento algum, admite tal situação das eleições diretas. Os cargos são comissionados e pertencem ao governo do estado, sim!

Também há uma outra questão referente ao Instituto: o deputado João Henrique Blasi se colocou à disposição dos professores atingidos no Instituto para falar com o governador. Então, v.exa. não pode dar esse entendimento de que estamos contra os professores do Instituto! Muito pelo contrário, estamos a favor e queremos resolver de forma pacífica e respeitosa, mas também queremos a educação por parte do outro lado. E aqui o Sinte fez bagunça, sim!

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, gostaria de fazer um adendo ao Brasil. No dia 21, comemora-se 507 anos de vida brasileira. Ao Brasil, os nossos parabéns!

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2007

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edson Piriquito - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

#### SUMÁRIO

**DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO** (pela ordem) - Registra a presença de comitiva de Brusque que realiza campanha em prol de doadores de medula.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** - Elogia os prefeitos de Irani e Rio do Sul pela atuação da área da saúde; reporta-se a projeto de lei de sua autoria que incentiva o plantio de uma árvore a cada nascimento de uma criança.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Aborda a importância da doação de órgãos para transplantes; refere-se ao projeto de lei que trata da venda de produtos não-farmacêuticos nas farmácias.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (aparte) - Registra a presença do prefeito de Xaxim, Lirio Dagort.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** (aparte) - Cumprimenta a deputada Ana Paula Lima por ter assumido a Presidência da Casa e registra a presença de vereadores de Alfredo Wagner.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Refere-se ao problema da direção do Instituto Estadual de Educação.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Elogia a defesa que a deputada Odete de Jesus faz da educação pública e critica o governo do estado pela desatenção com a área da educação.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Enaltece o trabalho do ex-prefeito Nodgi Pellizzetti na área da saúde em Rio do Sul; fala do veto do presidente Lula à Emenda n. 3 ao projeto de lei que criou a Super Receita.

#### Partidos Políticos

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Pronuncia-se acerca da anulação, pela SC Parcerias, de várias concorrências.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (aparte) - Lamenta a anulação da concorrência que previa obras no porto de Navegantes.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Tece comentários sobre a necessidade de melhor aparelhar a regional da Celesc de Brusque; apela pela unificação da divisão dos municípios nos vários órgãos do governo do estado.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Refere-se à visita às obras da BR-282; comenta a notícia do aumento do preço das ações do Besc; discorre sobre o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação do governo federal.

**DEPUTADO GELSON MERÍSIO** (aparte) - Apela para que os compromissos fora da Casa não sejam marcados para os dias das sessões plenárias.

**DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO** - Faz o registro da visita do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ao estado.

**DEPUTADO GELSON MERÍSIO** - Registra a presença do prefeito Lirio Dagort, de Xaxim, acompanhado do jornalista Rogério de Oliveira; coloca a posição do Democratas em relação à questão das terras disputadas pelos indígenas e pelos colonos no oeste de Santa Catarina.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Expõe sua preocupação com uma solução para a disputa de terras no oeste que garanta o direito dos colonos e dos índios.

**DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR** (pela ordem) - Registra o aniversário do município de Palhoça.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Pronuncia-se sobre a entrega da obra do acesso de Faxinal dos Guedes a Barra Grande.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** - Critica o procedimento do deputado Joares Ponticelli em relação ao governo do estado.

#### Ordem do Dia

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** (pela ordem) - Defende indicação de sua autoria que trata da construção de ferrovia ligando o oeste ao litoral.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (pela ordem) - Solicita autorização para assinar indicação de autoria do deputado Jandir Bellini.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Reporta-se à indicação de sua autoria que trata de seguir o exemplo de projeto de telefonia celular do estado de Minas Gerais.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** (pela ordem) - Solicita autorização do deputado Herneus de Nadal para assinar requerimento de sua autoria, que requer o envio de mensagem telegráfica à Cooperativa Central Oeste Catarinense, cumprimentando a direção pela passagem do seu 38º aniversário.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (pela ordem) - Pede autorização do deputado Herneus de Nadal para assinar requerimento de sua autoria.

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** (pela ordem) - Solicita autorização do deputado Herneus de Nadal para assinar requerimento de sua autoria.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Discute moção de sua autoria, a ser enviada ao ministro da Agricultura e ao secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, pedindo a revogação da Portaria n. 0049/2007, que penaliza Santa Catarina e descumpre normais internacionais de comércio e transporte de animais suscetíveis à febre aftosa.

#### Explicação Pessoal

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Discorre sobre a anulação, pela SC Parcerias, de algumas concorrências.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Informa que a comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano realizará audiência pública para tratar da anulação da concorrência da Via Rápida.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** - Rebate as acusações do deputado Joares Ponticelli acerca da anulação das concorrências da SC Parcerias; tece comentários sobre o encaminhamento da solução para o impasse da greve no IEE.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** (aparte) - Afirma que o deputado Joares Ponticelli não tem compromisso com a verdade.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Parabeniza o deputado João Henrique Blasi pela mediação no conflito do IEE.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Comenta a visita do embaixador de Moçambique; comunica a inauguração, em Criciúma, da empresa Anjo Química; lamenta decisão da Câmara Municipal criciumentense de retirar a concessão de uso de terreno de um CTG para entregá-lo a três empresas; convida para oficina de trabalho acerca da demarcação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Saúda o município de Rio Negrinho pelo aniversário; parabeniza a deputada Ana Paula Lima pela assunção à Presidência interina da Alesc; reporta-se a PL de sua autoria, que inclui na grade no currículo do ensino médio o estágio curricular opcional.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** - Discorre sobre projeto de lei de sua autoria que dispõe sobre o turismo rural na agricultura familiar.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Cumprimenta a população de Rio Negrinho pelos 54 anos de emancipação política do município.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Comenta a visita do ministro do Trabalho, do PDT, ao estado; expressa sua satisfação pelo sucesso da mediação dos deputados com o secretário da Educação no caso do IEE; menciona a realização de assembleia-geral da Aprasc a ser realizada; registra a eleição da nova direção do SindSaúde.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** (aparte) - Elogia a participação dos deputados como mediadores da crise do IEE.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Informa que o site do governo já foi atualizado; manifesta-se sobre os municípios de Matos Costa, Rio Negrinho, Timbó Grande e Porto União; alerta sobre a difícil situação da previdência pública de Santa Catarina.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Informa que o governador pretende conseguir recursos do BID-V para fazer acesso asfáltico aos municípios.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente e srs. deputados, eu gostaria de comunicar e anunciar a presença, nesta Casa, de ilustres brusquenses que nos visitam na tarde de hoje, que exercem uma missão muito nobre em prol do ser humano.



Estamos participando, em Brusque, de uma campanha em busca de doadores para o transplante de medula para um menino de nove anos. Um grupo de brusquenses se dispôs a sair de suas casas, de seus serviços para verificar a possibilidade de ser doador. Coordenado pela sra. Iria Sapelli, esse grupo está de parabéns por ser voluntário e por ter vindo conhecer a Assembléia para participar de uma ação tão humana como essa campanha de procurar doadores para o transplante de medula.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindos à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cidadãos e cidadãs da cidade de Brusque, que trabalham em prol de uma causa tão nobre.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Onofre Santo Agostini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, funcionários desta Casa, visitantes de Brusque, como diria o nosso amigo, secretário Ivo Carminati, hoje é só alegria. Primeiramente, porque esta Casa está sendo administrada, pela primeira vez na história política catarinense, por uma mulher, pela nossa ilustre deputada Ana Paula Lima, que está assumindo, por alguns dias, a chefia do Poder Legislativo.

Santa Catarina sempre foi rica com a participação da mulher durante toda a sua história, já levamos até o nome de Catarina de Alexandria; depois tivemos uma grande guerreira, a heroína dos dois mundos, que é a nossa querida catarinense Anita Garibaldi; e tivemos também Antonieta de Barros. E hoje estamos aqui sendo presididos pela ilustre parlamentar Ana Paula Lima, uma mulher que, sem dúvida alguma, honra a função de mãe, de esposa e de pessoa preocupada com o bem-estar da sociedade de Santa Catarina.

Por isso, deputado Moacir Sopelsa, eu usei o termo do secretário Ivo Carminati de que hoje é só alegria. Só alegria porque, como já disse, temos agora como chefe do Poder Legislativo a deputada Ana Paula Lima e porque dois municípios catarinenses administrados pelo Democratas estão tendo muito sucesso na área da saúde. Um é o município de Irani, no meio-oeste de Santa Catarina, no Alto Uruguai, administrado por Fábio Antônio Fávero, o nosso amigo Binho, que está fazendo um trabalho extraordinário no setor da saúde.

E ele nos mandou, através da primeira-dama Elizandra, a relação do que está sendo feito no município de Irani para melhorar o serviço de saúde às pessoas com menos condições de vida: aquisição de ambulância; ampliação e reforma dos postos de saúde; atendimento com eletrocardiogramas; atendimento em fisioterapia; atendimento psicológico; programa Irani Volta a Sorrir; atendimento odontológico à criança e ao adulto; programa Sorriso Nota Dez; programa Pequeno Príncipe de Irani; campanha contra o câncer de útero; serviço para combate à surdez; programa de saúde mental; Farmácia do Povo; campanha de vacinação; consórcio intermunicipal de saúde; Programa Saúde da Família; programa de planejamento familiar. E tudo gratuitamente!

Isto tudo é feito pela prefeitura municipal, através da administração do prefeito Fábio Antônio Fávero, o Binho, e sua excelentíssima esposa, que faz este trabalho extraordinário em favor da saúde. Até o remédio para diabéticos e para pessoas com pressão alta é fornecido pela prefeitura gratuitamente.

Então, eu quero enaltecer, desta tribuna, o nosso prefeito de Irani, que tem cometido algumas falhas em outros setores, é claro, qual o prefeito que não as comete, que é uma pessoa envolvida na área da saúde, ele e a sua esposa, pelo grande trabalho que faz em Irani.

O outro município, srs. deputados, é Rio do Sul, onde estivemos recentemente na companhia, inclusive, do nosso ilustre ex-prefeito Jailson Lima - quem sabe ele tenha sido até o autor do início de uma obra que reputamos de suma importância -, que ganhou o primeiro lugar em Santa Catarina pelo serviço de atendimento odontológico às crianças e recebeu o diploma, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico, de segundo lugar no Brasil em saúde bucal. Somente um outro município, se não me engano no estado de São Paulo, que tirou primeiro lugar, depois foi Rio do Sul, com o trabalho também extraordinário do nosso prefeito Milton Hobus. Como eu disse, ele recebeu a prefeitura do nosso ilustre deputado, que esteve lá conosco quando o governador lá compareceu, e ontem ele me trouxe, quando estive na Assembléia Legislativa fazendo-nos uma visita, o diploma, deputado Serafim Venzon, que recebeu em Rio do Sul de segundo lugar no Brasil em saúde bucal. E é o primeiro no estado de Santa Catarina!

Isso nos deixa feliz, pois verificamos que o homem público está efetivamente preocupado com a saúde bucal do povo. Como disse aqui a primeira-dama de Irani: "Povo com boa saúde é um povo feliz". "Povo que tem boa saúde e é bem atendido na saúde, é um povo feliz". E isso é verdade!

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Vou ouvir v.exa., com muito prazer.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Deputado, quero parabenizá-lo pela sua colocação, como também os prefeitos do partido Democratas pelo trabalho realizado. Eu, como sou da área da saúde e, especificamente, como cirurgião-dentista, gostaria de dizer que o caminho para a Odontologia do Brasil é a prevenção. E esse trabalho que a prefeitura municipal de Rio do Sul está fazendo merece os louros e o reconhecimento não só de Santa Catarina, mas do Brasil, como sendo o segundo melhor colocado em todo o nosso país.

Está de parabéns o prefeito porque está sendo mudado o quadro, deputado Onofre Santo Agostini, de que o Brasil era o país dos desdentados. Graças a Deus que ações como essa de Rio do Sul e de Brusque, pela administração do prefeito Ciro Roza e pela atuação do secretário da Saúde, temos mudado a realidade da Odontologia, principalmente das crianças brasileiras.

Parabéns ao prefeito pelo belo trabalho e pela premiação.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Srs. deputados, quem sabe o nosso ilustre amigo Jailson Lima tenha sido o autor ou tenha dado início a esse trabalho - já que é médico e uma pessoa competente, habilitada - de muita repercussão na cidade de Rio do Sul. Mas o fato é que o prefeito atual teve esse destaque a nível nacional, o que orgulha a todos nós, catarinenses.

Sabe, deputado Edson Piriquito, na sua vida o homem público muitas vezes tem dissabores, às vezes fica chateado pela ingratidão, outras vezes fica triste pela incompreensão, pela intolerância e outras vezes fica feliz pelo seu gesto, pela sua forma de agir. Hoje é um dia em que estou muito feliz porque nesta Casa este modesto deputado apresentou um projeto de lei que está servindo de exemplo para o Brasil: a cada criança que nasce, planta-se uma árvore! Hoje, quem assistiu ao *Jornal Nacional* viu que no estado de São Paulo também já estão fazendo isso. Na cidade mineira de Pará de Minas já é lei. Lá também, para cada criança que nasce, planta-se uma árvore.

Deputado Edson Piriquito, nós falamos muito em meio ambiente, falamos muito em degradação do meio ambiente, na situação dramática que vive o mundo, mas na prática é só conversa mole, não vemos nenhuma ação. Quem sabe, então, com essas pequenas coisinhas começemos, efetivamente, a preservar a natureza.

Até dizem, deputado Serafim Venzon, que o homem perdoa mais ou menos, Deus perdoa tudo, mas a natureza não perdoa nada. Se nós não cuidarmos da nossa natureza preservando as árvores, os rios, os mananciais, sem dúvida nenhuma, vamos viver momentos difíceis. Depois culpamos Deus e ficamos a lamentar, dizendo: Deus quis, Deus isso, Deus aquilo, quando, na realidade, Deus não quer nada disso, não quer a desgraça de ninguém. Mas nós, os seres humanos, não sabemos respeitar o meio ambiente e aí acontecem as catástrofes que estamos vendo.

Sugeri, ontem, ao senador Raimundo Colombo que apresente, em nível nacional, projeto semelhante ao nosso para tornar essa lei obrigatória. Para cada criança que nascer nos hospitais públicos e até nas maternidades particulares, o poder público, através do Corpo de Bombeiros do estado ou da Epagri, poderia entregar uma ou mais mudas de árvore para o pai plantar, primeiro, em homenagem à criança; segundo, para começar a ensinar, desde pequeno, a preservar o meio ambiente. É preciso começar a doutrinar, a ensinar a criança a preservar. Diz o famoso ditado popular que é de pequeno que se torce o pepino. Nós começamos a incutir na criança que plantar árvore é importante e estaremos homenageando-a.

Tenho uma neta, deputado Edson Piriquito, e no dia em que a Lara nasceu, nós plantamos uma palmeira lá onde tenho uma casinha de praia. A palmeira agora já está grande porque a Lara tem cinco anos. Cada vez que eu passo na frente da palmeira, a Lara diz: "Vó, essa árvore é da minha idade porque foi plantada no dia em que eu nasci."

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Onofre Santo Agostini.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, em primeiro lugar quero também cumprimentá-la por ser merecedora deste cargo tão destacado nesta Casa, a Presidência.

Sras. deputadas, srs. deputados, hoje eu iria ater-me diretamente a um assunto relacionado à venda de produtos não-farmacêuticos nas farmácias. Mas ao adentrar ao plenário vi o deputado Dagomar Carneiro e nas galerias uma comitiva de Brusque que veio trazer sangue para ser testado e ver se entre eles há possíveis doadores para um menino de nove anos que tem uma doença possivelmente curável, porém precisa de transplante, cujo doador é extremamente raro. Provavelmente, em um milhão de pessoas pesquisadas vamos encontrar o doador.

Ai pensamos: o que é um milhão de pessoas? São mil comitivas de mil - para termos uma idéia de quantas pessoas são - para encontrarmos esse doador.

Deputado Dagomar Carneiro, o grande problema do transplante é exatamente o doador. Para alguns órgãos, como, por exemplo, os rins, que temos dois, comumente encontramos pessoas, parentes ou amigos altamente solidários que doam um rim, podem doar um rim, mas já fica diferente quando o órgão a ser transplantado deva ser o coração, porque só temos um. Como fazer? Quando é o fígado, é extremamente difícil tirar uma parte dele, ou ainda quando é um dos pulmões, geralmente no transplante faz-se o bloco, pulmões, coração tudo junto.

Então, a técnica para fazer o transplante, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que também é médico e conhece a técnica sabe, não é tão difícil de ser executada, o mais difícil é a identificação e o doador estar apto a atender a necessidade daquele paciente que tem uma enfermidade incurável naquele órgão. Então, se ao mesmo tempo em que alguns órgãos são usados apenas de doadores mortos, outros são doados por doadores vivos. Porém seja de uma condição ou de outra, é extremamente difícil a localização desses órgãos.

Quero aproveitar a audiência da TVAL para conclamar muitas pessoas, que muitas vezes por desconhecer - e eu não diria nem por ignorância, mas por desconhecer - proibem a doação de órgãos quando um ente querido da sua família, descerebrado, por exemplo, por um acidente, uma coisa extremamente ruim que não se quer para ninguém, que se sensibilizem e doem os órgãos para salvar muitas vidas!

Eu lembro que em 2002 e 2003 uma menina, também de Brusque, que precisava de um transplante de medula moveu o Brasil inteiro. Eu mesmo cheguei a ter a fotografia estampada na revista *Veja* por tentar auxiliar uma menina que precisava de transplante e graças a Deus encontramos um doador, que estava em Nova Iorque. Graças a Deus, veio o cordão umbilical e foi feito o transplante. Lamentavelmente, não fomos bem sucedidos com a enfermidade da menina, mas o ato de solidariedade aconteceu.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Com a permissão de v.exa., quero cumprimentá-lo pela preocupação. Sei que todos os deputados desta Casa que são médicos, como os deputados Antônio Aguiar, Jailson Lima e outros, estão atentos a esse assunto.

Mas eu queria a permissão de v.exa., primeiro para cumprimentá-lo pelo assunto que aborda. E em segundo lugar, para registrar a presença do nosso grande prefeito - não só no tamanho, mas também na qualidade -, do município de Xaxim, Lirio Dagort, nesta Casa, que veio aprender muitas coisas.

Quero fazer esse registro porque ele é uma pessoa por quem temos muito respeito e grande estima pela forma como administra o município de Xaxim.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini, incorporo seu aparte ao meu pronunciamento.

Quero, então, aproveitar esse momento para conclamar a sociedade catarinense de como é importante esse ato de solidariedade de doação de órgãos, como é o caso do menino Mateus, que está aqui nas galerias da Assembléia com a sua mãe, a Viviane Tomazi, e a professora Iria Sapelli, que acompanha a comitiva. Certamente todos os catarinenses, mais uma vez, farão esse ato de solidariedade, que é se dispor a ser um possível doador. Assim como na questão da leucemia, há tantas outras enfermidades, até mesmo a simples doação de sangue para atender a quem está acidentado ou para quem tem alguma doença e que muitas vezes precisa do sangue inteiro ou do sangue fracionado, e de tantos que nem são nominados mais nos jornais, na televisão, mas que nas portas dos hospitais formam filas grandes.

Vejam o Hemosc, que faz um trabalho extraordinário não só na coleta de sangue por todo o estado de Santa Catarina, mas que faz o fracionamento do sangue. Lembro aqui do meu querido professor e um dos diretores do Hemosc, o médico e professor Marco Rotolo, que certamente está na coordenação desse serviço, que domina o assunto como qualquer professor das escolas mais renomadas do mundo.

Hoje nós temos esse serviço em Santa Catarina graças ao desenvolvimento de todas as técnicas existentes e também graças à solidariedade de tantas pessoas que nos ajudam nessa hora.

Também, sr. presidente, tramita nesta Casa um projeto de lei que dispõe sobre a regulamentação e a comercialização de produtos de caráter não farmacêutico pelas farmácias e drogarias. Basicamente os produtos não-farmacêuticos citados seriam:

(Passa a ler)

[...]

I - Produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos;

II - Produtos de higiene de ambientes e objetos tais como álcool, sabões, panos, esponjas e correlatos;

III - Produtos dietéticos;

IV - Líquidos e comestíveis de fácil manipulação e armazenagem, tais como: biscoitos, chocolates, confeitos, farinhas, cereais, chá, leite em pó, laticínios, sopa, água mineral, refrigerantes, vedada a venda de bebidas alcoólicas;

V - Produtos, aparelhos e acessórios para bebês, tais como fraldas, chupetas, alfinetes e urinol;

VI - Produtos e acessórios para testes físicos e patológicos;

VII - Produtos alimentícios para desportistas e atletas;

VIII - Produtos diversos de pequenas dimensões tais como aparelhos de barbear, caixa de fósforos, isqueiros, canetas, lápis, pilhas, cartões telefônicos, velas e filmes fotográficos, vedada a venda de cigarros;

IX - Prestação de serviços ambulatoriais como colocação de brincos, medição de pressão arterial, pequenos curativos e nebulização;

X - Jornais e revistas de circulação periódica.[...]"[sic]

Então, esse projeto tramita nesta Casa, sr. presidente, com o objetivo de permitir que as farmácias e drogarias passem a vender e a comercializar esses produtos em seus estabelecimentos. Fui nomeado pelo presidente da comissão de Saúde para ser o relator do projeto. Por prudência, resolvi convocar uma audiência pública para chamar o presidente da Associação dos Farmacêuticos de Santa Catarina; o presidente do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina; a coordenadora da Vigilância Sanitária; o responsável pela comercialização desses produtos vendidos em supermercados e ainda o presidente da Associação dos Distribuidores e Atacadistas Catarinenses.

Dessa forma, entendo que os convocando para essa audiência pública, para ouvir qual a intenção do projeto, certamente estarei mais apto, como relator, e terei mais legitimidade para dar um parecer favorável ou não a esse projeto, porque, naturalmente, pelo que conheço do autor, é bem intencionado.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Na verdade, deputado Serafim Venzon, a minha intenção não era pedir um aparte, mas pedir a palavra, pela ordem. Quero apenas fazer referência ao fato de termos hoje na Presidência desta Casa a deputada Ana Paula Lima. É a primeira vez na história do Parlamento de Santa Catarina que uma mulher assume a Presidência. Queria parabenizar v.exa., deputada Ana Paula Lima, parabenizar o município de Blumenau, este Parlamento e todas as mulheres de Santa Catarina. Com certeza a sua competência demonstra que todas as mulheres também podem conquistar o seu espaço.

Quero fazer referência à presença nesta Casa dos vereadores Ednilson Rodrigues de Souza e Naudir Antônio Schmitz, do município de Alfredo Wagner, que estão visitando este Parlamento.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, srs. deputados Rogério Mendonça e Serafim Venzon.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, srs. integrantes da mesa, sras. deputadas e srs. deputados, funcionários desta Casa, imprensa falada, escrita e televisada.

Sra. presidente, v.exa. entra para a história do Parlamento catarinense. Isso é lavar a alma das mulheres aqui no estado de Santa Catarina. Eu não poderia furtar-me de dizer o tamanho da alegria que é tê-la na Presidência desta Casa de Leis, uma Casa de credibilidade, por onde tramitam inúmeras leis. Blumenau está de parabéns.

Quero dizer que na gestão do deputado Onofre Santo Agostini esta deputada fez parte da Mesa, como segunda-secretária. Quero até aproveitar para agradecer ao deputado que na época me convidou para fazer parte da Mesa. Agora v.exa. mostra a força da mulher neste Parlamento e isso engrandece esta Casa, pois sabemos que onde há a presença da mulher dirigindo os vários setores, ela sempre está para contribuir, para somar, para trazer avanços, para inovar e para ajudar.

Parabéns, deputada Ana Paula Lima, v.exa. muito nos orgulha.

Mas, srs. deputados e sra. deputada, o que eu tenho para falar hoje é sobre o problema que está surgindo, para o qual ainda não encontramos solução, que é o caso do Instituto Estadual de Educação, que é uma escola de grande porte, o maior colégio do nosso estado. E hoje, em vários jornais que circulam pelo estado, notamos a grande rejeição que há por parte da comunidade, por parte dos pais, dos alunos e dos profissionais da saúde que trabalham naquele colégio. Está acontecendo uma grande rejeição. As portas estão fechadas e não querem aceitar a pessoa indicada porque já houve uma eleição. Legitimamente as urnas já consagraram as pessoas e mostraram os profissionais eleitos. Aliás, não somente no Instituto Estadual de Educação, mas em várias escolas do nosso estado foram realizadas eleições para direção e nós já temos os resultados!

Eu já me pronunciei diversas vezes sobre o mesmo assunto e quero dizer para v.exas, srs. deputados, que é tempo de passarmos aqui uma lista, no sentido de passarmos a nossa união, para que esse problema seja solucionado. E sobre isso há uma matéria no *Diário Catarinense* de hoje, que na sua página 12 diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Cerca de 5 mil alunos do Instituto de Educação estão com as aulas prejudicadas há quase dois meses, desde o dia 26 de fevereiro[...] [sic]"

Então, srs. deputados, a comunidade não aceita uma pessoa ou um professor de outro colégio para dirigir a escola. Está sendo considerado um elemento estranho ao quadro do Instituto Estadual de Educação. E é natural que eles rejeitem.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Ouço o deputado Joares Ponticelli, com muita alegria, pois tenho certeza de que v.exa., que é um deputado professor, um deputado muito ponderado, que briga pelos interesses da população, irá falar sobre isso.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Sra. deputada professora Odete de Jesus, v.exa. - e eu sou testemunha disso - ao longo destes nove anos que está nesta Casa tem, com frequência semanal no mínimo, ocupado esta tribuna para trazer aqui as suas angústias e as suas preocupações com a educação pública de Santa Catarina, como um todo. Mas como somos deputados estaduais e fiscais das ações do governo, v.exa. tem sempre levantado essa preocupação.

Na semana passada, tivemos um exemplo disso, quando v.exa., de forma diligente, oportunizou a participação da direção da escola e da APP do Colégio Dom Joaquim, do município de Braço do Norte, que se encontra em uma situação crítica. Isso está ocorrendo em todo o estado. Hoje v.exa. traz a situação já de calamidade pública do Instituto Estadual de Educação e não é a primeira vez que v.exa. vem reclamar. Não é a primeira vez que membros desta Casa estão reclamando, e o governo continua fingindo que não vê e não ouve o clamor daqueles alunos e daqueles pais.

Sra. deputada Odete de Jesus, são mais de cinco mil alunos sem aula só no IEE. E o secretário Ivo Carminati diz que o governo é só alegria, alegria! Que alegria pode ter um governo, no qual o primeiro-ministro - e parece-me que o secretário Ivo Carminati desempenha as funções de primeiro-ministro - diz que é só alegria, com mais de cinco mil alunos fora da sala de aula no Instituto Estadual de Educação, mais de 150 escolas na Grande Florianópolis sem merenda e mais de duas dezenas de escolas interditadas por este estado afora, deputada Odete de Jesus. E diz que é só alegria! É alegria ver a educação só perdendo para o Acre em evasão escolar, deputada Odete de Jesus? Vamos para a penúltima posição no Brasil, e o secretário Ivo Carminati diz que o governo é só alegria. Deve ser mais uma forma de debochar da Oposição e da sociedade.

Parabéns por sua preocupação, deputada Odete de Jesus! Este é o nosso papel, vamos continuar aqui alertando a sociedade catarinense sobre os equívocos sucessivos que este governo pratica contra a educação pública de Santa Catarina, que já foi referência, deputada Odete de Jesus. E parece-me que agora o secretário Paulo Bauer está-se esforçando para tentar concertar, mas aí as indicações políticas da bancada e dos aliados não o deixam concertar esse estado de falência da educação pública de Santa Catarina.

Parabéns a v.exa. pela preocupação!

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputado Joares Ponticelli.

Quero falar um pouquinho sobre o nosso ex-vice-governador Paulo Bauer, uma figura inteligentíssima, uma pessoa de experiente, que chegou a estar à frente do governo e que fez uma excelente administração. Ele está fazendo tudo para levar avante a área da educação. Eu já presenciei isso, pois viajei com o secretário para o município de Porto União e por onde ele passa leva soluções e resolve os problemas. Mas o estado é grande! Temos muitos municípios e muitas escolas. É claro que não podemos exigir que o secretário opere milagres. Ele vai ter que resolver os problemas na medida do possível.

Sr. presidente, colegas parlamentares, precisamos trazer soluções imediatas para o Instituto Estadual de Educação. A comunidade está pedindo, pois os pais não agüentam mais o sofrimento de ver seus filhos sem aula! E ainda pelo que leio na matéria do *Diário Catarinense*, as aulas não serão repostas. Aí é que surge o maior problema: as crianças perdendo conteúdo, perdendo aula. E um dia de aula para uma criança representa uma perda muito grande, sra. presidente.

Então, peço a v.exa., agora que está na Presidência da Assembléia, que convoque uma reunião de líderes para buscarmos uma solução para este impasse, porque afinal de contas o Instituto Estadual de Educação está aqui no coração do estado, está aqui na nossa capital! Vamos apresentar um documento para buscar uma solução para o problema.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sra. deputada Odete de Jesus, pelos voto de confiança depositado na minha pessoa na Presidência desta Casa. Com muito orgulho represento as mulheres catarinenses, as trabalhadoras, as donas-de-casa. E a mulher, certamente, deixará sua marca na Presidência do Legislativo catarinense, mas divido essa responsabilidade com v.exa., com a deputada Ada De Luca e com os demais parlamentares.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Boa-tarde! Quero cumprimentar a presidente desta Casa, deputada Ana Paula Lima, já parabenizando-a publicamente não só pela condução dos trabalhos, mas também pela sua elegância hoje ao assumir esta brilhante Casa.

Quero fazer alguns esclarecimentos sobre a intervenção do deputado Onofre Santo Agostini, pois é importante ressaltar e enaltecer a figura do honorável deputado Nodgi Enéas Pellizzetti, que passou por esta Casa e foi prefeito de Rio do Sul. Não é a primeira vez que Rio do Sul é premiado por causa de um projeto. E agora o projeto Saúde foi premiado e foi o deputado Nodgi Enéas Pellizzetti, como prefeito de Rio do Sul, que o implantou. E nós, como prefeito da cidade, demos continuidade, ampliando o número de profissionais odontólogos da cidade, demos também suporte ao atual prefeito que continuou e, com certeza, outros prefeitos também continuarão. Então, registre-se nesta Casa a iniciativa do ex-prefeito, o médico Nodgi Enéas Pellizzetti, que dentro de sua visão de saúde passou investir na área da Odontologia.

Estou encaminhando aqui uma indicação ao secretário da Educação com um pedido dos professores do Instituto Especial de Educação, já que a nossa deputada Odete de Jesus, comentou sobre o assunto, pois são 17 professores que estão desde janeiro sem receber o vale-transporte. São professores do setor de educação especial, portanto, já atendem crianças especiais, mas este trabalho está sendo prejudicado na região porque esses profissionais estão sem esse benefício que recebiam em 2006.

Então, estamos pedindo que o secretário da Educação tente resolver este problema, porque se a criança já é especial, o professor também precisa ter um atendimento especial para ter condições de trabalho para executar esta sua atividade. Então, faço esta indicação, esperando uma resposta urgente.

Na semana passada, nesta Casa, a Emenda n. 3 foi pauta de debate, deputado Antônio Aguiar. E ontem uma série de sindicatos no país inteiro fez uma mobilização apoiando o presidente Lula por ter vetado a referida emenda. Mas é importante dar uma explicação à população, porque ontem mesmo um cidadão me perguntou como o presidente Lula fez um projeto de lei desses. Primeiro, a Emenda n. 3 foi feita no mandato anterior ao governo Lula, por um conjunto de 370 parlamentares em Brasília, constituído por deputados e senadores, que assumiram a postura do grande empresariado e de um grande segmento da economia deste país, que não querem ser fiscalizados. Essa emenda tira da Constituição o direito ao 13º salário, garantia histórica desde Getúlio Vargas e flexibiliza o Fundo de Garantia.

Então, como parlamentar, neste momento, cabe-me aqui dar todo apoio ao movimento. E encaminhamos uma moção, na semana passada, neste sentido, pois graças ao presidente Lula está sendo feito esse debate negando, mas sabemos que o Congresso ainda poderá derrubar o veto do presidente. Por isso está ocorrendo essa mobilização nacional. O nosso país não pode retroceder. Enquanto o mundo avança nas conquistas sociais dos trabalhadores, a Emenda n. 3 coloca, deputado Antônio Aguiar, que o trabalhador, ao montar uma empresa, terá que começar a dar nota fiscal. E debates sobre isso no Sindicato dos Médicos, recentemente, deputado Serafim Venzon, pois muitos médicos têm que constituir uma empresa para fazer de conta que são empresários, quando têm carga horária estabelecida em hospitais; quando trabalham no final de semana, sem adicional noturno, sem pagamento de insalubridade, sem férias e sem 13º salário. Se recentemente, num debate na nossa entidade, contestamos isso, por que vamos apoiar o mesmo para um trabalhador assalariado, que muitas vezes não consegue ter advogado para fazer a defesa dos seus direitos?

Há coisas muito interessantes em nosso país e uma delas é que temos que sempre ter clareza de que existem direitos diferentes para os trabalhadores. E ontem, nesta Casa, tivemos a grata satisfação de ter uma palestra do jornalista Caco Barcelos sobre a situação da criminalidade no Brasil. E em poucas palavras ele disse que o pobre é preso e o rico é solto. E quando vemos uma série de cidadãos sendo presos, se forem negros ou pobres, eles apanham. Mas um profissional liberal ou um juiz quando é preso, pode ser algemado, mas não apanha nem vai para o pau-de-arara! Isso ele deixou claro.

E na realidade é o que estamos vendo nos jornais hoje, que mostram a brilhante atuação da Polícia Federal, deputada Odete de Jesus, por exemplo, na Operação Furacão, na qual só prendeu magnatas. E os jornais dizem o seguinte: "Ministro suspeito de licença pega atestado médico e se afasta". Pobre nem sempre consegue um médico para dar atestado e muitas vezes, quando trabalha em uma empresa, ainda contam os atestados para ver se realmente sua falta tinha justificativa.

Tenho aqui outra manchete: "Último magistrado deixa a sela".

A reforma deste país não pode ser só política e tributária, mas é de fundamental importância que seja também no Judiciário. Quem tinha que estar na cadeia era o magistrado que acaba de ser liberado. Ele foi o último a ser preso durante a Operação Furacão.

Então, o que vemos neste país é um furacão, no qual quem tem dinheiro é solto, a exemplo desse magistrado. Com certeza, os laranjas dessa operação estão todos trancafiados. É esta inversão de valores que temos que mudar neste país. Nós, parlamentares, que fazemos o debate democrático, que fazemos a luta política na divergência e na convergência, temos que estar de acordo com aquilo que nos deixa indignados do ponto de vista do Parlamento, da cidadania e dos direitos democráticos.

Faço essa intervenção, dizendo que a nossa luta também tem que ser no Judiciário, porque sonho com um país no qual as operações da nossa Polícia Federal, que tão brilhantemente no governo Lula tem desmascarado quadrilhas e quadrilhas, possam ocorrer e que possamos ler nos jornais que, felizmente, um magistrado foi em cana ou que um juiz não pegou licença médica. Assim poderemos construir e trabalhar por um país solidário, ético e, principalmente, com moralidade pública em todas as instâncias do governo e da representação pública do cidadão brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje terça-feira, os primeiros minutos serão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, fiquei, deputado Silvio Dreveck, surpreso com a publicação no jornal *ANotícia*, de sábado, dia 21, na página de economia, de quatro editais de anulação de concorrência pública. Chamou-me a atenção porque os editais de anulação das concorrências faziam apenas referência ao número da concorrência pública, não descrevendo o objeto. Talvez para que as pessoas que lessem o jornal, deputado Jailson Lima, e não tivessem a informação do que efetivamente tratava aquela anulação.

Trata-se da anulação das Concorrências n.s.: 02/2006, 03/2006, 04/2006 e 05/2006 da SC Parcerias, lançadas festivamente durante a campanha do ano passado. Isso me intrigou e fui buscar as informações, deputado Silvio Dreveck. Para minha surpresa, eram as principais grandes obras que tinham sido anunciadas por ocasião da eleição, as quais tiveram as concorrências anuladas desde o último sábado, deputada Odete de Jesus. Entre elas, a nossa tão sonhada Interpraia.

Quantas vezes, deputada Odete de Jesus, v.exa. ouviu os deputados do governador nesta Casa comemorarem festivamente o lançamento da concorrência para a construção da Interpraia? Quantos comícios fizeram durante a campanha do ano passado? E agora a concorrência foi anulada.

Outra concorrência anulada, deputada Ana Paula Lima, para a qual ouvimos muitos discursos aqui também, essa enganando o eleitor da Grande Florianópolis, foi o metrô de superfície. Houve um deputado federal do PMDB de Santa Catarina, que eu ouvi falar na *Voz do Brasil*, que chegou a discursar na Câmara Federal dando conta de que até o final do ano passado o metrô estaria passando sobre a ponte Hercílio Luz, fazendo a ligação da ilha com o continente e a Grande Florianópolis. Ouvimos muitos discursos a esse respeito, mas foi anulada a concorrência do metrô também.

Uma outra concorrência anulada foi a Via Rápida de Criciúma, deputado Darci de Matos. O então governador Eduardo Pinho Moreira, durante o período eleitoral do ano passado, reuniu mais de mil pessoas no clube Mampituba de Criciúma e lançou festivamente a concorrência da Via Rápida de Criciúma.

E agora o que o bem aposentado, hoje, ex-governador Eduardo Moreira vai dizer disso? Isto é, deputado Dagomar Carneiro, estelionato eleitoral! Aquelas mil e tantas pessoas que saíram do Mampituba de Criciúma pedindo voto e fazendo campanha porque acreditaram na concorrência da Via Rápida, o que vão fazer agora, deputado Silvio Dreveck? Procurar um Procon eleitoral? Devem ir à Celesc ver se encontram o governador bem aposentado Eduardo Moreira para pedir para ele devolver ou mandar anular os votos também, já que a concorrência foi anulada?!

Mas há mais, deputado Dagomar Carneiro. Também foi anulada a concorrência para a construção do acesso rodoviário ao porto de Navegantes.

Vou ler, deputado Silvio Dreveck, a notícia do jornal *Gazeta Mercantil*, do dia 11 de outubro do ano passado.

(Passa a ler.)

"Concorrência para obras de acesso rodoviário

A SC Parcerias (braço empreendedor do governo de Santa Catarina) lançou edital de concorrência para a construção do acesso rodoviário ao Porto de Navegantes. Empresas interessadas na execução da obra, orçada em R\$ 15 milhões, têm até o próximo dia 18 para a entrega das propostas."

Dizia o governo na época, deputado Silvio Dreveck,

(Continua lendo.)

"[...]

'O novo acesso rodoviário garantirá ao porto e à cidade de Navegantes condições de segurança para o escoamento do tráfego pesado'... O acesso tem prazo de 180 dias para execução." [sic]

Ele tinha prazo de 180 dias, a contar de outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril. Estão concluindo os 180 dias, deputada Ana Paula Lima. Nós deveríamos estar recebendo o convite para a inauguração e estamos aqui com a cópia do edital de anulação. O que farão aquelas pessoas agora, para as quais foi praticado o estelionato eleitoral, deputado Silvio Dreveck? Vão procurar o Procon eleitoral?

Também devem ir à Celesc procurar o bem aposentado ex-governador Eduardo Moreira, presidente da Celesc, porque ele foi lá enganar, a mando do seu candidato Luiz Henrique. E agora anularam a concorrência.

Esta é a maior prova, é a prova definitiva, é a prova cabal do estelionato eleitoral que este governo praticou e continua praticando por toda Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Obrigado, deputado.

Quero cumprimentar v.exa. pela audácia em levantar esse problema e, ao mesmo tempo, falar, com conhecimento de causa, sobre os investimentos que essa empresa está fazendo em Navegantes, que estava na esperança de que esse acesso fosse concluído em breve. Mas neste momento v.exa. traz essa notícia ruim para Navegantes, para nós, catarinenses.

Eu quero aqui me solidarizar com v.exa. por lembrar desse fato, lembrando também que lá em Itapoá o setor privado está investindo e está com uma expectativa em relação a um acesso do qual até agora não se falou nada. Lamentavelmente, o que se prometeu, anula-se e sequer se fala sobre a perspectiva daqueles novos investimentos lá em Itapoá.

Obrigado pelo aparte e parabéns pelo seu pronunciamento.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Quero agradecer a v.exa. por esta oportunidade, parabenizá-lo pelo seu depoimento e dizer que esse mesmo estelionato eleitoral do governador aposentado Eduardo Moreira repetiu-se com o ex-governador Paulo Afonso em relação à Interpraías. A Interpraías foi prometida, sendo entregue a ordem de serviço às vésperas da eleição pelos dois ex-governadores.

Lamentavelmente, constatamos aquilo de que já se desconfiava, que eram obras eleitoreiras.

Eu queria saber se agora os votos serão anulados também. Esse é o grande questionamento que fica.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Décio Góes.

Deputado Jandir Bellini, isso é muito grave! Essas eram as quatro principais obras da SC Parcerias. Todas foram lançadas em grande estilo, em grandes comícios: a construção da Interpraías; a pavimentação do acesso a Navegantes; o metrô de superfície da Grande Florianópolis e o novo acesso a Criciúma, a tal Via Rápida.

O secretário Altair Guidi havia dito, na semana passada, que era uma farsa e eu espero que agora o bem aposentado ex-governador Eduardo Moreira e o seu chefe Luiz Henrique se expliquem!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu quero destacar aqui, deputado Dagomar Carneiro, que também é da Regional de Brusque, a eficiência, a economia e o empenho dos funcionários da agência regional da Celesc daquela região para prestar um bom serviço, um serviço de qualidade e, ao mesmo tempo, com um custo operacional pequeno. Hoje, a Celesc, que teve uma grande parte privatizada, evidentemente tem de prestar contas para os seus acionistas e por isso também se tem empenhado para fazer um serviço de boa qualidade e de baixo custo.

Neste sentido, eu queria destacar aqui alguns pontos da secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque, que é formada pelos municípios do vale do rio Itajaí Mirim, quais sejam: Botuverá, Guabiruba e Brusque, e pelos municípios do vale do rio Tijucas, como Nova Trento, Major Gercino, São João Batista, Canelinha e Tijucas, compondo assim um total de oito municípios.

Acontece que em termos de comercialização de energia elétrica, em distribuição e em atendimento à população, a agência de Brusque está vinculada à SDR de Blumenau; o vale do rio Tijucas, por outro lado, está vinculado à Regional da Grande Florianópolis, de tal maneira que isso divide a Regional de Brusque em duas.

Essa é uma situação que o governador Luiz Henrique da Silveira já herdou. Não digo que é uma herança nem boa nem má, mas era a distribuição dos serviços, a distribuição das coordenadorias regionais no caso da Celesc. Brusque é o quinto maior consumidor de energia elétrica, mas mesmo assim nós temos lá apenas 24 funcionários, dos quais nove ainda são plantonistas, sobrando para o efetivo um pequeno número. A chefia de Guabiruba, por exemplo, uma cidade de mais de 15 mil habitantes, tem apenas um responsável pelo setor comercial. Por outro lado, Botuverá, que também é um município componente da Regional de Brusque, tem apenas dois responsáveis.

Ao mesmo tempo em que o presidente, dr. Eduardo Pinho Moreira capricha para ter uma equipe eficiente, talvez ele tenha que convocar um pouco mais de funcionários para que a prestação do serviço seja mais eficiente. Em virtude disso, eu tenho, hoje, uma audiência com o dr. Eduardo Pinho Moreira, na qual levarei uma indicação desta Assembléia pedindo que melhore o atendimento na Regional de Brusque, porque para prestar atendimento em toda a região, nós temos os seguintes carros: uma F-250/2003, uma D-20 82/83, um Gol/83 e um Fiat/86. Quer dizer, são todos carros velhos, que certamente se deslocam mas com dificuldade.

Então, vou pedir-lhe que, além de melhorar o corpo funcional, aumente o número de funcionários, coloque mais uma recepcionista, mais uma telefonista para atender as pessoas que precisam fazer a sua reclamação. Aliás, uma das grandes dificuldades da população, hoje, é levar a sua reclamação. Se alguém quiser reclamar por telefone, para quem vai reclamar? Liga para um número, é transferido dez vezes e ninguém atende. Na Celesc, há alguém que atende na Regional, mas é um número muito reduzido.

Por isso, gostaríamos de contar com o apoio do presidente, com o apoio do governador interino, Leonel Pavan, pois sei que ele está empenhado tanto quanto o governador, como nós também, em fazer de fato a regionalização, em fazer de fato a descentralização e a desconcentração do poder.

Existe uma herança que não é boa nem ruim, mas é um fato que eu quero comentar aqui. A Vigilância Sanitária, por exemplo, fez uma divisão no estado em 18 regiões. Agora, com as 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, alguns municípios de uma Regional pertencem à coordenação da Vigilância Sanitária de duas ou três Regionais. Isso deixa, do ponto de vista prático, descontentes os coordenadores, os líderes políticos daquela região.

Cito, como exemplo, um pedido que fiz ao governador em exercício, Leonel Pavan, com relação à Fatma. Existe um pleito para a Regional de Brusque, que é composta pelos municípios do vale do rio Tijucas e do vale do rio Itajaí-Mirim; os municípios do vale do rio Tijucas pertenceriam, em termos de coordenação dos serviços da Fatma, à Regional de Florianópolis, enquanto que os municípios do vale do rio Itajaí-Mirim pertenceriam à Regional de Itajaí, mais uma vez dividindo a Regional de Brusque em duas: uma parte vinculada a Florianópolis e a outra parte vinculada a Itajaí.

O pleito que nós fazemos e para o qual peço apoio aos nobres pares, é para que todos os municípios de uma determinada Regional, mesmo que sejam vinculadas a outra Regional, sejam vinculados por inteiro àquela outra Regional. Por exemplo, na questão da Fatma, através do pedido que levamos ao governador Leonel Pavan, nós solicitamos que os municípios de Botuverá, Brusque, Guabiruba, Nova Trento, Major Gercino, Canelinha, São João Batista e Tijucas pertençam à Regional de Itajaí. Assim, nos serviços e na fiscalização da Fatma, todos os municípios da Regional de Itajaí e todos os municípios da Regional de Brusque estariam num bloco, todos sob a mesma coordenação.

Assim sendo, nós teríamos dentro das Regionais divisões conforme conceitos comerciais, sociais e culturais. É muito fácil ligar ou vincular pessoas do vale do rio Tijucas com Itajaí. O difícil é vincular municípios como Guabiruba e Botuverá com Florianópolis. Existe uma diferença cultural, social e, naturalmente, também de distância.

Por isso, então, aproveitando a interinidade do nosso governador Leonel Pavan, fazemos este pedido especial a sua excelência, no sentido de que as coordenadorias, seja na Saúde, na Vigilância Sanitária, no Meio Ambiente ou nas outras áreas, sejam vinculadas a todas as secretarias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até nove minutos.



O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, em nome do Partido dos Trabalhadores cabe ressaltar, primeiro, a visita de um conjunto de deputados, hoje ausentes desta Casa, juntamente com o superintendente do DNIT, engenheiro João José, à BR-282, uma BR que faz parte do PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento, e representa a via de escoamento para o Mercosul.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - V.Exa. me permite um aparte?

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Deputado Jailson Lima, quero agradecer a oportunidade do aparte e antes que v.exa. entre propriamente no assunto, aproveite a deixa da visita que se está fazendo lá na BR-282, da qual eu também gostaria de ter participado, para deixar registrado nesta Casa que devemos procurar manter aquilo que é uma tradição quando de audiências públicas e quando de visitas como essa ao interior: terça e quarta-feiras, para nós, são dois dias sagrados de plenário. Essa visita poderia ter sido feita na segunda, na quinta ou na sexta-feira. Tenho certeza de que a maioria dos deputados gostaria de ter participado. O deputado Herneus de Nadal também convocou para amanhã uma reunião em Chapecó, acerca de um assunto importante, que é a extensão do ensino universitário.

Faço, pois, um apelo aos srs. deputados e para a própria Mesa, para disciplinar isso, de tal forma que não pareça que não estamos presentes e também para que o plenário não fique vazio em função de uma audiência feita em dia de sessão plenária.

Era isso. Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Gelson Merisio, é muito importante a sua observação. E nós, que fazemos parte do governo em nível federal e fazemos a defesa do nosso governo, gostaríamos também de prestigiar uma obra importante para o estado de Santa Catarina e que há muito tempo é reivindicada.

Acho que os jornais de hoje também estamparam a questão das ações do Besc, deputado Décio Góes, o que mostra nitidamente que a partir do momento em que se começa a fazer um debate claro do seu destino e que o nosso governo Lula mantém o seu compromisso com o povo catarinense, com esta marca, com esta raiz capilarizada em todos os municípios do nosso estado, chamada Besc, quando se vislumbra o caminho exato com uma provável parceria com o Banco do Brasil, vimos que as ações do banco mais uma vez voltaram a valorizar 44%, diferente de quando foi anunciada a venda das contas-salário para outra instituição financeira, pois na medida do anúncio, as ações caíram. Nós vemos que não só o governo está propondo uma alternativa viável, como consolida, para o povo catarinense, esta instituição chamada Besc, patrimônio de todos os cidadãos do nosso estado.

Outra coisa relevante e de extrema importância é que foi anunciado hoje, às 11h, o Plano de Desenvolvimento da Educação, assinado pelo nosso presidente Lula. É um avanço estratégico, logístico e principalmente de cidadania para este país; foram assinadas 44 medidas e uma delas, só para este ano, destinada à educação básica, para mil municípios serão liberados mais de R\$ 1 bilhão. Está prevista, até o ano de 2010, a regularização do piso salarial para R\$ 850,00 para todo educador brasileiro.

Nós estamos vendo, neste Plano de Desenvolvimento da Educação, alguns pontos principais. Por exemplo, a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e apoio às prefeituras que têm indicadores educacionais mais baixos, ou seja, o governo federal está priorizando as prefeituras com maiores dificuldades neste país, não apenas do ponto de vista financeiro, mas principalmente nos seus indicadores sociais.

A implantação da Provinha Brasil para avaliar a alfabetização de crianças de seis a oito anos, mostrando claramente que é na infância que se começa a construir a cidadania. E o Fundeb está priorizando isso, na medida em que estimula a prefeitura para que as crianças fiquem na escola em tempo integral.

Foi criado um crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de R\$ 600 milhões para o transporte escolar, inclusive para as prefeituras do interior, principalmente para que as do estado de Amazonas possam comprar barcos para transportar as crianças, deputado Serafim Venzon.

Olimpiada de Língua Portuguesa. É outro item que irá envolver 80 mil escolas deste país, com sete milhões de alunos, para estimular não só a alfabetização, mas a qualificação do português, a fim de que não se tenha mais no Brasil os chamados analfabetos funcionais, ou seja, aqueles que sabem ler, mas não entendem o que lêem.

Informatização de todas as escolas públicas numa previsão até o ano 2010. Se imaginarmos que neste país ainda existem escolas que não têm luz, que não têm iluminação pública, saberemos por que o Programa Luz para Todos prevê, até o final do ano de 2008, iluminação em 100% das escolas públicas do país.

Esse programa também prevê, até o ano de 2010, a implantação do programa Universidade Aberta nas cidades médias e de pequeno porte, ou seja, levar a universidade para o interior do Brasil, a exemplo do que foi feito em Santa Catarina, com a emenda do deputado Jorge Boeira, onde vemos *campus* avançado em parceria com a nossa Universidade Federal, hoje comandada pelo reitor Lúcio José Botelho.

Foi lançado também o Programa Brasil Alfabetizado, que prevê que todo o sistema de alfabetização deste país passe a ser feito por educadores que terão uma bolsa de mais R\$ 200,00, acrescida ao seu salário desde que estejam alfabetizando adultos.

Na área de educação profissional, está prevista a implantação, até 2010, de 150 escolas técnicas nas cidades-pólo.

Quando se imagina que é um metalúrgico que está propondo, deputado Jandir Bellini, a revolução da educação deste país, isso mostra claramente que ele não esqueceu os bancos de escola que não frequentou e que está realizando um sonho, ou seja, está estendendo ao Brasil um programa de alfabetização desse porte que começa com a implantação do Ideb.

Nós sabemos que hoje, no estado de Santa Catarina, em mais da metade dos municípios os professores não têm um piso salarial de R\$ 850,00. E o governo federal, através do Plano de Desenvolvimento da Educação, vai garantir isso até ano de 2010 para todos os professores deste Brasil.

Por isso, hoje é um dia de comemoração por essa brilhante notícia, deputada Ana Paula Lima, quando vemos o nosso presidente da República, um metalúrgico, assinar esse Plano de Desenvolvimento da Educação, tendo à frente do ministério da Educação um brilhante ministro, como Fernando Haddad.

Por isso, parabéns Brasil, parabéns presidente Lula por essa visão histórica que o país e o mundo com certeza não esquecerão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente, inicialmente gostaria de parabenizá-la, em nome do PDT, por ter assumido a Presidência desta Casa, sendo a primeira parlamentar catarinense mulher a assumir os destinos da nossa Assembléia Legislativa na ausência do nosso presidente, deputado Julio Garcia. Desejamos a v.exa. um bom trabalho neste período em que conduz a nossa Casa.

Venho hoje, em nome do PDT, para fazer o registro da visita, em nosso estado, do nosso ministro do Trabalho Carlos Lupi, presidente nacional do PDT, que há 19 dias assumiu o ministério do Trabalho. Trata-se de uma deferência especial a Santa Catarina porque nos seus primeiros dias como ministro dedicou a sua primeira viagem ao nosso estado.

Inúmeros compromissos o ministro cumpriu em Santa Catarina, a começar pela visita ao prefeito da capital, colocando o ministério do Trabalho à disposição de todos os florianopolitanos. Em seguida, tivemos uma audiência com sua excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira, e o vice-governador Leonel Pavan.

Após essas duas audiências, dirigimo-nos ao município de Criciúma, onde tivemos várias atividades, entre as quais a visita ao prefeito e ao Sindicato dos Mineiros, onde estava presente o deputado Décio Góes, que nos acompanhou. Historicamente, depois de muitos e muitos anos, um ministro do Trabalho voltou a adentrar ao Sindicato dos Mineiros de Criciúma. E lá, naquele estabelecimento, deputado Jailson Lima, ouvimos o compromisso do ministro do Trabalho, como pedetista, como brizolista, de que nenhuma mudança nas leis trabalhistas que venha a prejudicar o trabalhador brasileiro vai ser efetuada enquanto ele for ministro. Muito pelo contrário, falou que só morto autorizaria mudanças. Porque quando se fala em reforma trabalhista, não se fala em reforma trabalhista para benefício dos trabalhadores; fala-se sempre para prejuízo dos trabalhadores.

E como o PDT, partido genuinamente trabalhista, idealizado por Getúlio Vargas, que criou a carteira do trabalho, que deu direito à mulher ao trabalho e ao voto, não poderia, o ministro do Trabalho, de maneira alguma, compactuar com mudanças que viessem a prejudicar o trabalhador brasileiro.

No final da noite, em Criciúma, tivemos um desfecho memorável, pois num ato político filiamos o vice-prefeito da cidade, Gelson Fernandes, e mais 512 correligionários que acompanharam o vice-prefeito nessa vinda ao PDT. Com certeza é uma pessoa dinâmica, pois ocupando o cargo de vice-prefeito já mostrou a grande liderança que tem naquela cidade do sul catarinense. Temos certeza de que Gelson Fernandes, tendo a sua ficha abonada pelo ministro do Trabalho, pelo presidente estadual do PDT, pelos deputados do PDT presentes, será um grande reforço para o partido no sul do estado, região que há muitos e muitos anos já tem uma característica trabalhista, pois quando Leonel Brizola foi candidato a presidente da República, fez 58% dos votos dos criciumenses, demonstrando a vocação daquela cidade carbonífera pelo trabalhismo. A vinda de Gelson Fernandes com certeza vai criar um fato novo na política de Criciúma e do sul do estado. E o PDT, respaldando Gelson Fernandes, dando-lhe uma boa acolhida, já o indicou como possível candidato a prefeito da cidade de Criciúma.

Então, sra. presidente, srs. deputados, quero fazer o registro da visita do ministro pededista, Carlos Lupi, ao nosso estado, abrindo as portas do ministério do Trabalho para todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Gelson Merísio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sra. presidente, quero iniciar minhas palavras cumprimentando v.exa. por ter assumido, mesmo que interinamente, a Presidência da Assembléia Legislativa, cargo que sem dúvida alguma enaltece a representação feminina nesta Casa e também em todo o nosso estado.

Quero cumprimentar a deputada Odete de Jesus e os demais deputados e registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Xaxim, Lirio Dagort, acompanhado que está pelo sempre jornalista de Xanxerê, Rogério de Oliveira, que assistem a esta sessão.

Gostaria, nesta oportunidade, em nome do Democratas, de trazer a nossa posição muito clara a Santa Catarina e ao Brasil que acompanham as imagens da TVAL. É algo que se está radicalizando em nosso estado e está trazendo preocupação a toda a nossa gente, especialmente do oeste. É um tema que promete, ao longo dos próximos anos, ser ainda mais difícil de ser tratado, que são as questões ligadas especialmente às áreas indígenas reivindicadas pelo Incra, pelas ONGs que representam os índios, até pelos próprios índios, e também os quilombos, que passam a entrar na pauta de reivindicação em Santa Catarina.

Primeiramente, com relação à questão indígena, há de se separar movimentos que ocorreram no passado e o que está havendo agora. Na área que foi demarcada recentemente por portaria do

ministro da Justiça, situada entre Saudades e Cunha Porã, nunca houve registro de ter residido sobre essa terra qualquer índio. Não existe, nos últimos 80 anos, nenhuma referência de um índio sequer por lá ter passado. Os proprietários que lá moram, muitos há mais de 70 anos na propriedade, todas elas adquiridas de forma limpa, transparente, com escritura com fé pública registrada em cartório, nasceram naquelas terras, que já eram dos seus pais, dos seus avós e agora estão na iminência de ver a propriedade de suas terras contestada.

E aí recai uma pergunta que precisa ser respondida de uma forma muito consistente e muito clara: quando alguém tem uma ligação afetiva pela terra, quando alguém, como é o caso da usucapião, exerce as suas atividades naquela área de terra, ele tem não apenas uma ligação contratual ou de direito sobre aquela terra, ele tem também uma ligação afetiva, que é o que existe hoje nessas áreas por parte dos colonos.

Não quero entrar na questão jurídico-legal de quem tem razão, porque isso vai caber à Justiça, num segundo momento, responder e definir. É assim que deve ser num processo democrático. Agora, do ponto de vista do governo, do encaminhamento por parte do governo federal e estadual - porque quando se fala em governo todos são responsáveis, até porque os governos são passageiros e as famílias das pessoas são perenes -, está claro que por parte do povo indígena não existe envolvimento afetivo da comunidade indígena porque nunca residiu naquele local.

Se está claro e foi dito pelo governo que deverá haver uma indenização prévia e justa aos proprietários lá existentes hoje, se é assim, se é o estado - e quando falo estado refiro-me ao governo federal, estadual e também à Justiça -, que vai definir claramente de quem é a responsabilidade; se existe o recurso para fazer as desapropriações prévias e justas, por que o governo federal, o governo estadual e os municípios não se unem e identificam áreas que podem ser adquiridas? Se a indenização será prévia e justa, para que assim seja o poder público terá que pagar o valor de mercado, por que não adquirem terras semelhantes, nas mesmas condições, nas mesmas proporções, sem criar um conflito entre pessoas, entre famílias, sem deixar acirrar os ânimos de pessoas que conviveram bem durante 80 anos?

Quero enfatizar a questão envolvendo especialmente as comunidades de Saudades e de Cunha Porã, que vai radicalizar-se ao extremo, pois é uma colonização alemã, que tem um histórico de sobrevivência, que tem todo o direito de brigar pela sua propriedade, porque tem escritura pública, não grillaram terra de ninguém, compraram e pagaram. Não vou aqui questionar o direito dos índios de reivindicarem aquilo que entendem ser seu, mas questiono e acho um grande equívoco a condução que está sendo dada para a solução do impasse. Seria muito mais lógico, muito mais fácil, geraria muito menos dor para as famílias e também para o povo indígena se uma área fosse adquirida, repassada e, dentro de um clima de harmonia, fosse solucionado o problema.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu quero somar-me ao pronunciamento de v.exa. e manifestar também a minha preocupação nesse processo histórico que ocorre no país, nestes últimos quinhentos e poucos anos, agora vivendo problemas localizados em várias áreas no estado.

O grande desafio para nós é construir toda uma cultura de políticas públicas que, por um lado, garantam o direito dos índios, mas não expropriem o direito dos agricultores. Como construir uma política pública que garanta o direito tanto dos agricultores, que com boa fé compraram suas terras e escrituram-nas, como dos índios que têm, historicamente, sido excluídos e marginalizados.

Eu propus aqui, na outra legislatura, esse debate, que agora volta por iniciativa do governo: como garantir terra para os índios e ao mesmo tempo como garantir o direito dos colonos?

Nós, como bancada, também queremos assumir esse debate publicamente. Hoje, inclusive, estamos requerendo a realização de uma audiência pública, a fim de que se traga não só o ministério da Justiça a esta Casa, mas também o ministério do Desenvolvimento Agrário, a Funai, o Ministério Público e o governo do estado, pois este congraçamento entre governo estadual e federal serve para encontrar soluções.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Se nós formos apenas, deputado Pedro Uczai, analisar a questão do direito natural sobre as áreas, não há como negar que o Brasil inteiro pertencia aos índios. Entendo e conheço a sua preocupação e o ponto que me parece central é a forma como vai ser feita essa intervenção. Se juridicamente as duas partes têm direito, a Justiça vai definir lá no fim. Agora, antes disso o caminho do consenso, se é que vai haver uma...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Quero registrar o aniversário do município de Palhoça, que completa 113 anos de emancipação política. Ontem estivemos na sessão solene da Câmara Municipal, registrando aquela grande festa do município. Agradeço ao vereador Ademir Farias, pois através de proposição de sua autoria recebi ontem o título de cidadão palhocense. Quero aqui dar também a todos os palhocenses os parabéns, que nesta data comemoram os 113 anos de fundação do seu município.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Minhas primeiras palavras são para cumprimentar v.exa. e desejar que possa seguir nessa brilhante carreira parlamentar, hoje exercendo aqui a Presidência desta Casa. Meus parabéns.

Quero aproveitar para cumprimentar o ex-prefeito de Seara, Henrique Fabri e o dr. Michel que hoje estão nesta Casa a fim de proceder ao seu trabalho em defesa do oeste de Santa Catarina.

Sras. e srs. deputados, venho a esta tribuna para falar de obras não prometidas e realizadas. Eu venho à tribuna desta Casa para falar da felicidade em participar, no domingo passado, junto com muitos deputados deste Parlamento, como os deputados Gelson Merísio, Onofre Santo Agostini e Jorginho Melo, de um grande evento, no qual o governador Luiz Henrique entregou, em parceria com a prefeitura municipal de Faxinal dos Guedes, entregou asfaltado o acesso Faxinal dos Guedes à Barra Grande. E eu quero cumprimentar aqui o prefeito municipal daquele município, Edson Vizolli, do PT, e o vice-prefeito Jandir Carminhan, do PMDB; também não posso deixar de cumprimentar o presidente da Câmara Municipal, vereador Gilberto Lazzari, que entregou o título de Cidadão de Faxinal dos Guedes ao governador Luiz Henrique.

Da mesma forma tenho que cumprimentar todas as pessoas que residem naquele município, mas especialmente quero deixar aqui o meu abraço, os meus cumprimentos aos proprietários da empresa de papel e laminados: sr. Avelino Bragagnolo e seus filhos, os diretores José Bragagnolo e Marcos Bragagnolo. É uma empresa que está localizada no distrito de Barra Grande, que pleiteava, srs. deputados, esse asfalto há mais de 40 anos. E o nosso governador não prometeu, diferentemente de tantos governadores que haviam prometido aquela obra, mas que não haviam cumprido.

E agora, numa parceria importante entre o município e o governo do estado, com alguma coisa também do governo federal, foi atendido esse pleito do prefeito municipal e daquela população, para que fosse efetivado o asfalto, que dará oportunidade de aumentar ainda mais os investimentos dessa empresa na região, além de também possibilitar o escoamento da produção de uma das áreas agrícolas mais produtivas do estado.

Então, é preciso que se diga que muita coisa que nunca se viu em todos esses anos dos demais governos, está-se vendo agora com o atual governo. Justiça seja feita! Com certeza faltam muitas coisas, mas muitas estão sendo realizadas. Eu mesmo participei da inauguração de algumas estradas em que os moradores disseram que fazia 50 anos que estavam esperando por aquelas obras. E em Faxinal dos Guedes foi assim. Fazia 40 anos que a população estava esperando pela obra e até vou-me permitir ler o texto proferido pelo prefeito na ocasião da inauguração:

(Passa a ler)

"Esta parceria entre o estado e o município deu certo e vai continuar dando certo em Faxinal dos Guedes. A pavimentação asfáltica neste distrito foi uma incansável luta, e me sinto feliz por saber que é possível não prometer, não enganar, não mentir, não usar palanque para fazer demagogia; sinto-me feliz por saber que é possível lutar pelo desenvolvimento de nossa terra; e o senhor, governador, logo identificou a importância desta obra e assegurou a participação do Estado no empreendimento. Ideologias partidárias são instrumentos para se chegar ao poder, mas para trabalhar pelo desenvolvimento é preciso romper todas essas barreiras." [sic]

Estas foram as palavras do prefeito de Faxinal dos Guedes, o prefeito Edson. Por isso eu entendo que quando se quer, quando se coloca acima de tudo o interesse pelo desenvolvimento, quando se faz política com transparência, com trabalho, atendem-se os anseios da população.

Da mesma forma, vi o sr. governador receber daquela comunidade um cartaz ilustrado que dizia:

(Passa a ler)

"Aos grandes empreendedores cabe transformar o mundo, gerando riquezas e o bem comum. Aos grandes administradores cabe abrir os caminhos para que essas riquezas circulem beneficiando a todos. Obrigado, Governador Luiz Henrique da Silveira pela rodovia FAG 50 - Acesso Faxinal dos Guedes à Barra Grande. Em 22 de abril de 2007." [sic]

Hoje o deputado Gelson Merísio falou sobre as áreas indígenas, questão que nos preocupa e sobre a qual precisamos tomar posição em defesa daqueles que têm o direito de posse, que compraram aquelas áreas, respeitando as áreas indígenas.

Quero reforçar aqui as palavras do deputado Gelson Merísio no sentido de que precisamos recompor os dias das audiências públicas. Hoje acontece uma audiência pública sobre a BR-282, que interessa a todos, deputado Edson Piriquito, principalmente a nós, que moramos no oeste de Santa Catarina. Trata-se de uma obra que foi iniciada há mais de 50 anos e que ainda não está concluída. Precisariamos estar presente, mas não conseguimos devido ao compromisso que tínhamos hoje aqui.

Por isso é preciso estabelecer que as audiências públicas fora desta Casa só podem ser feitas nas segundas, nas quintas ou nas sextas-feiras para que todos os deputados tenham a possibilidade de participar.

Finalizo, deputado Edson Piriquito, e deixo estes oito minutos e 3 segundos que restam para que v.exa. possa usar a tribuna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Edson Piriquito, no tempo restante destinado ao PMDB.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sra. presidente, srs. deputados, sra. deputada Odete de Jesus, às pessoas que aqui se encontram, às pessoas que nos assistem através da TVAL e às que nos ouvem pela Rádio Aleisc Digital, a nossa saudação!

Fico barbarizado, barbarizado, deputado Nilson Gonçalves, com o pronunciamento das pessoas que perderam totalmente o equilíbrio e o controle da situação. O nobre deputado, o qual respeito, ex-líder do governo, dirigente partidário, presidente da Escola do Legislativo, Joares Ponticelli, consegue, de uma maneira sem igual, vir à tribuna e passar um falso entendimento a todas as pessoas que, porventura, aqui estejam ou que nos assistam à distância.

Até parece que o governo do estado de Luiz Henrique da Silveira, governo do PMDB, roubou nas urnas para poder chegar ao segundo mandato. Não dá para entender que um governo tão ruim, conforme ele disse, que um governo caloteiro, que um governo que comete estelionato consiga chegar ao seu segundo mandato. Ato esse que o guru, o mentor político espiritual dele não conseguiu. Quando pensava que estava indo bem, acabou perdendo a eleição. Por quê? Porque não teve humildade, responsabilidade, não trabalhou.

O deputado faz um discurso fácil, discurso pelo discurso. Não tem responsabilidade, deputado Antônio Aguiar, com a verdade, porque se tivesse responsabilidade com a verdade não viria aqui na tribuna desta Casa falar as sandices que falou. Falar o que aqui disse neste momento: falou que cometemos calote eleitoral em Navegantes; falou que cometemos calote eleitoral em Criciúma; falou que cometemos calote eleitoral em três obras que usamos como bandeira de campanha.

Eu digo, deputado Joares Ponticelli: a Interpraia, a Via Rápida e a Via Portuária de Navegantes são promessas nossas de campanha, sim! E para sua tristeza, da mesma forma que v.exa. foi desmontado aqui pelo deputado Manoel Mota, quando questionava a ponte de Passo de Torres, elas também serão realizadas, serão executadas, sim.

E provo-lhe mais! Em Navegantes, só para a sua tristeza e, talvez, para o seu conhecimento, pois talvez ainda não conheça, nós fizemos um convênio com o município num total de R\$ 7 milhões. E no dia 14/04, agora, deputado Joares Ponticelli, eu faço um pedido a v.exa.: vá lá na conta de Navegantes e verifique se é verdade ou se é mais um calote, se há R\$ 2,5 milhões já depositados, de um total de R\$ 7 milhões que nós vamos depositar.

Quer dizer, está dentro do prazo, está cumprido, não tem problema nenhum. O povo de Navegantes está feliz, o prefeito Moacir Bento está feliz, o Deba, o ex-prefeito, está feliz, as pessoas de Navegantes estão vendo a parceria que foi feita com a Portonave.

V.Exa. esqueceu que lá é a minha região, deputado, dá licença! Esqueceu que lá é a minha região. Agora, para falar da sua região, também falo! Quanto à questão da Via Rápida, nós temos o projeto, sim. Houve um problema de licitação? Houve porque nós queremos a parceria público-privada. E agora estamos refazendo o edital e para sua tristeza, lá na sua região, aquela grande e importante obra vai existir, vai acontecer, vai ser executada, deputado Joares Ponticelli.

Mas lembro que o mandato, deputado Moacir Sopelsa, não é feito de quatro dias ou de 100 dias! O deputado veio à tribuna e falou que em 100 dias não fizemos nada! Provamos por "a" mais "b" que fizemos mais de 100 obras. Mais de 100 obras em 100 dias!

Ele veio aqui e disse que nós não vamos fazer a Via Rápida. Anotem! Você que está aí na sua casa, que está-nos assistindo à distância, anote: o deputado Joares Ponticelli falou que o governo é caloteiro e é estelionatário. Agora, quando a obra de Navegantes, a Via Portuária for concluída, quando a Via Rápida, lá de Criciúma, for concluída, e quando a Interpraia for concluída, eu acho que ele deverá uma explicação à comunidade. Eu acho que ele terá que vir aqui e dizer que o caloteiro é ele, que ele cometeu o calote, porque enganou vocês, tentou induzi-los em erro, mas não conseguiu.

Ele vai passar por isso! Ele vai passar por isso porque há um ditado que diz que a língua é o açoite do corpo! A língua é o açoite do corpo e v.exa. pagará com o próprio corpo sendo açoitado por golpes da língua. Isso é triste, deputado Nilson Gonçalves, porque as obras vão sair!

E v.exa. parece que leva na brincadeira, que leva no descaso, na falta de interesse, na falta de comprometimento com a verdade. Dá-se ao luxo de fazer esse tipo de declaração e de depoimento.

Se eu fosse v.exa. faria o seguinte: voltaria a bater fotos de escolas, que há escolas, sim, que estão ruins, e começaria a trazer as escolas para cá. Aquela última que v.exa. trouxe, ali de São José, ela já está em construção. Eles só mostraram a parte ruim, deputado Antônio Aguiar. Ela já está em construção, aquela lá não vale, porque vou trazer a foto dela em construção.

Mas procure, procure! O estado é grande, o estado é muito grande e com certeza teremos alguns erros, algumas coisas por fazer! Não vamos conseguir fazer tudo, não existe quem faça tudo! Não sou eu nem ninguém, não existe um ser humano com capacidade de executar tudo aquilo que ele deseja. Esta Casa é formada de agentes políticos. Muitos que aqui estão já foram prefeitos em suas cidades. Eu até comentava com o deputado Pedro Uczai, nobre líder presidente do PT, na terça-feira passada: "Quantas coisas v.exa. quis fazer lá em Chapecó e não conseguiu?" E ele disse que realmente muitas coisas quis fazer, mas não conseguiu. Nem por isso ele é caloteiro, nem por isso ele cometeu estelionato.

Isso é conversa fiada, isso é conversa leviana, isso é falta de responsabilidade, é falta de comprometimento com o nosso povo, com a nossa gente. O nosso povo não merece escutar isso, o nosso povo merece respeito, o nosso povo tem que ser bem tratado! Temos que apontar, sim, os erros, temos que apontar porque a Oposição tem um trabalho fundamental nesta Casa, porque a esquerda é que toca a direita, a esquerda é que aprimora a direita. A esquerda, o trabalho de oposição, quando bem feito, quando executado dentro das suas atribuições e prerrogativas, acaba aprimorando. E eu cito a vocês um exemplo clássico: você tem a sua casa, na qual há uma parede que você acha que está boa porque você se acostumou; ela descascou, mas você não percebeu. Quando chega uma visita na sua casa, ela diz que a parede está na hora de ser pintada, que merece ser lixada e mudada de cor. Então, você diz: "Realmente, eu não havia percebido porque já havia me acostumado com ela."

Este é o trabalho da Oposição, chamar a nossa atenção e orientar-nos para que nos aprimoremos e para que consigamos fazer um trabalho ainda melhor. Agora, vir aqui e chamar de caloteiro, de estelionatário, é um fato lastimável.

Lamento muito que v.exa. tenha se comportado dessa maneira, até pela importância da sua posição nesta Casa, pois é o presidente da Escola do Legislativo. Lá em Tijucas, v.exa. representou esta Casa palestrando para vereadores. Eu fico com medo de um vereador seguir o que v.exa. diz, se falou dessa forma; eu fico com receio. Tomara que eles ouçam v.exa., mas não o sigam. Tomara que eles escutem v.exa., mas não sigam a sua orientação.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações nºs: 0218/2007, de autoria da deputada Ada De Luca; 0219/2007, de autoria da liderança do PSDB; 0220/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0021/2007, de autoria da deputada Ada De Luca; 0222/2007, de autoria do deputado Jailson Lima; 0223/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0224/2007, de autoria da deputada Ada De Luca; 0225/2007, de autoria do deputado Professor Grando; 0226/2007, de autoria do deputado Décio Góes; 0227/2007, de autoria do deputado Jandir Bellini.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Pela ordem, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sra. presidente, apenas quero salientar a importância desta indicação, já que no dia 3 de março o governador do estado recebeu a empresa Megacorp Ltda., através do seu presidente Dan Buesch, que coordena os estudos do projeto para a realização dessa tão sonhada rodovia.

Eu lembro muito bem que há 12 anos, quando aqui tive a honra de participar da legislatura de 1995, esta Casa já tinha feito estudos através da comissão de Viação e Obras daquela época, hoje comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, sobre a importância dessa obra. Mesmo que ela venha a acontecer em parceria com a iniciativa privada, vai proporcionar à região oeste e a outros países como a Argentina, o Chile e o Paraguai, a exportação dos seus produtos através dos portos de Santa Catarina.

Então, a ligação ferroviária, que é 1/5 do custo do transporte rodoviário, vai proporcionar ao porto de Itajaí, ao porto de São Francisco do Sul e, agora, ao porto de Navegantes uma movimentação muito importante, gerando emprego e qualidade de vida.

Por isso esta minha indicação é no sentido de que esta Casa dê total apoio ao sr. governador do estado, para que seja viabilizada essa tão importante ferrovia.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu gostaria, deputado Jandir Bellini, de cumprimentá-lo e pedir permissão para me associar a essa sua indicação. Tenho certeza de que, deputada Ana Paula Lima, numa parceria com a iniciativa privada, com o governo do estado e com o governo federal, nós iremos dar um outro choque de desenvolvimento no oeste de Santa Catarina, uma vez que é um grande produtor de carne e de alimentos.

Agradeço se puder assinar junto com s.exa. essa indicação.

(O deputado Jandir Bellini aqui-esce.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a aquiescência do deputado Jandir Bellini, o deputado Moacir Sopelsa também irá assinar esta indicação.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviados aos destinatários as Indicações ns.: 0228/2007, de autoria do deputado Jailson Lima; 0229/2007, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputada Ana Paula Lima, o governo de Minas Gerais é referência em vários setores. E eu até já recomendei que talvez fosse importante o nosso governo, o governo de Santa Catarina, mandar uma equipe para lá. Afinal de contas, até a prefeitura de Joinville, deputado Nilson Gonçalves - fiquei surpreso ao ler isso ontem -, está com uma equipe de funcionários visitando o governador Aécio Neves, de Minas Gerais, para copiar bons exemplos de gestão.

O governador Luiz Henrique deveria mandar uma equipe para lá também. Não manda porque chegando lá o governador Aécio Neves, a primeira coisa que faria, seria mandar reduzir o número de secretarias. Quando assumiu o governo, Minas Gerais tinha 24 secretarias e o governador Aécio reduziu para 18. Por isso o governador Luiz Henrique não vai para lá.

Mas talvez para essa questão da telefonia seja importante o governo de Santa Catarina ir lá para ver como é que funciona essa parceria que o governo mineiro fez, que vai permitir a cobertura de 100% dos municípios de Minas Gerais com sinal de telefonia celular, deputada Ana Paula Lima. Nós temos ainda 1/3 dos municípios de Santa Catarina, deputado Pedro Baldissera, sem cobertura, sem nenhum sinal. E toda semana nós estamos aprovando moções aqui, deputado Moacir Sopelsa, pedindo para a Tim, para a Vivo, para a Agência Nacional de Telecomunicações e para as companhias a instalação de torres de telefonia celular.

Então, a sugestão que eu faço é que o governo de Santa Catarina, pelo menos nisso, copie o bom exemplo do governo de Minas Gerais. Não precisa ir lá pedir sugestão sobre o número de secretarias, mas, sim, pedir sugestão para trazer esse projeto de telefonia celular, que acho bom.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sobre a mesa requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Itapema, Matos Costa, Palhoça, Rio Negrinho e Vargeão, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina e aos escritores Fernando Duarte e Cláudia Jacob, cumprimentando-os pelo lançamento do livro *Futebol Exportação*.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Abdon Batista, Celso Ramos, Forquilha, Iraceminha, Itapoá, José Boiteux, Palhoça, Rio Negrinho, Serra Alta, Timbó Grande, Tunápolis e Vitor Meireles, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Embaixada do Japão no Brasil, enviando votos de pesar pelo falecimento do prefeito Ichcio Itoh.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Tubarão, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria e conselho fiscal para a gestão 2007/2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Abdon Batista, Celso Ramos, Forquilha, Iraceminha, Itapoá, Palhoça, Rio Negrinho, Serra Alta, Timbó Grande, Tunápolis e Vitor Meireles, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Matos Costa e Rio Negrinho, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos municipais de Iraceminha, Serra Alta e Tunápolis, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Professor Grando, que solicita a inclusão nos anais da Assembléia Legislativa do texto do jornalista Paulo Ramos Derengosky, publicado no jornal *Diário Catarinense* do dia 13 de abril de 2007.

Será despachado pela Presidência após ser ouvida a Mesa Diretora.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao pastor Adair Dockhorn, de Joinville, cumprimentando-o pelo décimo ano do projeto Missão Crianças Boa Vista.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Gelson Merisio, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Rio do Sul, cumprimentando-o pelo Prêmio Nacional em Saúde Bucal.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Rede Mastervale de Supermercados, cumprimentando-o pelo sucesso na presidência daquela empresa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Palhoça, Rio do Sul e Serra Alta, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Grupo dos Escoteiros Carijós de Capivari de Baixo, cumprimentando-o pelos 25 anos de fundação do grupo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente, à direção e aos funcionários da Cooperativa Central Oeste Catarinense - Aurora, cumprimentando-os pela passagem do 38º aniversário.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sra. presidente, gostaríamos de assinar também este requerimento em homenagem ao sr. José Zeferino Pedrozo, que foi parlamentar desta Casa e é um dos grandes dirigentes de cooperativa do oeste de Santa Catarina, inclusive do Sindicarne e da própria Federação da Agricultura.

Se o deputado Herneus de Nadal nos autorizar a assinar o requerimento, nós agradecemos.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Da mesma forma, sra. presidente, gostaríamos também de assinar o requerimento homenageando o 38º aniversário da Cooperativa Central, se houver concordância do sr. deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Deputada Ana Paula Lima, presidente desta sessão, que muito nos honra, gostaríamos também de pedir ao deputado Herneus de Nadal para assinar este requerimento, porque tenho muito a ver com o sucesso da Cooperativa Aurora, já que o meu pai foi um dos fundadores.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Tenho certeza de que o sr. deputado Herneus de Nadal não irá se opor à assinatura dos srs. deputados que se manifestaram.

Requerimento de autoria do sr. deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes da Câmara Municipais de Itapema, Matos Costa, Rio Negrinho e Vargeão, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares do sr. Pedro dos Santos, enviando-lhes votos de pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Abdon Batista, Celso Ramos, Forquilha, Iraceminha, Itapoá, José Boiteux, Serra Alta, Timbó Grande, Tunápolis e Vitor Meireles, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção da Associação de Hospitais do Estado de Santa Catarina, cumprimentando-a e desejando sucesso na nova gestão.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica à dra. Adair Dittrich, cumprimentando-a pelo recebimento do Prêmio Brasil de Medicina/2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Timbó Grande, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Palhoça, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorginho Mello, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Inmetro e ao diretor do Denatran, pedindo informações referentes à denúncia encaminhada pelo catarinense Paulo Euclides Marques, acerca do processo de acreditação de organismos de inspeção de segurança veicular no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos municipais de Joinville, Florianópolis, Blumenau, Criciúma, São José, Itajaí, Lages e Chapecó, pedindo informações referentes à existência e aplicação da lei que institui a guarda municipal nos municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro das Comunicações, ao presidente dos Correios e ao diretor regional dos Correios em Santa Catarina, pedindo a instalação de uma agência dos Correios nos municípios de Trombudo Central e Mirim Doce.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do sr. deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada ao ministro da Educação e à bancada catarinense no Congresso Nacional, pedindo a extensão do *campus* da UFSC no município de Curitibaanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Gelson Merísio, a ser enviada à Brasil Telecom, à Vivo Celular, à Claro Celular, à Tim Celular e à Anatel, pedindo a implantação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel no município de Ipumirim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Jandir Bellini, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando apoio à Moção n. 0001/2007, encaminhada pela Câmara Municipal de Ponte Serrada, com vistas à fixação de sinalização de alerta e redutores de velocidade na BR-282, no trecho que passa por aquele município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Moacir Sopelsa, a ser enviada ao ministro da Agricultura e ao secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, pedindo a revogação da Portaria n. 0049/2007 daquele estado, que penaliza o estado de Santa Catarina e descumpra as normas internacionais de comércio e transporte de animais suscetíveis à febre aftosa.

Em discussão.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sra. presidente, embora tenha havido um esforço muito grande do governo de Santa Catarina, do secretário da Agricultura, Antônio Ceron, o Rio Grande do Sul, num ato ilegal, impede que animais vivos suscetíveis à febre aftosa ingressem naquele estado. Isso é descabido em relação a um estado como Santa Catarina, que há mais de 15 anos não tem a doença, que há mais de dez anos não vacina o rebanho pela segurança que tem.

Então, é preciso que o ministério da Agricultura interfira e que esta portaria seja extinta. O ministério da Agricultura, que regulamenta o transporte de animais, tem poder para regulá-lo entre os estados e dentro do país.

E o secretário da Agricultura Antônio Ceron, com a competência que tem, com a lealdade que lhe é peculiar, possa convencer as autoridades sanitárias do Rio Grande do Sul para extinguir essa portaria, sob pena de irmos buscar isso, deputado João Henrique Blasi, judicialmente.

O que o Rio Grande do Sul faz com Santa Catarina impede os nossos produtores de vender os animais, de transportar os animais para aquele estado, inclusive animais de origem, animais com registro, animais de material genético comprovado são impedidos de entrar naquele estado.

Se nós não conseguirmos, acho que será preciso buscar por via judicial a suspensão dessa portaria para deixar de ter esse prejuízo que estamos tendo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Narcizo Parisotto, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando esclarecimentos sobre o convênio firmado entre o governo do estado e as prefeituras de Joinville, Florianópolis, Blumenau, Criciúma, São José, Itajaí, Lages e Chapecó, para a gestão dos recursos gerados pela emissão de notificações de trânsito.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Antes de dar a palavra ao primeiro orador inscrito, gostaria de saudar e dar as boas vindas aos alunos do curso de Direito da Universidade de Blumenau, a nossa Furb, acompanhados pelo professor Paulo Schmidt.

Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense. É um honra recebê-los neste momento.

Inscrito para falar o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, quando ocupei a tribuna, no horário do meu partido, para trazer a notícia que estremeceu Santa Catarina da anulação das quatro principais concorrências eleitorais do ano passado, eu vi um deputado, daqueles escalados para desqualificar a Oposição todos os dias, todo agitado, conversando ao telefone. Até pensei que estivesse conversando com o governador Luiz Henrique, mas agora lembrei que como o governador está nos Estados Unidos, talvez estivesse conversando com o governador Leonal Pavan. Até porque me parece que o governador Leonal Pavan tem tratado com responsabilidade essa questão de Navegantes, diferentemente do governador aposentado Eduardo Pinho Moreira e do governador Luiz Henrique. Talvez ele estivesse tratando com o governador Leonal Pavan. Mas eu imaginava que ele pudesse vir à tribuna trazer respostas e não aquela gritaria, aquela encenação, até porque ele próprio diz que sabe manipular o povo para tentar confundir.

O que eu vim aqui trazer, deputado Jandir Bellini, são editais de anulação de concorrência publicados no *Diário Catarinense* de sábado e no jornal *A Notícia* de sábado.

A coluna do Roberto Azevedo, do *Diário Catarinense* de hoje, deputada Odete de Jesus, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Cancelada

Material da SC Parcerias, publicado no DC, página 21, na edição de sábado, 21 de abril, cita o cancelamento de quatro editais, dá o número, mas não diz do que se trata..."[sic]

Porque os editais foram publicados de forma a enganar o eleitor ou a fazer com que o eleitor não pudesse ter a informação, porque ele só cita o número da concorrência, mas não discrimina o objeto.

A própria jornalista disse agora que viu, mas não teve coragem de saber do que se tratava, não tinha objeto, não procurou.

O Roberto Azevedo continua:

(Continua lendo)

"Pois bem, são a contratação de combustível, o metrô de superfície de Florianópolis, o acesso a Criciúma e o acesso ao Porto de Navegantes. A oposição está perguntando se significa que tais obras não vão sair." [sic]

Essa é a coluna do Roberto Azevedo, do *Diário Catarinense*.

Na coluna Mercado Livre, do jornal *A Notícia*, há três notas, deputado Jandir Bellini, tratando também do assunto.

Eu imagino que o governo tenha pensado que a Oposição não fosse repercutir isso aqui. Reafirmo com muita tranquilidade, sem gritar e partir para a agressão pessoal, como foi feito aqui, porque não entro na agressão pessoal, que isso que o governo fez é estelionato eleitoral, sim, senhor: prometeu a obra, ganhou o voto e agora anulou a concorrência.

No caso do acesso ao porto de Navegantes, deputado Jandir Bellini, não sou eu quem está dizendo, é o jornal *Gazeta Mercantil*, do dia 11/10/2006, que afirma que a obra estaria inaugurada em seis meses. Não sou eu, é o jornal que está dizendo. E o que é mais grave, quando estamos na tribuna e cobramos pelos erros, pelos calotes do governo, vem aquela velha tecla: nós ganhamos a eleição. Só porque ganharam a eleição, ganharam cheque em branco, deputado Silvío Dreveck? Podem praticar estelionato eleitoral, o calote?! Podem deixar a educação falir, como está falindo?! Podem deixar o estudante universitário, como estamos vendo muitos aqui da Furb, a quem eu saúdo, desde novembro com as bolsas do art. 170 sem repasse?! Isso não é calote eleitoral?

Quanto ao art. 171, o número até combina com este governo, porque nunca pagaram! O art. 171, os estudantes de Direito conhecem muito bem, combina com este governo, como combina com o acesso de Navegantes, que tinha que estar pronto! Disse o governo.

O governador aposentado, na época não era aposentado ainda. O Eduardo Pinho Moreira, para vocês saberem, ficou oito meses no governo e aposentou-se com R\$ 22 mil por mês para o resto da vida. Foi um negócio de campanha: o governador Luiz Henrique da Silveira renunciou para que Eduardo Pinho Moreira ficasse oito meses e se aposentasse com R\$ 22 mil por mês. Aliás, ele aumentou o salário, equiparou a pensão à de desembargador do Tribunal de Justiça.

Saibam vocês, estudantes de Direito: o governador no exercício do cargo ganha R\$ 10 mil por mês; o Eduardo Pinho Moreira equiparou a pensão para ganhar R\$ 22 mil por mês. Aliás, o deputado Pedro Baldissera está travando uma luta, questionando na Justiça e recolhendo assinaturas dos catarinenses para nos ajudarem a derrubar essa aposentadoria vergonhosa.



E naqueles oito meses em que ficou no cargo, deputado Pedro Baldissera, ele foi a Mampituba, em Criciúma, reuniu mil lideranças - o deputado Décio Góes sabe disso, não sou eu que estou dizendo - e prometeu a Via Rápida. Mas agora anularam a Via Rápida, o metrô de superfície aqui de Florianópolis, e a Interpraiais, deputado Décio Góes!

Quantos comícios fizeram nessa Interpraiais do sul do estado! Anularam a concorrência também! E os votos vão ser anulados? Porque o voto foi para a urna! E agora, como se faz? Esse é o meu questionamento.

Agora, o pior de tudo é que este governo realmente está muito perdido! Eu não sei o que fazem 56 secretários que não ajudam. Sei que há 56 membros do governo agora assistindo à TVAL porque o governador mandou cada secretaria designar um servidor para ficar assistindo-nos.

Quero chamar a atenção dos 56 cargos comissionados bem remunerados que nos assistem neste momento. Acessem o site do governo; quem tiver um computador, acesse agora. Na página Projetos da SC/Parcerias constam hoje, 24 de abril, os seguintes projetos em execução:

- Acesso ao porto de Navegantes. Status: aguardando projeto final de engenharia (em execução) e a concorrência anulada desde sábado está no site do governo de hoje.

- Acesso a Criciúma. Status: abertura do edital para execução em 7 de julho de 2006. E o edital anulado no sábado está no site de hoje.

Isso não é mentir? Isso não é enganar? E há mais.

- Metrô de Superfície. Status: projeto em licitação. Não é verdade. Está anulado desde sábado e está no site de hoje.

- Interpraiais. Status: licitação e licenciamento ambiental. Está no site de hoje. Ainda bem que tirei cópia antes porque nessas alturas devem estar numa correria, devem estar limpando o site. Mas eu tenho a cópia. Está no site de hoje.

E há mais algumas coisas que, a partir de amanhã, vou questionar para ver como é que estão. Por exemplo, a ligação entre a BR-101 e o porto de São Francisco; a BR-280, emitida ordem de serviço para execução do projeto básico e executivo de engenharia. Temos que ver como é que está essa obra; nova ligação Itajaí/Brusque: aqui está dizendo que o edital para a execução do projeto básico/executivo está em vias de ser lançado. Nem foi lançado ainda. Porto de Imbituba: decreto do governador determina a estadualização do porto. Porto é uma concessão federal que vai até 2012. Está no site do governo. E por aí vai.

Das nove obras eleitoreiras, quatro já foram anuladas e as outras cinco vamos questionar amanhã.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado, isso que nós ainda não verificamos os empenhos anulados das ordens de serviços que foram dadas durante o período eleitoral. Mas o governo anula a licitação da Via Rápida e agora sinaliza com esse outro projeto da Luiz Rosso.

É por isso que esta Casa vai realizar uma audiência pública, através da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, por solicitação deste deputado, no dia 3 de maio, na região de Içara e Criciúma, onde será a construída a Via Rápida. Essa audiência pública servirá para elencar os conflitos, as dúvidas e para definir um projeto, mesmo que não seja executado agora. Porque o que não pode é ir lá, lançar e assinar um edital e deixar a pessoas sem saber o que vão fazer da vida, da propriedade, em pânico e depois anular o edital. Não resolveram nada e só torturaram as pessoas. Ganharam os votos, ganharam a eleição e pronto.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pior que isso, deputado. Talvez eles estejam tranquilos porque já ganharam o voto na eleição do governador Luiz Henrique, no ano passado. Talvez lancem próximo da eleição do ano que vem para tentar com a mesma promessa de obra enganar o eleitor duas vezes. Talvez queiram praticar mais um estelionato eleitoral. Mas eu acredito que o povo não vai cair duas vezes na mesma cantilena.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado João Henrique Blasi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sra. presidente, sras. e srs. deputados, lamentavelmente, mais uma vez, desta tribuna o deputado Joares Ponticelli assaca uma mentira dirigida ao ex-governador Eduardo Pinho Moreira. E essa mentira, é mais lamentável ainda, vem sendo repetida todos os dias com aquela velha prática de querer fazer com que a reiteração dela faça com que se transmude de mentira em verdade. Basta consultar a Constituição do estado de Santa Catarina, que foi promulgada em 1989, para ver-se que ali está a regra que determina, possa um ex-governador, que exerceu o cargo com definitividade, receber uma pensão após o exercício do mandato correspondente aos subsídios do desembargador do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina. É uma regra, portanto, de 1989.

Mente deslavadamente, portanto, quem desta tribuna ou de qualquer outro lugar afirma que o ex-governador Eduardo Pinho Moreira equiparou os vencimentos de governador ou a pensão de ex-governador à remuneração do desembargador do Tribunal de Justiça. É lamentável que isso ocorra e, repito, é mais lamentável ainda, deputado Edson Piriquito, que isso seja repetido todos os dias para querer transformar essa mentira numa verdade. Causa-me espécie que, se o deputado Joares Ponticelli é tão contra essa pensão de ex-governador e se tem tanta amizade com o ex-governador Esperidião Amin, porque não cobra desse que abra mão dessa pensão rejeitada pelo deputado Joares Ponticelli? Mas, não, é um discurso e outra prática, é a mais absoluta incoerência que se vê desfilar aqui todos os dias.

A respeito das licitações anuladas pela SC Parcerias, é um procedimento absolutamente normal sobre o qual se reportou aqui, há pouco com propriedade, rebatendo item por item e com seriedade, o deputado Edson Piriquito. E o fato de ter sido desconstituída agora, hoje ou ontem, a licitação não quer dizer, deputado Professor Grand, que o governo não vá retomar a obra, apenas que sobre aquele procedimento específico havia um problema e esse problema está sendo resolvido pela via da anulação e evidentemente da retomada subsequente de um procedimento escoimado de qualquer dúvida para que a obra venha a ser retomada.

Então, é importante que essas questões sejam colocadas com clareza, não com sensacionalismo, não com aquela repetição diária para fazer com que uma mentira tome foro de veracidade.

Mas gostaria de tratar, neste momento, de um outro assunto realmente do maior interesse e um assunto efetivamente momentoso.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Agradeço a gentileza. Recordo-me do tempo da academia de Direito na Universidade do Vale do Itajaí, isso lá pelos idos de 1989, 1990, quando estudei sobre os sofistas. V.Exa. deve recordar-se também, caudico que é, qual era a prática adotada pelos sofistas. Eles chegavam à praça pública, na Grécia antiga e em cima de uma caixa qualquer levantavam sua voz, seus entendimentos e proferiam suas falas sem qualquer compromisso com a verdade; sem qualquer comprometimento com o certo ou com o errado, simplesmente falavam por falar.

Hoje vejo nesta Casa, repetidas vezes, esse ato acontecer, infelizmente por parte de uma pessoa que já é deputado pela terceira legislatura. Não é iniciante, não é novato, não está errando porque ainda não sabe como tem que se comportar; está errando porque quer errar; está errando porque não sabe se comportar de forma diferente. Cito até a fala de Mao Tsé-tung, quando disse que só os ignorantes não mudam de idéia. Ele tem medo de mudar de opinião; tem medo de mudar de comportamento porque pode ser que o seu patrão puxe sua orelha. Mas ele tem que reconhecer, como nós reconhecemos, os seus defeitos. Nós estamos sempre na busca do acerto.

E digo outra coisa, deputado João Henrique Blasi: não venho aqui com gritaria e nem querendo ser o dono da verdade, sou uma pessoa passível de erros e de acertos. Estudei, preparei-me para ser administrador, para entrar para o Executivo e estou aqui por acidente. Agora, há pessoas que querem trilhar um caminho e não pensam em abrir outros meios ou apresentar-se em outros poderes, por isso ficam somente nesse discurso sem responsabilidade, tentando fazer com que a comunidade se confunda, porque se ela se confundir, ele também haverá de ter espaço.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço a intervenção sempre oportuna de v.exa..

Srs. deputados, como dizia há pouco, gostaria de dar uma informação e, se estivéssemos no Senado Federal, lá há uma figura regimental chamada de comunicação inadiável. Na verdade, gostaria de comunicar ao Parlamento de Santa Catarina que estivemos há pouco, os srs. deputados Professor Grand, Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares e este deputado, em audiência com o secretário de estado da Educação, com uma comissão de professores, alunos e pais de alunos do Instituto Estadual de Educação, com a participação também do coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores da Educação - Sint. Estivemos reunidos por três horas e meia, nas quais todos puderam manifestar-se, todos tiveram a possibilidade de expender as suas considerações. E ao final, ficou definido que no dia de amanhã será marcada uma nova rodada de conversação em torno de uma solução negociada para o impasse no Instituto Estadual de Educação.

Quero ressaltar e elogiar a postura do secretário Paulo Bauer; quero, de igual modo, registrar e exaltar a participação dos deputados, pois nós cumprimos a nossa missão institucional de mediar uma situação conflituosa e conseguimos avançar sobremaneira, não apenas pela abertura ou pela retomada do processo de diálogo, mas pudermos ouvir todos os segmentos e sair de lá antevendo a perspectiva de uma solução, que seria, a grosso modo, por uma nova definição de direção ou de coordenação para o Instituto Estadual de Educação, que passaria por uma indicação feita pelo governo do estado, não recaindo sobre o coordenador que lá está, contra quem nada pesa, a favor de quem, aliás, há que se reconhecer, existe um currículo importante, mas que, pelas circunstâncias da forma como foi lá colocada contra a vontade de toda a comunidade escolar, realmente gera dificuldades de relacionamento. E também com a transparência, o entendimento de parte da comissão de que não há de necessariamente a escolha recair sobre o professor Girardi, que foi o que venceu o processo na escola.

Então, peço que caminhemos evolutivamente. Penso que caminhamos para construir uma nova alternativa e que outras questões que foram também lá postas, como, por exemplo, a discussão de uma lei para gestão democrática nas unidades escolares do estado de Santa Catarina e outras tantas questões suscitadas e debatidas, vão ganhar corpo numa audiência que será mantida nos próximos dias, aí sim, para tratar delas especificamente, entre o secretário da Educação, Ciência e Tecnologia e a coordenação do Sindicato Estadual dos Trabalhadores na Educação.

Mas o fundamental é que naquela questão que era emergencial, naquela questão que era pontual, que exigia uma intervenção cirúrgica para impedir a continuidade por longo tempo da paralisação, da anormalidade, da atipicidade que ganha conta do dia-a-dia no Instituto Estadual de Educação, quero crer, está bem encaminhada e imagino que nos próximos dias deveremos ter, pela via do diálogo, a possibilidade de sua resolução definitiva.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado João Henrique Blasi, em seguida vou falar também sobre esse assunto, mas quero aproveitar o ensejo para parabenizar v.exa. pela intervenção no sentido de abrir esse canal de comunicação. V.Exa. é a pessoa responsável por esse encaminhamento que está sendo dado. Então, queria, neste Parlamento e durante a sua fala, parabenizar v.exa. por esse gesto e por esse esforço.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço a v.exa.

Srs. deputados, como disse, cumprimos, v.exa., os deputados Marcos Vieira, Professor Grando e eu, uma das funções a cada dia mais recorrentes do Parlamento, que é a da mediação dos conflitos que acontecem, que permeiam a sociedade. E quero crer que nessa oportunidade vamos conseguir levar a bom termo essa mediação, no sentido de encontrar, num lapso temporal bem curto, uma solução definitiva e favorável a toda a comunidade do Instituto Estadual de Educação.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Inscrito o sr. deputado Décio Góes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, srs. deputados...

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Só para responder - até porque sei que não ganharia tempo dos governistas - que com relação ao fato de Esperidião Amin perceber a pensão de ex-governador, eu não tenho absolutamente nenhuma preocupação. Primeiro, porque ela é anterior a 1988, e o que está sendo questionado é da Constituição para cá. Mas se tiver que rever a dele, ele pode fazer. Só que Esperidião Amin, deputado Professor Grando, ficou oito anos no governo para ganhar uma pensão de R\$ 22 mil e Eduardo Pinho Moreira acertou com Luiz Henrique para ficar oito meses e ganhar a mesma pensão.

Veja, deputado Professor Grando, que até nisso o PMDB é mais caro para o erário. Um governo do PMDB custa R\$ 44 mil de aposentadoria. Já foi assim no governo de Pedro Ivo; infelizmente, por morte. Em oito anos do governo Amin, tivemos só uma pensão de R\$ 22 mil. Entretanto, em oito anos de governo do PMDB, tivemos quatro aposentados com pensões de R\$ 22 mil cada um. O PMDB realmente é ruim até nisso, porque negocia até pensão vitalícia. E quem majorou os salários, quem equiparou, quem sancionou foi, sim, o então governador, hoje bem aposentado, Eduardo Pinho Moreira. E amanhã eu trarei a lei para o plenário.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes e telespectadores, pessoas que nos visitam, quero, em primeiro lugar, parabenizar a nossa presidente, deputada Ana Paula Lima, que nestes próximos dez dias estará à frente desta Casa, um fato inédito, pois em 135 anos de Parlamento pela primeira vez temos uma mulher exercendo, mesmo que interinamente, a Presidência desta Casa. Parabéns, muito sucesso e estamos todos aqui, além de torcendo, dispostos a ajudá-la nesta tarefa.

Aliás, no início da manhã, ao fazer uma visita à deputada, tivemos a oportunidade de participar da recepção ao embaixador de Moçambique, que veio conhecer o sul do Brasil e não poderia deixar de passar por este Parlamento. Então, tivemos o prazer de recebê-lo e de discutir as questões do Brasil e de Moçambique. Falamos, inclusive, sobre as possíveis parcerias que podemos fazer entre os nossos dois países, especialmente na área da educação, da importação de frangos, de trocas comerciais e de investimentos naquele país. Então, foi um encontro bastante interessante, que poderá gerar alguns frutos futuramente.

Gostaria, neste horário de manifestação pessoal que a Assembleia nos oportuniza, de comunicar a inauguração da Anjo Química, que sem incentivos governamentais, por decisão estratégica da empresa, para competir com mais vigor no mercado, por decisão de quem acredita em Santa Catarina, em quem acredita na região sul e no mercado brasileiro, inaugurou, na última quinta-feira, uma nova unidade para tintas e solventes da linha de impressão de flexografia e rotogravura.

Trata-se de um terreno de 61 mil metros quadrados, onde foi construída esta fábrica que tem em torno de 4.200 metros quadrados, sendo que 50% dessa área é totalmente preservada com riachos e córregos intocados. Ela está instalada num lugar extremamente bonito.

Meus parabéns ao escritor, empresário, músico, motivador de negócios e estudioso Beto Colombo, que dirige essa empresa, e toda a sua equipe, que é extremamente motivada e capacitada. Então, nós, da região sul, temos um orgulho muito grande da empresa Anjo Química e desejamos sucesso a toda a equipe.

Quero também aproveitar este espaço para lamentar uma decisão tomada em Criciúma, mas que se reflete em vários lugares do nosso estado. Como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente não poderia deixar de lamentar a idéia de um falso debate que permeia vários pensamentos retrógrados, que não se sensibilizaram com as condições ambientais do nosso planeta, com o aquecimento global que está mais visível do nunca e ainda sustentam o falso debate de que ou se preserva ou se tem emprego. Esse é um debate falso e deve ser desmascarado porque é possível, com o conhecimento que temos hoje, fazer desenvolvimento e geração de emprego e renda de forma sustentável e equilibrada, conciliando os interesses da natureza com os interesses do ser humano.

Então, fico muito chateado quando se abre mão de um terreno público, que embora estivesse concedido ao Centro de Tradições Gaúchas foi retirado barbaramente e entregue a três empresas, fazendo um falso debate entre uma coisa e outra. É uma área que serve para inúmeras atividades públicas, como para preservação ambiental, recreação, lazer e cultura da nossa comunidade, mas se estabeleceu um falso debate que levou, lamentavelmente, a Câmara Municipal a aprovar essa idéia, o que é uma pena! Há muitas outras áreas que poderiam ser adquiridas pelo Executivo para instalar as três empresas e há tantas outras empresas que querem instalar-se em Criciúma.

Srs. deputados, justamente no momento em que se debate sobre a revitalização do Plano Diretor, a sua readequação ao Estatuto da Cidade; justamente quando se tem certo acordo na cidade de que, enquanto o Plano Diretor estiver sendo revisado, as leis que já existem não deverão ser mudadas para que um grupo não fique estudando o plano e, por outro lado, esteja sendo mudado, adaptado a outros interesses que não estão na mesa, lamentavelmente, essa mudança ocorre também nesse ambiente em que está sendo estudada a alteração do Plano Diretor. E o plano, como reza o Estatuto da Cidade, tem que ser feito com a participação da comunidade.

Então, esses são fatos que gostaria de registrar neste espaço. E, além disso, quero comunicar que, através do Fórum do Parque da Serra Estadual do Tabuleiro, juntamente com um grupo de trabalho e a empresa STCP, de consultoria, que fará o estudo da remarcação do parque, estamos convidando para, no dia 5 de maio, sábado, das 8h às 13h, aqui nesta Casa, no Auditório Antonieta de Barros, todos os participantes do grupo de trabalho e daquela região que forma o Parque da Serra do Tabuleiro participarem de uma oficina de trabalho dando início aos estudos da marcação do parque, para que possamos ter elementos técnicos que nos deem subsídios para a sua demarcação definitiva e assim poderemos fazer a implantação definitiva daquele parque.

E vejam que ali há conflitos desde o início do século, mais precisamente nos últimos 31 anos, que precisam ser sanados para que possamos ter ali uma área que nos orgulhe, pois ela forma 1% da mata catarinense. É um espaço com uma diversidade tão grande de ecossistemas que será um exemplo para todo o Brasil de uma área tão importante sendo preservada, valorizada e colocada a serviço de toda a sociedade. Esse é o ambiente que está se construindo no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Muito obrigado, sra. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham assiduamente pela TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, utilizarei este espaço para fazer, inicialmente, a minha saudação ao município de Rio Negrinho, que comemora, no dia de amanhã, mais um aniversário.

O município de Rio Negrinho é um município pujante do planalto norte catarinense, dirigido pelo prefeito Alcides, eleito recentemente, e é um município que tem uma importância fundamental no contexto social, político e econômico de Santa Catarina. Portanto, as nossas saudações àquele pujante município.

Também, deputada Ana Paula Lima, não poderia deixar de fazer uma menção - a imprensa, no dia de hoje, fez isso de maneira destacada - à ascensão de v.exa. à Presidência desta Casa.

Pela primeira vez na história do Parlamento catarinense uma mulher, que tem uma história bonita, inteligente, aguerida, dedicada e comprometida com as causas sociais, assume a Presidência desta Casa.

V.Exa. e as demais mulheres que compõem este Parlamento têm dado uma demonstração de muita competência, têm honrado o estado de Santa Catarina e, sobretudo, as mulheres. Mulheres essas que nas últimas décadas, sra. presidente, conquistaram a sua liberdade, a sua autonomia, o seu espaço com muita luta, com muita garra e com muito sacrifício; mulheres que continuam cuidando das suas casas, das suas famílias, dos seus filhos, do seu esposo, cumprindo uma dupla jornada; mulheres que adentraram ao Judiciário, à política; mulheres que estão nas universidades demonstrando competência, uma competência igual a dos homens, fazendo as coisas acontecerem.

Então, v.exa., neste momento, está de parabéns e dá-nos uma demonstração de competência ao assumir o comando deste Parlamento e ao dirigir brilhantemente esta Casa.

Mas, sra. presidente, eu desejo utilizar este espaço também para falar de um projeto de lei que eu e o meu companheiro de partido, deputado Cesar Souza Júnior, estamos preparando para protocolar, que inclui definitivamente no currículo do ensino médio o estágio curricular opcional.

Deputado Sargento Amauri Soares, a Justiça do Trabalho deu uma sentença proibindo o estágio no ensino médio em Santa Catarina, a qual foi prolatada exatamente por causa da ausência sustentação legal. Mas essa sentença está tirando a possibilidade de milhares de adolescentes do ensino médio de fazerem estágio nas empresas de Santa Catarina.

Poderia dizer, categoricamente, que o estágio é uma providência fundamental, sobretudo, para os nossos jovens, para os nossos adolescentes, por diversos aspectos. Em primeiro lugar, dá-lhes a possibilidade de receberem uma ajuda de custo para os estudos nas escolas e nas universidades. Em segundo lugar, dá-lhes também a possibilidade de demonstrarem talento, deputado Professor Grandó, nas empresas, serem percebidos e mais adiante serem efetivados. Nós temos, inclusive, milhares de exemplos em Santa Catarina e no Brasil de jovens que começaram como estagiários e hoje são executivos de grandes empresas.

Esses estágios são fiscalizados rigorosamente pelo ministério do Trabalho, em Santa Catarina. Todos nós sabemos que para cumprir a legislação, para cumprir com o objetivo da formação, da educação, o estágio exige alguns requisitos: primeiro, é preciso que haja um acompanhamento didático-pedagógico, sra. presidente. Não pode haver disfunção, ou seja, o jovem, o estudante tem que trabalhar numa área que seja afim à sua formação. Segundo, é preciso que a empresa que acolhe o estagiário não priorize somente o trabalho produtivo, mas, impreterivelmente, o trabalho educativo, para que ele possa aperfeiçoar os seus conhecimentos na escola, para que ele possa aprender ou aperfeiçoar a execução das tarefas que serão desenvolvidas na empresa e supervisionadas por uma instituição, por uma escola.

No caso de Santa Catarina, nós temos o CIEE - Centro de Integração Empresa Escola -, que é uma entidade sem fins lucrativos que tem nove mil estagiários em Santa Catarina. Em Florianópolis são 2.700 estudantes vinculados ao CIEE.

Portanto, este assunto é da maior importância para Santa Catarina e é por este motivo que nós estamos trabalhando nesse projeto de lei, a fim dar oportunidade a esses jovens, principalmente do ensino médio, e poderem ter acesso a esse aprendizado e poderem debutar nas empresas para melhorarem o seu conhecimento, terem uma chance de demonstrar o seu talento e serem, quem sabe, um dia efetivados nessas empresas.

Temos aqui um dado, sra. presidente, dos estagiários do CIEE. Segundo pesquisas realizadas em todo país, 49% dos estagiários foram contratados - esse é um índice realmente elevado e significativo - e 15% receberam melhores propostas depois da realização desse estágio.

Portanto, vamos apresentar o projeto muito em breve e se pudermos obter para ele, após análise exaustiva, o apoio para que possamos contemplar esses estudantes do segundo grau, sobretudo estudantes carentes que estão distribuídos em todo o estado de Santa Catarina, isso será, no meu entendimento, de fundamental importância para esse segmento e para a educação do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, hoje vou pronunciar-me com relação a um projeto que talvez seja um dos mais importantes projetos que nós já tenhamos apresentado nesta Casa.

Nós que apresentamos como vereador o projeto do passe do estudante com 50% desconto na capital; nós que apresentamos o projeto da não-transferência da capital; nós que fizemos o projeto, chamado, inclusive, Lei Grandó, permitindo a todos os escritores, aos editores que o livro que fosse escolhido pelo conselho de Santa Catarina sobre a cultura fosse comprado, editado e dado a cada biblioteca dos municípios, fazendo com que o próprio governo do estado permitisse a edição de importantes obras; nós que fizemos com que o *Diário Oficial*, uma vez por mês, pudesse editar o projeto do jornal cultural *O Catarina*; nós que elaboramos também este ano projetos que já estão repercutindo, como o da neutralização, na questão do art. 170, estendendo por um ano o pedido de bolsa ao estudante; nós que elaboramos o projeto que pedia que 10% das multas de trânsito fossem destinadas aos hospitais filantrópicos e tantos outros projetos, agora demos entrada, e estamos apresentando nesta Casa, o projeto de lei que dispõe sobre o turismo rural na agricultura familiar.

(Passa a ler.)

"Art. 1º. São definidas como Turismo Rural na Agricultura Familiar (Traf), todas as atividades turísticas que ocorrem na Unidade de Produção dos Agricultores Familiares (Unipraf), que mantêm as economias típicas da agricultura familiar, valorizando, respeitando e compartilhando seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos."

Todos falam de turismo rural, mas não elaboraram nenhuma lei de incentivo ao turismo rural, à propriedade rural, que são aqueles poucos recursos, uma vez que o agricultor precisa de R\$ 3 mil, R\$ 4 mil, R\$ 5 mil, mas não há ninguém que empreste esse dinheiro a ele para que possa melhorar o seu produto, vendê-lo e envolver-se no sistema de produção.

Na justificativa consta o seguinte: (Continua lendo.)

"Mais de mil empreendimentos promovem atividades ligadas ao Turismo Rural (TR) em Santa Catarina. O número é expressivo, levando-se em consideração que não existem programas governamentais de incentivo a essa atividade.

Essa atividade cresce no Estado e apresenta perspectiva de renda e emprego para os agricultores familiares. Além desses benefícios, a atividade promove o resgate da auto-estima dos agricultores e a revitalização do espaço rural.

Cerca de 90% dos 187.000 estabelecimentos agrícolas de Santa Catarina estão enquadrados dentro da categoria definida como agricultura familiar. Uma parcela importante dessas unidades depara-se com dificuldades no tocante à geração de renda na agropecuária. Essa dificuldade repercute além das fronteiras da propriedade, alcançando os municípios rurais catarinenses, pois estes são dependentes do sucesso das atividades agropecuárias.

A diversificação das atividades nas propriedades rurais minimiza o empobrecimento das famílias rurais e, conseqüentemente, atenua a migração das pessoas para as cidades. E o Turismo Rural apresenta-se como uma alternativa positiva para os agricultores familiares.

Sendo assim, apresentamos este projeto de lei à elevada consideração dos deputados, no intuito de colaborar com esforços para o desenvolvimento do turismo e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e suas famílias em Santa Catarina". [sic]

Por exemplo, segundo a nossa lei, os produtores são incentivados a participar dos programas Microbacias I e II, que são programas que promovem a preservação ambiental e cultural. E todo proprietário que tiver menos de 100 hectares poderá utilizar esse financiamento.

Então, que seja permitido ao agricultor, através do Badesc ou do próprio Besc e através de recursos federais e estaduais, fazer empréstimos a juros baixos, com programas de carência, para que ele possa produzir lá na sua propriedade uma boa marmelada, um bom salame, um bom queijo, um bom vinho, um bom pão, enfim, são tantas as atividades, sejam culturais ou alimentícias. Que ele possa se acerrar próximo a uma pousada, oferecer o seu serviço, a sua integração e com isso obter lucros para essas atividades, claro que em parceria com a marca determinada pela Vigilância Sanitária de cada município. Mas, mais do que isso, permitir à Celesc poder levar àquela propriedade um transformador trifásico, se lá for necessária mais energia; permitir ao próprio município ou ao estado melhorar aquela estrada que vai até a propriedade agrícola.

Srs. deputados, são muitas as ajudas que podemos dar a esse agricultor que é responsável pelo desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. E que ele possa receber essa ajuda através do poder público, para que não saia da agricultura e vá para o litoral, para a região urbana. Então, essa é uma questão política.

Pela primeira vez estamos trabalhando com o turismo rural, com uma lei que vai beneficiar a família dos agricultores, assim como temos o financiamento para beneficiar os agricultores no plantio dos seus produtos. O governo federal tem essa política, ou seja, o financiamento aos agricultores familiares. Nós vamos criar uma linha de crédito para que esses agricultores familiares, se eles quiserem - geralmente são as esposas, as mulheres ou o próprio homem -, possam trabalhar no turismo rural. Geralmente são linhas de crédito baixo, mas que podem propiciar a fixação do homem na agricultura e na geração de emprego.

São tantas as medidas, que depois eu darei uma cópia a cada deputado, para os quais pedirei apoio. E nós vamos envolver nessa discussão todos os agricultores, todos os sindicatos agrícolas com as pessoas que nos ajudaram a formular isso. É um estudo de fôlego e de trabalho, até porque nós somos filho de agricultor e sabemos da importância de qualquer quantia na economia familiar, para que ele possa ter uma qualidade de vida melhor. E como dão oportunidade às pessoas de conhecerem a propriedade agrícola, elas podem levar os seus filhos lá para que conheçam os animais, como eles se reproduzem.

Enfim, são muitas as atividades e pela primeira vez na história de Santa Catarina temos como exemplo pioneiro no país a agricultura familiar, o agricultor familiar, que vai trabalhar com turismo rural. Se ele quiser, vai ter uma linha de crédito, mas temos que sensibilizar o governo para isso. Se ele não quiser, continuará com as suas atividades, mas o dever do poder público e o nosso dever é fazer uma política através de leis, através das quais o agricultor familiar possa ter melhores condições de vida.

(Continua lendo.)

III - comercialização dos artesanatos: práticas de produção com o aproveitamento de produtos, resíduos ou não, de origem vegetal, animal ou mineral;

IV - Produção rural: as atividades produtivas da propriedade são utilizadas como atrativos, por meio de demonstração sobre as técnicas de produção, onde o turista também pode interagir fazendo parte do processo."

Ele ir lá e plantar sua árvore, sua flor, o seu legume, enfim, conhecer realmente como é a vida de um agricultor.

(Continua lendo.)

II - comercialização de produtos transformados: de origem animal ou vegetal, oferecidos aos visitantes, enfatizando seu processo de produção;

I - comercialização de produtos alimentícios, *in natura*, de origem local;

V - educação ambiental: as atividades executadas em propriedades especializadas em receber grupos, que encontram atividades educativas ligadas ao meio ambiente e/ou atividades agrícolas, ambas de cunho educativo;

VI - serviços de lazer: as atividades que proporcionem entretenimento aos visitantes, comumente relacionadas às práticas físicas e passeios a locais de interesse natural ou cultural;

VII - serviços de alimentação."[sic]

Enfim, a parte da arquitetura típica, aquele agricultor que pode preservar a sua casa de enxaimel, o tipo polonês, o tipo italiano com seus porões, preservar aquela casa como um atrativo cultural e para isso criarmos linhas de crédito para fazê-lo. Os senhores vejam quantas são as atividades.

Esse nosso projeto visa inserir o agricultor familiar na atividade turística lá no interior, por mais distante que seja, para ter uma melhor qualidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar de forma especial todos os rionegrinhenses porque hoje Rio Negrinho completa 54 anos de emancipação, e dispõe de um grande equipamento de turismo; a indústria básica é a moveleira, é a cidade-mãe da empresa Móveis Cimo, que hoje não existe mais na região, no entanto multiplicaram-se milhares de pequenas e médias empresas e também grandes indústrias moveleiras.

Quero cumprimentar, neste espaço, todos os trabalhadores, toda a população de Rio Negrinho, que com o seu trabalho fez toda a pujança do planalto norte catarinense.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidores deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão.

Queria começar, sra. presidente, parabenizando v.exa. pela posse como presidente da Assembléia Legislativa, primeira mulher a presidir este Poder, ainda que em caráter interino. Quem sabe, num futuro próximo, venha a ser presidente de fato. Portanto, queremos parabenizá-la pela sua competência, pela sua capacidade e consideramo-nos bem dirigidos durante esses dez dias que v.exa. permanecerá na Presidência.

Quero registrar também o assunto que já foi tratado aqui pelo deputado Dagomar Carneiro, do nosso partido, o PDT, a respeito da visita, ao nosso estado, na última sexta-feira, do ministro do Trabalho e Renda, presidente nacional do PDT, Carlos Lupi.

Tivemos a oportunidade de acompanhá-lo, durante o almoço, na visita à secretaria de estado de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação e ao Palácio do Governo na visita ao governador Luiz Henrique da Silveira. Infelizmente, à tarde não pude deslocar-me à cidade de Criciúma, onde o ministro se reuniu com entidades sindicais do setor de mineração e participou de outros eventos de caráter político-administrativo na região sul.

Quero falar da importância - eu, particularmente, penso que os srs. deputados e as sras. deputadas já me conhecem relativamente bem para saber por que vou dizer isso - das declarações que o ministro do Trabalho tem proferido, deputado João Henrique Blasi, de que serão mantidos os direitos da classe trabalhadora. Isto, dito pelo próprio ministro Carlos Lupi, é condição da sua permanência à frente do ministério do Trabalho: que não seja retirado nenhum direito da classe trabalhadora, pelo contrário, que possamos ampliá-los.

Falo também da questão que foi aqui citada e discutida pelo deputado João Henrique Blasi, sobre o Instituto Estadual de Educação. Quero dizer da minha satisfação de estarmos, enfim, na mesa de negociação tratando sobre esse ponto, nós que tivemos que ir ao colégio mais de uma vez para procurar resolver uma situação de conflito.

Mas hoje, como já disse e repito, pela intervenção do deputado João Henrique Blasi houve uma mediação para o conflito. Quando disse que teve papel fundamental, como líder do governo, não nego a importância da participação de outros deputados, como o deputado Professor Grando, na semana passada, como o deputado Décio Góes, que participou de uma reunião com a comissão, como o deputado Pedro Uczai, que também tem conversado sobre esse assunto aqui no Parlamento, assim como a deputada Ana Paula Lima e o deputado Marcos Viera.

Quero dizer aqui que mantemos a nossa posição na defesa da eleição direta para as escolas de Santa Catarina. A nossa posição é pela defesa da diretoria eleita no colégio, mas estaremos do lado da posição que for definida.

Felizmente, deputado João Henrique Blasi, pela intervenção de v.exa., eu penso que ambas as partes estão chegando a um consenso, está havendo uma sinalização tanto do pessoal do movimento quanto do secretário da Educação, dr. Paulo Bauer, a quem quero agradecer pela abertura e pela possibilidade de conversarmos sobre isso na mesa de negociação.

Estamos à disposição desse consenso, discutiremos com a comunidade escolar e com as autoridades, no sentido de que o Instituto Estadual de Educação possa voltar à normalidade, que seja empossado um professor do próprio colégio, de preferência, como já falei, o professor Elói Girardi. Mas se o grupo de professores, se a comunidade escolar entender - e penso que a comunidade está entendendo que há possibilidade -, poderá ser nomeado, ser empossado outro diretor, inclusive daquele mesmo grupo, para que voltemos à normalidade.

Então, a negociação, o debate permanente, mesmo que exaustivo, é a condição para que possamos avançar em todos os setores. Eu manifesto a minha satisfação e parabenizo todas as autoridades que caminham nesse sentido.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concedo um aparte ao deputado Professor Grando, porque tenho outro assunto e sei que ele vai falar sobre isso.

O Sr. Deputado Professor Grando - Vou ser bastante rápido para dizer que nós cumprimos com o nosso dever, abrindo um canal de comunicação, de diálogo para chegarmos a uma solução. É nesse sentido que podemos dizer que vamos encontrar uma boa solução, mas quem decidirá isso será o movimento junto com a secretaria da Educação. Portanto, sem sombra de dúvida, pela importância da nossa intervenção para abrir esse canal de comunicação, todos os parlamentares merecem um elogio.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Professor Grando.

Quero dizer aos companheiros praças que nos estão ouvindo no estado inteiro, muitos acompanham a TVAL, que estamos trabalhando, sim, no sentido de mudar os editais do concurso da Polícia Militar, pois eles estão em desacordo com aquilo que prevê a Lei n. 318, aprovada nesta Casa Legislativa, e o Decreto n. 4.633, do governo do estado. Nós estamos trabalhando neste sentido até para evitar que sejam necessárias ações judiciais para garantir o direito de algum companheiro que eventualmente não possa participar do curso em virtude do edital estar em desacordo com a lei.

Continuamos defendendo a abertura do curso de oficiais auxiliares, continuamos defendendo a necessidade de complementação do pagamento integral da Lei n. 254, e no dia 15 de maio, a Aprasc, dirigida pelo sargento-cabo J.Costa, vai realizar uma assembleia-geral, à qual compareceremos e para a qual estamos convocando todos os companheiros para que possamos fazer uma grande assembleia e buscar uma negociação junto ao governo.

Por último, srs. deputados, gostaria de falar de um assunto que, inclusive, levou-me a não poder ir a Criciúma na sexta-feira, que foi a eleição no Sindicato dos Trabalhadores da Saúde da Grande Florianópolis e nos hospitais públicos do estado de Santa Catarina.

Na semana passada, nos dias 18, 19 e 20, ocorreu o processo eleitoral para o Sindicato da Saúde, o SindSaúde, que reúne todo o setor de base da saúde na Grande Florianópolis, do setor público e privado e dos hospitais públicos nas cidades de Lages, Rio do Sul, Mafra e Ibirama.

Quero dizer que esse assunto para mim é caro, porque a pessoa que encabeçou a chapa vitoriosa é minha esposa, pessoa da qual eu já falei aqui, servidora efetiva da saúde há 13 anos, trabalha no Hospital Florianópolis da capital e vinha, junto com outros companheiros, há dez anos buscando mudar uma realidade do sindicato, pois a maioria da categoria entendia que precisava haver uma mudança. Por dificuldade de organização e por outras dificuldades nunca se conseguiu montar uma chapa. Mas neste ano, em menos de 48 horas, elas conseguiram. A campanha se deu em 15 dias, trabalhou-se politicamente contra essa chapa de oposição, inclusive porque era a chapa da esposa de um deputado, dizendo que seria uma chapa e uma diretoria cabresto do deputado.

Estamos aqui para parabenizar a chapa eleita, parabenizar as centenas de companheiras e companheiros, principalmente as companheiras da saúde que participaram desse processo, agradecer a participação de outros setores que apoiaram, de outras entidades sindicais e principalmente os praças da Aprasc que apoiaram esse processo, garantindo-o.

Quero parabenizar a dona Edileuza Garcia Fortuna, minha esposa; o Pedro, vice-presidente; e registrar, deputada Ana Paula Lima, que um sindicato que tem mais de 50 anos de história pela primeira vez tem uma mulher na presidência. É um sindicato, como v.exa. bem sabe, pois é enfermeira, de uma categoria formada majoritariamente por mulheres, que há mais de 50 anos tinha apenas homens na presidência. Então, pela primeira vez a categoria elegeu uma mulher presidente do SindSaúde. Não por ser minha esposa, mas, como já falei aqui, por ser uma militante, uma lutadora pelas causas sociais e pelas causas da saúde. Uma pessoa abnegada pela sua profissão e pelo seu trabalho, assim como todos os outros integrantes da chapa vencedora.

E queria dizer que não há essa história de cabresto e estamos aqui, sim, para apoiar as demandas justas dos trabalhadores da saúde, conforme decisão da categoria. Estamos aqui para apoiar e não para colocar cabresto.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Parabéns à nova presidente do SindSaúde e toda a sua diretoria. Tenho certeza de que farão as mudanças necessárias nesse sindicato.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvío Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Muito obrigado, sra. presidente, saúdo e cumprimento ao mesmo tempo v.exa. por ter assumido a direção desta Casa, desejamos êxito nesta jornada.

A título de informação, há poucos instantes o deputado Joares Ponticelli falava aqui do conteúdo do site do governo, em que ainda constavam os processos de licitação das concorrências já anuladas. Mas, como disse o próprio deputado Joares Ponticelli, deve haver plantonistas nos assistindo porque agilmente já atualizaram, deputado Décio Góes. Portanto, já está atualizado o site do governo, conforme os editais já anulados. Isso demonstra que realmente o governo tem alguém, pelo menos quando há aqui nesta Casa parlamentar se manifestando, para corrigir as falhas, o que é bom.

Mas quero manifestar-me, inicialmente, sobre os municípios de Matos Costa, Rio Negrinho, Timbó Grande e Itapoá.

O município de Matos Costa completa 45 anos e tem a sua economia baseada principalmente na agricultura. A origem do seu nome é uma homenagem ao capitão João Teixeira de Matos Costa, que foi morto na guerra do Contestado.

Já o município de Rio Negrinho, que completa 127 anos, foi colonizado por alemães, portugueses, poloneses e italianos e tem a sua economia pautada nos móveis, na cerâmica, na metalúrgica e na agropecuária. Com uma população de 45 mil habitantes, tem na sua tradição e, principalmente, como atração turística o rodeio, que é conhecido como Rodeio da Fazenda, criado pelo saudoso Evaristo Stoerbel.

Tem também a represa da Volta Grande, que deve ser preservada e gostaria de aproveitar este momento para ressaltar a importância dessa represa, que muitas vezes não é respeitada pela exploração comercial de empresas que se utilizam do excesso de água, vindo a ocorrer a mortandade de peixes em várias ocasiões, como já presenciamos.

O município de Timbó Grande tem sua economia pautada na extração da madeira, principalmente o pinus, e o seu nome é o mesmo de uma árvore, o timbó, existente na região.

E por falar em Timbó Grande, nós queremos render nossas homenagens e ao mesmo tempo, deputado Edson Piriquito, lamentar, pois aquele povo ordeiro, trabalhador e sofredor está aguardando a pavimentação da obra de acesso, que já iniciou, paralisou, iniciou novamente e está paralisada mais uma vez, arrastando-se por mais de três anos.

Peço aqui, encarecidamente, em nome daquele povo sofredor, que nós, deputados do governo e da Oposição, façamos um apelo ao governador e ao secretário da Infra-Estrutura, no sentido de sejam retomadas as obras, porque aquele povo realmente sofre para percorrer 42 quilômetros, muitas vezes levando até duas horas com os seus veículos, gerando sérios prejuízos, tendo dificuldade para chegar a um hospital, deputado Serafim Venzon.

É um apelo que faço porque aquele povo mora muito distante da BR-116 e as obras daqueles 42 quilômetros estão-se arrastando por muito tempo.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado, v.exa. já foi prefeito de São Bento do Sul, município vizinho de Rio Negrinho, e cumprimentou aquela cidade pelos 127 anos de fundação, mas ela se tornou município em 1953; está completando 54 anos de emancipação política.

Já saudei a população, hoje, no espaço que pedi à Presidência, mas quero cumprimentar v.exa. pela saudação que faz a diversos municípios que nesta data também fazem aniversário de fundação ou de emancipação.

Por outro lado, quero ainda destacar que o vice-governador Leonel Pavan e o governador Luiz Henrique da Silveira, que é um dos principais idealistas de Santa Catarina - como somos todos nós, evidentemente -, têm como uma de suas grandes teimas conseguir levar asfalto a todas as cidades do estado. Um dos motivos da sua viagem aos Estados Unidos foi visitar a superintendência do BID para conseguir o BID-V e nesse programa incluir todos os municípios que ainda não têm acesso asfáltico. E nesse grupo certamente Timbó Grande, que já está no BID-IV, será beneficiado.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Obrigado, deputado Serafim Venzon, agradeço o seu aparte. Espero que realmente o atual governador possa contribuir para o andamento daquela obra.

Passando por Porto União, fazendo uma visita àquele importante município, deparamo-nos com dois problemas: um já levantado aqui pela deputada Odete de Jesus e referente àquela escola que está com as obras paralisadas e cujos alunos estão freqüentando salas de aula improvisadas num galpão de uma igreja, salas divididas por tapumes e tablados de construção.

Espero que o secretário Paulo Bauer tenha o apoio do governo para dar um mínimo de condições àquelas nossas crianças de Porto União, porque elas não merecem estar nas condições em que estão. Espero e acredito que a solução venha rapidamente, para o bom andamento da educação e para que se possa fazer uma educação com qualidade.

Por outro lado, temos um apelo da população de Porto União com referência ao trânsito caótico naquele município, porque o escoamento de toda a produção da região, ligando a BR-153 à BR-476, passa por dentro da cidade.

O apelo daquela comunidade é que nós, parlamentares estaduais, juntamente com os parlamentares federais, possamos fazer o encaminhamento para que se efetive a obra de ligação da BR-280, desviando pelo distrito industrial de Porto União até a BR-476, já no estado do Paraná. E para concretizar esse desvio falta apenas construir uma ponte no rio Iguauçu, o que fará com que a ligação da BR-280 esteja automaticamente passando para a BR-476, no estado do Paraná. Penso e acredito que nós podemos fazer algo para amenizar a situação do povo de Porto União.

Ainda pretendo falar sobre outro assunto, que é muito preocupante, srs. deputados e sra. presidente. Certamente, neste tempo que me resta não será possível esgotar o assunto, mas posso adiantar que é sobre uma matéria que trata da Previdência Social do governo do estado de Santa Catarina, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O governo do estado de Santa Catarina deixa de investir R\$ 68 milhões todos os meses em obras e serviços para cobrir o rombo da previdência pública. São pelo menos 68 quilômetros de estradas que deixam de ser asfaltadas por mês. Por ano são R\$ 884 milhões. A situação se agrava ainda mais porque o estado está com o Certificado de

Regularidade Previdenciária (CRP) bloqueado desde março do ano passado, o que impossibilita contratar empréstimos bancários, receber recursos da União e obter créditos para investimentos. Uma situação que colocou Santa Catarina no último lugar entre os 27 estados brasileiros no ranking de desempenho previdenciário de 2006, divulgado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) neste ano.

Santa Catarina desembolsa R\$ 107,6 milhões mensais para pagar 43.660 aposentados e pensionistas. O problema é que a receita não é suficiente. Só R\$ 39,2 milhões vêm da contribuição dos cerca de 100 mil servidores ativos. A diferença, R\$ 68 milhões, é obrigada a sair dos cofres do governo direto para tapar o buraco."[sic]

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia três de abril do ano de dois mil e sete, sob a Presidência dos Senhores Deputados Romildo Titon, Jorginho Mello e Onofre Santo Agostini, reuniram-se as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público, para deliberarem sobre os assuntos constantes da pauta. Presentes os demais membros: Deputado João Henrique Blasi, Deputado Darci de Matos, Deputado Pedro Baldissera, Deputado Marcos Vieira, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Cesar Souza Júnior, Deputado Pedro Uczai, Deputado Narcizo Parisotto, Deputado Gelson Merísio, Deputado Décio Góes, Deputado José Natal Pereira, Deputado Renato Hinnig, Deputado Jandir Bellini, Deputado Silvio Dreveck, Deputado Manoel Mota, Deputada Odete de Jesus, Deputado Dirceu Dresch e Deputado Professor Grando. Aberto os trabalhos, os Deputados Joares Ponticelli e Pedro Uczai fizeram seus questionamentos a respeito da folha de pagamento de pessoal do Poder Executivo e do impacto financeiro da reforma administrativa aos Secretários de Estado da Administração e de Coordenação e Articulação, Senhores Antônio Marcos Gavazzoni e Ivo Carminati, presentes à reunião. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça os senhores parlamentares passaram a relatar. **O Senhor Deputado João Henrique Blasi**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº. 0001.8/07, exarando parecer favorável na forma da emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido para vista a todos os Deputados e o Projeto de Lei nº 0013.6/07, exarando parecer favorável na forma da emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Marcos Vieira**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº. 0007.3/07, exarando parecer favorável na forma da emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete aos Deputados Joares Ponticelli e Pedro Baldissera e a Medida Provisória nº. 0133/07, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Pedro Uczai**, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº. 0037.3/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi. **O Senhor Deputado Pedro Baldissera**, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº. 0063.5/07, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0010.3/07, exarando parecer favorável com emendas e pela conversão em Projeto de Lei Complementar, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete aos Deputados Joares Ponticelli e João Henrique Blasi e o Projeto de Lei nº. 0008.9/07, exarando parecer contrário ao projeto e favorável a transformação em indicação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Senhor Deputado Joares Ponticelli**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0047.5/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi e o Projeto de Lei nº. 0046.4/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Darci de Matos**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº. 0006.2/07, exarando parecer favorável com emenda, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº. 0041.0/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Romildo Titon**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0068.0/07, exarando parecer favorável,

que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0073.7/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Requerimento nº. 0019.9/07, exarando parecer pela aprovação para tratar do tema original, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. No âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público os senhores parlamentares passaram a relatar. **O Senhor Deputado José Natal Pereira**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0053.5/07, 0054.4/007 e 0028.2/07, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar nº. 0005.1/07, exarando parecer favorável com emendas aditivas, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli. **O Senhor Deputado Professor Grando**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0033.0/07 e 0009.0/07, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Senhor Deputado Joares Ponticelli**, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº. 0049.7/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Presidente da Comissão Deputado Onofre Santo Agostini**, relatou o Requerimento nº. 0019.9/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado Renato Hinnig e registrou a presença do ex-deputado Sérgio Godinho. Os trabalhos foram suspensos às onze horas e trinta minutos, ficando marcado para às nove horas do dia quatro de abril a reabertura dos trabalhos. Reaberto os trabalhos no horário pré-fixado, do dia quatro de abril de dois mil e sete, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça os senhores parlamentares passaram a relatar. **O Senhor Deputado João Henrique Blasi**, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei Complementar nº. 0001.8/07, exarando parecer favorável na forma da emenda substitutiva global com subemenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Senhor Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0010.3/07, exarando parecer favorável com emendas e pela conversão em Projeto de Lei Complementar, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria e o Projeto de Lei nº. 00082.8/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Romildo Titon**, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº. 0074.8/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Marcos Vieira**, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei Complementar nº. 0004.0/07, exarando parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação os senhores parlamentares passaram a relatar. **O Senhor Deputado Renato Hinnig**, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº. 0031.8/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Jorginho Mello**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº. 0001.8/07, exarando parecer favorável na forma da emenda substitutiva global com subemenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei nº. 0010.3/07, exarando parecer favorável com emendas e pela conversão em Projeto de Lei Complementar, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria e o Projeto de Lei nº. 00082.8/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. No âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público os senhores parlamentares passaram a relatar. **O Senhor Deputado Renato Hinnig**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0039.5/07, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0055.5/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Ofício nº. 0006.3/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Onofre Santo Agostini**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei



nº. 0031.8/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0010.3/07, exarando parecer favorável com emendas e pela conversão em Projeto de Lei Complementar, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei nº. 00082.8/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº. 0001.8/07, exarando parecer favorável na forma da emenda substitutiva global com subemenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei Complementar nº. 0006.2/07, exarando parecer favorável com emendas modificativa e aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Requerimento nº. 0019.9/07, exarando parecer favorável para tratar do tema original, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº. 0013.6/07, exarando parecer favorável com emendas, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº. 0068.0/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhores Presidentes agradeceram a presença dos Senhores Deputados e foi encerrada a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelos senhores Presidentes e posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 04 de abril de 2007.

Deputado Romildo Titon - Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Deputado Jorginho Mello - Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Deputado Onofre S. Agostini - Presidente da Comissão de TrabalhoAdministração e Serviço Público

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezessete de abril do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 7ª reunião ordinária. Presentes os demais membros: Deputado João Henrique Blasi, Deputado Pedro Baldissera, Deputado Marcos Vieira, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Darci de Matos, Deputado Cesar Souza Júnior e o Deputado José Natal Pereira em substituição ao Deputado Narcizo Parisotto. Aberto os trabalhos, foi aprovada a ata da 6ª Reunião Ordinária e os senhores Deputados passaram a relatar as matérias. O Senhor Deputado Marcos Vieira, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº. 0007.3/07, exarando parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria e os Projetos de Lei nºs. 0057.7/07 e 0080.6/07, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Senhor Deputado João Henrique Blasi, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0061.3/07, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli e o Projeto de Lei nº. 0108.1/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Pedro Baldissera, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº. 0024.9/07, exarando voto vista favorável com emenda, que posto em discussão, foi cedido ao relator, Deputado Joares Ponticelli, para apreciação da emenda. O Senhor Deputado Darci de Matos, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0076.0/07, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera e o Projeto de Lei Complementar nº. 0010.9/07, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera. O Senhor Deputado Romildo Titon, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0087.2/07, 0088.3/07 e 0081.7/07, apresentando requerimentos pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei nº. 0086.1/07, exarando parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Foi aprovada por unanimidade a suspensão da reunião da Comissão do dia 24/04/07, em virtude da reunião do Fórum e da visita às obras da BR 282. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 2007.

Deputado Romildo Titon

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## AVISOS DE RESULTADO

### AVISO DE RESULTADO

A Comissão Permanente de Licitações da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina comunica o resultado de julgamento de Proposta Técnica da licitação abaixo:

**REF.: Concorrência n.º 02/06**

**OBJETO:** Contratação de uma Agência de Publicidade para a prestação de serviços de publicidade, marketing e propaganda para a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações e detalhamentos constantes do Edital e de seus Anexos.

**Proponentes classificadas:**

**ITEM ÚNICO -**

1ª Classificada: **MARCCA MAIS COMUNICAÇÃO LTDA**, total de 67,67 pontos;

2ª Classificada: **USINA 4 COMUNICAÇÃO LTDA.**, total de 61,74 pontos;

3ª Classificada: **TALENS PUBLICIDADE LTDA.**, total de 50,47 pontos;

4ª Classificada: **QUADRA COMUNICAÇÃO LTDA.**, total de 50,31 pontos;

5ª Classificada: **D/ARAUJO COMUNICAÇÃO LTDA.**, total de 46,98 pontos;

6ª Classificada: **FAROL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.**, total de 35,36 pontos.

Florianópolis, 03 de maio de 2007.

Hélio Estefano Becker Filho

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º1302/2007, comunica que na licitação modalidade Pregão nº 012/2007, referente a contratação de empresa para construção de Estande com 40m² na Feira da Esperança, que funcionará nas dependências do Centro de Convenções de Florianópolis (Centro Sul), com o fornecimento de material e mão de obra especializada, obteve o seguinte resultado:

**Item único -**

Vencedora: **ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS.**

Valor do Último Lance: R\$ 16.000,00

Florianópolis, 03 de maio de 2007.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 031/07

**SOCIEDADE ESPÍRITA PAVILHÃO DA CARIDADE  
CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL MARIA OFÉLIA GUIMARÃES**

Joinville, 24 de abril de 2007.

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
FLORIANÓPOLIS - SC

Excelentíssimos Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, servimo-nos do presente para encaminhar aos Senhores, o RELATÓRIO DE ATIVIDADES, referente ao Ano de 2006, do Centro Educacional Infantil Maria Ofélia Guimarães e de sua Mantenedora a Sociedade Espírita Pavilhão da Caridade.

Segue em apenso, o Balanço Anual de Receitas e Despesas, com a devida Aprovação do Conselho Fiscal da Instituição.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos, elevando os nossos sinceros votos de estima e respeito.

Atenciosamente,

Sociedade Espírita Pavilhão da Caridade

CEI - Maria Ofélia Guimarães

Venicus Clemente

Diretor Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 032/07

## ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS DE CAÇADOR

Caçador, 26 de abril de 2007.

Of. Circular nº 59/07

Exmo. Sr.

JULIO GARCIA

MD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Presidente:

A história do homem tem demonstrado o quanto se evoluiu no que se refere ao tratamento dispensado às pessoas com deficiência. Tratamento este que vai desde a oferta de serviços indispensáveis ao seu desenvolvimento bem como o reconhecimento pelos demais membros da sociedade de seu valor e potencial enquanto ser humano. A APAS de Caçador, desde sua fundação tem o privilégio de atuar na efetivação da política municipal de atenção à pessoa com deficiência auditiva. Situação esta que anestesias todas as dificuldades enfrentadas para a manutenção e qualificação dos serviços oferecidos aos membros de nossa sociedade que integram esta demanda social.

Através da presente, encaminhamos em anexo cópia dos relatórios qualitativo e quantitativo das atividades desenvolvidas por esta instituição no ano de 2006, para vosso conhecimento e apreciação. Sendo o que se tinha para o momento, aproveita-se o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente.

Mabel Vaine Maciel Varaschin  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 033/07

## SOCIEDADE ESPÍRITA DE RECUPERAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Ofício nº 130/2007

Florianópolis, 24 de abril de 2007

Excelentíssimo Senhor

Doutor Julio Cesar Garcia

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310

Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, estamos encaminhando a Vossa Excelência o Relatório Anual de Atividades da nossa Entidade, exercício 2006.

Solicitamos que o mesmo seja encaminhado para a **Comissão De Trabalho, Administração e Serviço Público** para que possamos cumprir a exigência legal, para a renovação da manutenção do título de **Utilidade Pública Estadual**.

Na oportunidade aproveitamos para renovarmos votos de elevada estima e distinta consideração.

Fraternalmente,

Hélio Abreu Filho  
Presidente da SERTE

Lido no Expediente  
Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 034/07

## COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JARAGUÁ DO SUL - CEL

Jaraguá do Sul, 16 de abril de 2007

À

Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social

Florianópolis - SC

Prezados Senhores,

A **COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JARAGUÁ DO SUL**, com sede na Rua Estêria Lenzi Friedrich nº 18 - Centro, neste município de Jaraguá do Sul, vem apresentar o Relatório de Atividades e Balanço relativos ao exercício de 2006, face a sua condição de entidade declarada de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 2949, de 23 de dezembro de 1961.

Atenciosamente,

Waldemar Behling  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 035/07

## REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BLUMENAU

Ilmo. Sr.

Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Na qualidade de Vice-Presidente no exercício da Presidência da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Blumenau, a fim de fazer cumprir a determinação normativa das Leis nº 10.436/97 e 13.663/2005, que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual, apresentamos o Relatório de Atividades da entidade, relativo ao ano de 2006.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Cordialmente,

MARIA CHRISTINA DUARTE PEREIRA DORIGATTI

Lido no Expediente

Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 036/07

Ispere

Instituto Pedagógico de Reabilitação e Inclusão

Of. nº 12-2007

Joinville (SC) 18 de Abril de 2007

Da: Presidência do ISPERE

Para: Presidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Assunto: Relatório de 2006, remete

Excelentíssimo Senhor

JÚLIO GARCIA

Md. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310-Centro

88.020-180 - Florianópolis - SC

Senhor Presidente

Com cumprimentos, como de praxe, para atualizar cadastro, estamos remetendo em anexo o RELATÓRIO e BALANÇO GERAL DE 2006 e que contem os seguintes documentos:

1. Relatório descritivo das principais atividades,
2. Balanço Geral encerrado em 31/12/06,
3. Demonstrativo das Receitas e Despesas,
4. Demonstrativo das Origens e Aplicações dos Recursos e Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido,
5. Síntese das Gratuidades,
6. Parecer do Conselho Fiscal,
7. Cópia da Publicação do Balanço
8. ANEXOS:
9. Certidão de Entidade Beneficente de Assistência Social,
10. Certidão de Utilidade Pública Federal - Ministério da Justiça
11. Certidão de Inscrição do Conselho Municipal de Assistência Social
12. Certidão de Regularidade do FGTS - Caixa Econômica Federal,
13. Certidão de Negativa de Débitos do INSS
14. Atestado de Funcionamento emitido pela Câmara Municipal de Vereadores.
15. Certidão Negativa de Débitos Estaduais
16. Negativa de Débitos de empresas Estaduais

INFORME ADICIONAL:

A) Os dirigentes não são remunerados conforme consta dos Estatutos

B) Os Estatutos não foram alterados no exercício em referência.

Limitados a estas providências, expressamos cumprimentos

Atenciosamente

PAULO VITÓRIO REGINATO

Presidente o Conselho Administrativo

Voluntário

Lido no Expediente

Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 037/07

Rio do Sul, 19 de abril de 2007.

Ao

Presidente do CEAS

Florianópolis - SC

O Instituto Maria Auxiliadora, sediado na Rua dos Pioneiros, nº 46, em Rio do Sul, Santa Catarina, vem respeitosamente, apresentar a V.Sa. o Relatório Circunstanciado de Atividades e demais documentos comprobatórios de cumprimento de seus objetivos sociais, relativos ao ano de 2006, em face de sua condição de entidade isenta de Contribuições para a Seguridade Social, em atendimento as exigências do art. 209 do Decreto nº 3.048, de 06/05/99 e arts. 309 e 310 da Instrução Normativa nº 3, de 14/07/2005, publicada no DOU de 15/07/2005, observadas as alterações da legislação determinadas pelo STEE através da ADIN nº 2.028-5 (Lei 9.732/98), bem como da ADIN nº 2.545-7 (Lei 10.260/2001), como segue:

I - informações cfe. Anexo XVI;

II - resumo de informações de assistência social, cfe. Anexo XVII;

III - Relatório Circunstanciado de Atividades de 2006;

IV - cópias do CEBAS vigente (ou prova de haver requerido renovação);

V - cópia de certidão do Ministério da Justiça de regularidade da Declaração de Utilidade Pública Federal;

VI - cópia de certidão (ou outro documento) comprovando a regularidade do registro no Conselho Municipal de Assistência Social;

VII - cópia de certidão (ou outro documento) que comprove a regularidade para a manutenção das Declarações de Utilidade Pública Estadual ou Municipal;

VIII - cópia da convenção coletiva de trabalho;  
 IX - cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício - Demonstração de mutação de patrimônio e Notas Explicativas;  
 X - relação nominativa dos alunos bolsistas, com filiação, custo e percentual da bolsa;  
 XI - cópia da planilha de custo de apuração do valor da mensalidade de que trata a Lei nº 9.870, de 23/11/1999. (somente para Escolas)  
 Atenciosamente,

Helena Gesser  
 Presidente  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 038/07**

**INSTITUTO DE REABILITAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO - IRPH**

Joinville, 24 de abril de 2007  
 Sr. Deputado: Julio Garcia  
 Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina  
 O instituto de Reabilitação do Potencial Humano encaminha a essa Assembléia o relatório de suas atividades e o balancete do ano de 2006 como também, a data da eleição da atual diretoria para os mandatos de 2007 á 2009 devidamente registrada em Cartório para fins de recebimento do Certificado de Utilidade Publica Estadual, conforme orientações recebidas.  
 Atenciosamente

Anna Destéfani Duffeck  
 Presidente

*Lido no Expediente*  
 Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 039/07**

Fundação de Amparo a Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas  
 Joinville, 23 de abril de 2007

À  
 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
 FLORIANÓPOLIS - SC

Prezados senhores,  
 Ref.: RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
 A FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA EM ENFERMIDADES RENAI E METABÓLICAS - PRÓ RIM DE SANTA CATARINA, reconhecida como de Utilidade Pública Estadual através da Lei nº 8.722 de 09 de setembro de 1992, vem respeitosamente encaminhar o Relatório das Atividades desenvolvidas durante o ano de 2.006, bem como cópia do Balanço Geral do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.006, para fins de renovação da declaração de entidade de interesse público estadual.  
 Sendo o que se apresenta na oportunidade enviamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente  
 Dr. José Aluisio Vieira  
 Presidente

*Lido no Expediente*  
 Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 040/07**

CVM - Vinde a Mim as Criancinhas  
 CRECHE E ORFANATO  
 Ofício Nº 358/2007.  
 São José, 26 de abril de 2007.

AO  
 EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
 ROGÉRIO MENDONÇA  
 DEPUTADO ESTADUAL  
 COMISSÃO DE DIREITOS, GARANTIAS FUNDAMENTAIS E DE AMPARO A FAMÍLIA E À MULHER  
 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FLORIANÓPOLIS - SC  
 Senhor deputado,

A CRECHE E ORFANATO VINDE A MIM AS CRIACINHAS, conforme o que determina a Lei Nº 10.436/97, Vem por meio deste encaminhar a Vossa Senhorias o BALANÇO SOCIAL - RELATÓRIO DE ATIVIDADES e BALANÇO PATRIMONIAL 2004/2005/2006 desta entidade, visando cumprir exigências para MANUTENÇÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.

Nossa entidade, atende atualmente crianças e adolescentes com serviços extensivos às suas famílias que incluem Casa Lar (Abrigo), Creche e Pré-Escolar (Educação Infantil) e Centro de Recuperação para crianças e adolescentes dependentes químicos, entre outros.

Na certeza de contar com a vossa proverbial atenção e colaboração, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos que julgarem-se necessários e servimo-nos do presente para expressar protestos de elevada consideração e apreço,

Atenciosamente,  
 ADM. ARTUR FEIJÓ NETTO  
 DIRETOR GERAL  
 CRA 2456

*Lido no Expediente*  
 Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 041/07**

COLÉGIO DOM BOSCO  
 Rio do Sul, 23 de abril de 2007.

Ao  
 CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS/SC  
 Rua Trajano, 168 - Centro  
 Edifício Berenhouse 3º, Andar  
 88010-010 - FLORIANÓPOLIS - SC.

Prezados Senhores,  
 Ref.: Prestação de Contas - UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL

**COLÉGIO DOM BOSCO**, com sede à Rua São João, 180 nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 891160-000, inscrito no CNPJ do MF sob n.º 85.780.856/0001-80, vem apresentar a V.S.ª a PRESTAÇÃO DE CONTAS de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, de conformidade com a LEI n.º 4.603, de 30 de agosto de 1971, a fim de continuar a gozar dos benefícios previstos em LEI.

Na expectativa da aprovação da mesma por essa Secretaria, subscreve-se mui

Atenciosamente  
 ASSIS MOSER  
 Diretor

*Lido no Expediente*  
 Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 042/07**

**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA CEAS/SC**

OF.CEAS/SC nº 018/07 Florianópolis, 25 de abril de 2007.

Exmo. Sr.  
 Deputado JÚLIO GARCIA  
 DD. Presidente da Assembléia Legislativa  
 Praça Tancredo Neves  
 88.020 -180 - Florianópolis - SC  
 Senhor Presidente

Ao cumprimentar Vossa Excelência, encaminhamos material relativo aos Relatórios de Ações, Balanços e outros Demonstrativos Contábeis do exercício financeiro de 2006, dos seguintes estabelecimentos: *Colégio Salesiano Itajai, Colégio Dom Bosco de Rio do Sul, Instituto Maria Auxiliadora também de Rio do Sul e Comunidade Evangélica Luterana de Jaraguá do Sul, com a finalidade de justificar o status utilidade pública dos educandários.*

Os requerimentos originais de encaminhamento se encontram em arquivo neste Conselho.

Colocando-nos à disposição para esclarecimentos, agradecemos as providências.

Atenciosamente,

Luiz Carlos Barcelos Filho  
 Presidente do CEAS/SC

*Lido no Expediente*  
 Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 043/07**

SOCIESC - Educação e Tecnologia  
 Joinville, 20 de abril de 2007. C.E. Diretoria Geral 022/2007

À Sua Excelência o Senhor  
 Deputado Júlio Garcia  
 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
 Rua Jorge Luz Fontes 310 - Centro  
 88020-900 Florianópolis - SC

Senhor Presidente:

Cumprindo as normas desse Órgão, enviamos anexo o Relatório de Atividades de 2006 e o Plano de Ação de 2007 da Sociedade Educacional de Santa Catarina, mantenedora do Colégio Tupy, Escola Técnica Tupy e do Instituto Superior Tupy, aprovados na Reunião do Conselho de Administração.

Continuamos à disposição para os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Atenciosamente  
 SANDRO MURILO SANTOS  
 Diretor Geral

*Lido no Expediente*  
 Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 044/07**

Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição  
A

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Palácio Barriga-Verde  
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310  
88.020-900 - FLORIANÓPOLIS/SC

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE NOVA LOURDES, associação civil, de natureza beneficente, de caráter educacional e de assistência social, de fins não econômicos, fundada em 11/02/1958, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 63.085 de 06 de agosto de 1968, de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 8.399, de 12 de novembro de 1991, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social pelo Conselho Nacional de Assistência Nacional da (C.N.A.S.) pelo processo nº 238.638/74 e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - C.N.P.J. do Ministério da Fazenda sob o nº 84.304.179/0001-60, com sede em Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Cônego Tomas Fontes, nº 382, no Centro (CEP-88.301-100), por sua representante legal, infra-assinada, vem, mui respeitosamente à presença dessa Divisão de Outorgas e Títulos, requerer que os documentos em anexo, exigidos por lei, sejam juntados ao cadastro/arquivo desta Instituição nesse órgão, por se tratar de Instituição reconhecida de Utilidade Pública Estadual.

N. TERMOS

P. DEFERIMENTO

Itajaí, 30 de abril de 2007.

IVONE MARIA DE CONTI

CPF - 132.788.600-63

Diretora Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

**OF. nº 09/CTF/07**

Florianópolis, em 25 de abril de 2007.

Excelentíssima Senhora

**Deputada Ana Paula de Lima**

Digníssima Presidenta em exercício da Assembleia Legislativa

Senhora Presidenta,

Com cordiais cumprimentos, vim pelo presente, comunicar que a Comissão acima epigrafada, por solicitação dos membros, as reuniões passaram para as quartas-feiras 9 horas e 30 minutos.

Na oportunidade, reiteramos protestos de apreço e consideração.

**Deputado Jorginho Mello**

**Presidente da Comissão de Finanças e Tributação**

Lido no Expediente

Sessão de 03/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 135/07**

Acrescenta dispositivos na Lei nº 10.732, de 7 de abril de 1998, que dispõe sobre licitações e contratos da administração estadual.

Art. 1º Acresce os arts. 2º-A, 2º-B e 2º-C na Lei nº 10.732, de 7 de abril de 1998, com a seguinte redação:

"Art. 2º-A Nas contratações públicas do Estado será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 2º -B Para o cumprimento do disposto no art. 2º-A desta Lei, a administração pública poderá realizar processo licitatório:

I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a trinta por cento do total licitado; e

III - em que se estabeleça cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

§ 1º O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a vinte e cinco por cento do total licitado em cada ano civil.

§ 2º Na hipótese do inciso II do *caput* deste artigo, os empenhos e pagamento do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

Art. 2º -C Não se aplica o tratamento diferenciado e simplificado quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II - não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; e

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 03/05/07

**JUSTIFICATIVA**

É necessária e imperiosa a modificação do texto da Lei nº 10.732/98, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública estadual e adota outras providências, tendo em vista o preceito contido no art. 47 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, senão vejamos:

"Art. 47. **Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte** objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, **desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.**" (grifei)

Cabe destacar que a Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte seu art. 47 faz explícita referência em que o regime finalístico das licitações seja "previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente"; por outro lado, institui a necessidade do procedimento licitatório objetivar o desenvolvimento social de cada região.

Espera-se, assim, o apoio dos nobres Pares à presente proposta de lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 136/07**

Autoriza a inclusão, na grade curricular, de estágio para estudantes de ensino médio, estabelece normas para a sua organização e realização, e disciplina providências correlatas.

Art. 1º Fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia a promover a inclusão na grade curricular de estágio para estudantes de ensino médio, regular, de educação especial e de educação de jovens e adultos, matriculados nas unidades escolares da rede de ensino do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A organização e a realização do estágio de alunos do ensino médio de que trata o *caput* do artigo 1º, far-se-á na conformidade dos procedimentos contidos na presente Lei.

Art. 3º O estágio dos alunos do ensino médio, de adesão facultativa, constitui-se em um ato educativo curricular que visa assegurar ao aluno situações de experiências e de vida prática em ambientes empresariais e ou institucionais, favoráveis à integração e acesso ao mercado de trabalho, ampliando os conhecimentos adquiridos pelo aluno ao longo de seu itinerário formativo.

Art. 4º Cabe à unidade escolar definir, em sua proposta pedagógica, a natureza do estágio, sua duração e formas de supervisão, atentando para que as atividades práticas a serem vivenciadas pelos alunos atendam aos objetivos propostos para o ensino médio.

Art. 5º Como procedimento de caráter didático-pedagógico, o estágio curricular do ensino médio deverá caracterizar-se fundamentalmente pela realização de atividades de aprendizagem social e cultural, devidamente planejadas e supervisionadas, podendo assumir, na conformidade do disposto na proposta pedagógica da escola, as características de:

I - estágio sócio-cultural, quando visa a propiciar vivências e contato com o mundo do trabalho e as práticas sociais, de forma a concretizar para o aluno a preparação geral para o trabalho e para a cidadania; e

II - estágio civil, de interação comunitária, a ser realizado por meio da participação em campanhas, empreendimentos ou projetos de prestação de serviços à comunidade.

§ 1º O estágio sócio-cultural poderá ser realizado como forma de atividades de extensão, por meio da participação e desenvolvimento de projetos curriculares de natureza social ou cultural, a serem realizados no próprio ambiente escolar ou em seu entorno, e em organizações sociais sem fins lucrativos de natureza pública ou privada.

§ 2º Independentemente da natureza do estágio a ser realizado, a carga horária definida pela escola deverá ser acrescida à carga horária mínima prevista para o curso.

Art. 6º Para a realização do estágio é necessária a celebração de Termo de Compromisso a ser firmado entre o aluno ou seus responsáveis, quando for o caso, e a parte concedente de estágio, com a interveniência obrigatória da escola.

§ 1º Ficará isento do Termo de Compromisso o estágio realizado no próprio estabelecimento de ensino ou sob a forma de ação comunitária, nos termos do disposto no inciso II, artigo 5º, desta Lei, podendo, nesses casos, conforme disposto na Lei Federal nº 9.608/98, ser firmado um Termo de Adesão.

§ 2º O Termo de Compromisso de que trata o *caput* deverá mencionar:

- a) identificação da entidade concedente de estágio;
- b) identificação da unidade escolar e a natureza do curso frequentado pelo aluno;
- c) série ou módulo ou expressão equivalente e o período escolar cursado pelo estagiário;
- d) dados pessoais do estagiário;
- e) natureza do estágio, duração, horário diário e indicação da concessão da bolsa ou outra forma de contraprestação acompanhada da observação da inexistência de vínculo empregatício; e
- f) assinatura das autoridades responsáveis pelo estágio.

Art. 7º As unidades escolares poderão recorrer aos serviços auxiliares de agentes de integração, públicos ou privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, cuidando que, para obtenção do estágio, não seja cobrada do aluno taxa adicional ou outro tipo de pagamento.

Parágrafo único. Nos casos de as unidades escolares contarem com serviços de agências de intermediação do estágio, o apoio e compromissos a serem assumidos pelos respectivos agentes mediadores serão de:

- I - identificar e apresentar à escola oportunidades de estágio em empresas e organizações públicas ou privadas;
- II - facilitar as condições de estágio que irão constar do instrumento jurídico a ser celebrado;
- III - cadastrar os estudantes por campos específicos de estágio; e
- IV - adotar as providências relativas à execução de bolsa estágio, quando existente e ao seguro obrigatório contra acidentes pessoais e, eventualmente, de responsabilidade civil por danos contra terceiros.

Art. 8º O estágio realizado pelo aluno não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo o estagiário receber da instituição concedente bolsa-estágio ou qualquer outra forma de contraprestação devidamente acordada, devendo, em qualquer hipótese, o estudante-estagiário ser assegurado contra acidentes pessoais, a ser viabilizado:

- I - pela organização concedente de estágio, mediante acordo específico com a escola, que se responsabilizará pelo seguro obrigatório; ou
- II - diretamente pela escola, com ajuda da instituição de mediação entre a empresa e a escola.

Parágrafo único. Quando concedida a bolsa-estágio ou outra contraprestação, os valores ou condições serão estipulados de comum acordo entre o estagiário ou seus responsáveis e a instituição concedente de estágio.

Art. 9º Somente poderão realizar estágio supervisionado os alunos que, independentemente da série objeto de matrícula, tiverem no mínimo, na data do início do estágio, dezesseis anos completos e que, voluntariamente, manifestarem interesse em participar do mesmo.

Art. 10. Caberá ao profissional que orientará e supervisionará os alunos estagiários:

- I - analisar a natureza das atividades propostas pela instituição concedente, avaliando-as frente à pertinência, oportunidade e valia das experiências oferecidas pela empresa/instituição;
- II - assegurar a integração do estágio com os componentes curriculares do curso;
- III - disponibilizar à empresa/instituição a relação dos alunos matriculados no ensino médio;
- IV - atestar, bimestralmente, a situação de frequência escolar dos estagiários, notificando, de imediato, a instituição concedente, em caso de irregularidade nos índices de assiduidade às aulas do ensino médio;
- V - estabelecer critérios para inscrição de alunos em estágio curricular, que levem em conta:
  - a) a série mais avançada do ensino médio;
  - b) ordem decrescente de idade, respeitada a faixa etária compreendida entre 16 e 21 anos, completos; e
  - c) não possuir outro vínculo empregatício.
- VI - cuidar para que as atividades realizadas pelos alunos sejam devidamente registradas nos respectivos documentos escolares;

VII - garantir que estudantes portadores de necessidades especiais usufruam serviços de apoio de profissionais da área objeto de estágio;

VIII - cuidar para que a duração do estágio seja compatível com o horário e a jornada escolar do aluno; e

IX - definir, de comum acordo entre a escola, o aluno estagiário ou seu representante legal e a parte concedente de estágio, a jornada de estágio a ser cumprida pelo aluno, cuidando que durante o período de férias escolares essa jornada poderá ser ampliada, desde que previamente prevista no Termo de Compromisso ou de Adesão celebrados.

Art. 11. O Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, no prazo de sessenta dias, regulamentará, por Resolução, a presente Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Darci de Matos  
Deputado Cesar Souza Júnior

Lido no Expediente  
Sessão de 03/05/07

#### JUSTIFICATIVA

A Lei nº 6494, de 7 de dezembro de 1977, limitava a autorização de estágios somente para estudantes universitários ou técnicos profissionalizantes, os quais deveriam pautar-se em estrita obediência ao regulamento positivado através do Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982.

Entretanto, com a edição da Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994, primeiramente, e da Medida Provisória 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, posteriormente, a prerrogativa de estágios também foi estendida para os estudantes do ensino médio regular (colegial).

Ora, se a limitação anterior possuía contornos nítidos que, via de regra, levavam o estagiário a desenvolver atividades estritamente vinculadas à sua formação profissional em construção, a nova realidade, por seu turno, não se amolda ao antigo figurino, posto que deriva de conceitos diferenciados, incorporados a legislação educacional.

Assim, há que se considerar que uma das finalidades da nova concepção do ensino médio consiste no desenvolvimento das competências necessárias à compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos e na adaptação do aluno às novas formas de organização de trabalho ou, ainda, que experiências interativas na empresa/instituição, sob a forma de estágio curricular, ampliam e aprofundam o significado do conhecimento escolar, instrumentalizando o jovem para o exercício de uma vida cidadã e produtiva.

Se, de um lado, esses são valores em ascensão, por outro, há que se observar o posicionamento do Ministério Público do Trabalho, em defesa de interesses coletivos, e da guarida que lhe dá a Justiça Especializada, em recentes Ações Cíveis Públicas, impetradas contra empresas/instituições e agentes de integração, onde o debate sobre a elevação dos Princípios de Direito, que no século XIX tinham papel secundário, sendo lembrados somente quando havia lacuna na lei, passaram a ter importância e efetividade, como parâmetros de valores ético-políticos universais, saltando dos Códigos para as Constituições, convertendo-se em fundamento de toda a ordem jurídica, acaba por desembocar em decisões **que probem, taxativamente, I) a contratação de estagiários cujo curso frequentado não inclua o estágio curricular não obrigatório na programação didático-pedagógica ou no plano curricular, bem como quando a instituição de ensino não tenha sistemática de acompanhamento e avaliação; II) a contratação de estagiários para o exercício de atividades que tenham relação direta entre as atividades a serem desempenhadas e a formação acadêmica oferecida pelo curso frequentado na instituição de ensino; III) a contratação de estagiários com jornada de atividade superior a quatro horas diárias e vinte horas semanais, para estagiários vinculados ao ensino médio, e a seis horas diárias e trinta semanais para estagiários vinculados ao ensino profissionalizante e ao ensino superior.** (grifamos)

Desta celeuma e de sua decisão judicial, emerge que a segurança jurídica das partes está a clamar por regras claras, insculpidas em lei disciplinadora que contemple tanto os primados da livre iniciativa, quanto o princípio da dignidade humana.

Portanto, neste novo contexto e considerando que a Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre o estágio de estudantes, não se encontra suficientemente regulamentada quanto à organização e à realização de estágio de estudantes do ensino médio, com fundamento no artigo 82 da LF nº 9394/96 e à vista das diretrizes e normas contidas no Parecer CNE/CEB nº 35/2003 e na Resolução CNE/CEB nº 01/2004, com o propósito de permitir a continuidade dos referidos estágios, em ambiente juridicamente seguro, apresenta-se a presente proposição, que visa suprir o vácuo legislativo hoje existente.

Assim, em face da relevância da matéria, solicita-se aos nobres Pares desta Casa o necessário apoio à sua aprovação.

\*\*\* X X X \*\*\*